

# ambev

Ambev S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 07.526.557/0001-00 - NIRE 35.300.368.941



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### Mensagem aos Acionistas

2014 foi um ano de importantes conquistas.

No Brasil, após um 2013 muito duro, começamos o ano com um plano para reacelerar nosso crescimento não somente em 2014, mas nos próximos anos, buscando (i) crescer nossa receita líquida de maneira sólida via um melhor equilíbrio entre volume e preço, e (ii) acelerar os investimentos em nossas marcas, usando a plataforma da Copa do Mundo da FIFA 2014 como principal alavanca para suportar nosso crescimento futuro.

Apesar do ambiente macroeconômico desafiador que impactou nossa *performance* sobretudo no terceiro trimestre, mantivemos nosso plano, convictos que tínhamos a estratégia correta para encarar não só os desafios de curto prazo mas para melhor posicionar a Ambev para o futuro. De fato, vimos nosso resultado reacelerando no quarto trimestre, fechando mais um ano de sólido desempenho operacional.

E quando olhamos para nossa estratégia comercial, ficamos não somente satisfeitos com a *performance* de 2014 mas confiantes que entramos 2015 bem posicionados:

- Em 2014, abraçamos o sonho de fazer desta a melhor Copa do Mundo FIFA de Futebol da história, alavancando essa oportunidade para criar momentos únicos, relacionando-nos com nosso consumidor através de experiências que irão levar para o resto de suas vidas. Além do benefício pontual de volume de 1,4 milhão de hectolitros registrado principalmente durante o segundo trimestre, Brahma e Budweiser, patrocinadoras oficiais, ganharam incomparável visibilidade e fortalecimento de marca. Budweiser ganhou 500 pontos-base de participação de mercado no segmento *premium* durante o evento e manteve grande parte disso desde então;
- Nosso volume de *premium* cresceu quase 20% no ano, com Original, Bohemia, Budweiser e Stella Artois crescendo todas acima de 10%, resultado de uma melhora significativa da nossa execução comercial. *Premium* agora representa cerca de 8% do nosso volume e temos confiança que o segmento continuará crescendo mais rápido do que a indústria;
- Com nossas inovações, principalmente Brahma 0.0%, Skol Beats Extreme e Skol Beats Senses, começamos a capturar oportunidades de volume em ocasiões de consumo onde nossa participação de mercado foi historicamente muito baixa. Em pouco mais de 1 ano após seu lançamento, Brahma 0.0% lidera o segmento de cervejas não alcoólicas e já representa mais de 1% do nosso volume total de cerveja;
- Em refrigerantes, com excelente desempenho de Guaraná Antarctica e Pepsi, terminamos o ano com a melhor participação de mercado da nossa história, 18,8%.

Investimos esse ano um total de R\$4,5 bilhões, dos quais R\$3,1 bilhões no Brasil. Um novo recorde, garantindo a manutenção do nosso parque industrial e ampliando nossa capacidade logística e produtiva, incluindo uma nova fábrica em Minas Gerais, nossa planta mais moderna e mais uma capacitada para produzir Budweiser no Brasil.

Na América Central e Caribe (HILA-Ex), tivemos mais um ano de forte crescimento de receita com expansão de margem EBITDA, focando ao mesmo tempo em nossa estratégia de crescimento orgânico e inorgânico. Na América do Sul (LAS), apesar do ambiente macroeconômico ainda adverso, continuamos crescendo nossa receita de forma sólida, fortalecendo nossas marcas e protegendo nossa rentabilidade. E, no Canadá, retomamos o crescimento de participação de mercado com Corona a partir de março, quando passamos a distribuir a marca no país, e aceleramos nossa *performance* de EBITDA ao longo do ano, após um primeiro semestre desafiador. Em mais um ano de diferentes desafios, nossa Gente fez a diferença para continuarmos crescendo e nos preparando para o futuro. Continuamos investindo e promovendo talentos, preparando os líderes que estarão à frente da Companhia no futuro. Nesse sentido, é um orgulho termos Bernardo Pinto Paiva, há 23 anos na Companhia, como novo Diretor Geral, substituindo João Castro Neves, que parte para um novo desafio na AB InBev. Obrigado João, bem-vindo Bernardo.

<div><span><span></span></span></div> <div>Victório Carlos de Marchi</div> <div>Co-Presidente do Conselho de Administração</div>	<div><span><span></span></span></div> <div>Carlos Alves de Brito</div> <div>Co-Presidente do Conselho de Administração</div>	<div><span><span></span></span></div> <div>Bernardo Pinto Paiva</div> <div>Diretor Geral</div>
--	--	--

### Visão geral da Companhia

Com operações em 17 países nas três Américas, somos a cervejaria líder do mercado latino americano em volume. Nosso negócio consiste na produção e comercialização de cervejas, refrigerantes e outras bebidas não alcoólicas e não carbonatadas, e é agrupado em três divisões:

• América Latina Norte, que inclui:

- Brasil, representado pela produção e comercialização de cerveja (“Cerveja Brasil”) e refrigerantes e bebidas não alcoólicas e não carbonatadas (“RefrigeNanc Brasil”);

- América Latina Hispânica excluindo América Latina Sul (denominada “HILA-Ex”), composta pelas nossas operações em El Salvador, Guatemala, Nicarágua, República Dominicana, Cuba, Saint Vincent, Dominica e Antígua;

• América Latina Sul (“LAS”), composta por nossas operações de cerveja, refrigerantes e bebidas não alcoólicas e não carbonatadas na Argentina, Bolívia, Uruguai e Peru, além da produção e comercialização de cerveja no Chile, Paraguai e Equador; e,

• Canadá, representado pela *Labatt Brewing Company Limited* (“Labatt”) com a produção e comercialização de cerveja no Canadá e exportações para os Estados Unidos da América.

Nossas principais marcas incluem *Skol* (a sexta cerveja mais consumida no mundo), *Brahma*, *Antarctica*, *Bohemia*, *Original*, *Quilmes*, *Presidente*, *Paceña*, *Pilsen*, *Labatt Blue*, *Alexander Keith’s*, *Kokanee* e *Guaraná Antarctica*. Além disso, a Ambev é uma das maiores engarrafadoras independentes da PepsiCo no mundo. Produzimos, vendemos e distribuímos no Brasil e em outros países da América Latina produtos *Pepsi*, *H2OHI*, *Lipton Ice Tea* e o isotônico *Gatorade* sob licença da PepsiCo. E também comercializamos vários produtos da Anheuser-Busch Inbev S.A./N.V. tais como *Budweiser*, *Bud Light*, *Stella Artois* e *Corona*, entre outros.

O risco de crédito da Ambev como emissor de dívida em moeda nacional e estrangeira detém a classificação de grau de investimento segundo a *Standard and Poor’s*, a *Fitch* e a *Moody’s Ratings*.

### Sustentabilidade

#### Meio Ambiente

A preservação do meio ambiente é uma das prioridades da Ambev e faz parte da gestão da Companhia há décadas. Hoje, a Ambev é referência internacional em gestão do uso de água na produção de bebidas e em melhores práticas ambientais graças ao desempenho do Sistema de Gestão Ambiental (SGA), adotado há mais de 20 anos em suas cervejarias para estabelecer e monitorar a evolução contínua da eficiência.

Em 2014, o trabalho da Ambev em prol da preservação da água foi reconhecido e premiado pelo Guia Exame de Sustentabilidade. De 2002 a 2013, a Companhia diminuiu em 38% o índice de consumo de água em suas unidades. Para tornar-se mais eficiente neste item, a Ambev trabalha em diversas frentes, como treinamentos de funcionários, campanhas internas de conscientização, estabelecimento de metas individuais e coletivas, utilização dos melhores equipamentos e tecnologias disponíveis, padronização de processos e ações de reaproveitamento de água. A Ambev também comemorou a redução de 4% no índice de consumo de água somente no ano de 2014.

Além de trabalhar para reduzir o consumo nas suas operações, a Companhia atua para preservar as fontes de água do Brasil. Por isso, lançou em 2010, no Dia Mundial da Água, o Movimento CYAN, amplo conjunto de iniciativas para mobilizar e conscientizar a sociedade para o uso racional da água. Desde seu lançamento, o Movimento CYAN já promoveu diversas ações, sendo a principal delas o Projeto Bacias. Iniciado também em 2010 em parceria com a WWF Brasil, o Projeto Bacias tem o objetivo de recuperar e preservar as principais bacias hidrográficas do Brasil.

Em quatro anos, o Projeto Bacias obteve importantes conquistas como a recuperação do solo em quatro nascentes, o plantio de cerca de 6.000 mudas, totalizando 8.738 m<sup>2</sup> de reflorestamento, a mobilização de 7.800 pessoas, a instalação de viveiro com capacidade para 10 mil mudas, além do monitoramento mensal da qualidade da água em seis córregos. A Companhia também auxiliou na estruturação do Comitê de Bacias local, órgão colegiado da gestão de recursos hídricos, buscando garantir a continuidade do trabalho.

Recentemente, o Projeto Bacias chegou à região de Jaguariúna (SP) em parceria com a ONG *TNC - The Nature Conservancy*. Uma das principais ações do Bacias em Jaguariúna é o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) a produtores rurais. O objetivo é oferecer incentivo aos agricultores que se comprometem com práticas de conservação nas suas propriedades. Além do PSA, o Projeto Bacias prevê financiamento de práticas de conservação, para que as nascentes e os córregos que estão dentro de propriedades estejam devidamente protegidos. Por meio do programa, será oferecida também assistência gratuita aos agricultores para o Cadastro Ambiental Rural (CAR). O cadastro, além de comprovar a regularização da propriedade, permitirá ao proprietário o acesso ao crédito e a programas de adequação ambiental.

Em linha com seu compromisso de preservar o meio ambiente, a Ambev expandiu também o uso de biomassa como fonte de energia em suas operações no Brasil e na América Central. Nos últimos três anos, o uso desta fonte aumentou aproximadamente 8% e hoje representa 37,2% do total de fontes de energia utilizadas pela Companhia. Como consequência, o uso de combustível fóssil caiu 9% no mesmo período. O objetivo da Companhia é ter 40% da sua matriz energética calorífica composta por esse tipo de combustível até o final de 2017.

Outra ação de destaque é o uso de biogás. A Companhia capta o biogás resultante das suas estações de tratamento de efluentes e o reaproveita para gerar energia calorífica para a própria empresa. Assim, ele não é lançado na atmosfera e também há economia no uso de combustíveis fósseis. Hoje, sete unidades reaproveitam o biogás proveniente das estações de tratamento de efluentes como combustível em seu processo produtivo.

Para estimular a reciclagem de resíduos pós-consumo, a Companhia desenvolve inúmeras ações por meio do Ambev Recicla, um programa que reúne as iniciativas da Companhia voltadas ao descarte correto e à reciclagem de embalagens pós-consumo que beneficia consumidores, cooperativas, sociedade e meio ambiente. O projeto contribui para o desenvolvimento de cooperativas modelo em diversos estados do país por meio de melhorias na gestão, doação de equipamentos e melhorias de infraestrutura, estimula a atuação em rede com outras cooperativas e facilita o acesso à indústria recicladora, visando o aumento na geração de renda dos catadores e hoje apoia cerca de 50 cooperativas em 11 diferentes estados do Brasil.

Dentro da plataforma, a Companhia lançou, em 2012, a garrafa PET 100%, inicialmente por meio da embalagem do Guaraná Antarctica de 2 litros. Hoje, a embalagem 100% reciclada é usada em 38% das garrafas PET de três marcas da Ambev: Guaraná Antarctica, Soda Antarctica e H2OH!. O objetivo é aplicar esta tecnologia em todas as garrafas de outras marcas de forma gradual, abrangendo todo o portfólio da Ambev. Sua produção traz diversos benefícios ao meio ambiente. A reciclagem do produto, por exemplo, libera espaço de 30m³ em aterro sanitário para cada ctonelada de PET que deixam de ser descartadas no lixo e sua fabricação consome 70% menos energia em relação à resina virgem, 20% menos água e gera uma economia considerável de petróleo. Desde a criação da tecnologia, a iniciativa da Ambev já permitiu a reciclagem de quase 700 milhões de garrafas PET ao transformá-las em novas garrafas.

Em expansão, o Ambev Recicla inaugurou dois novos Pontos de Entrega Voluntária de Resíduos - PEVs em 2014. Na cidade de Salvador (BA), o PEV foi resultado do sucesso da campanha “Reciclagem Premiada”, promovida pela Companhia em parceria com a Braskem. A ação teve o intuito de promover a conscientização sobre a importância da separação de resíduos para possibilitar a reciclagem e preservar o meio ambiente e superou a meta de arrecadar 15 mil embalagens em mais de 400%. Durante três dias, a população trocou 15 embalagens plásticas (garrafas, frascos ou potes de plástico rígido de qualquer tamanho) por uma garrafa de Guaraná Antarctica de 2 litros. Em parceria com a Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis Padre José Sevat, a Ambev inaugurou o segundo novo PEV de 2014 em Itapissuma (PE). O PEV da cidade pernambucana mantém parceria com a Frompet, indústria especializada em desenvolver, fabricar e comercializar pré-formas e resinas PET, que adquire garrafas usadas e as transforma em pré-formas 100% recicladas, usadas, posteriormente, pelas fábricas da Ambev para envase de novos produtos.

Outra frente voltada à preservação ambiental é o projeto Frota Compartilhada, um programa em parceria com outras empresas para otimizar as viagens dos caminhões. Os veículos que retornariam às fábricas da Ambev vazios depois de abastecer os centros de distribuição passam a fazer os trajetos de volta com cargas das empresas parceiras. Em 2014, a Ambev deixou de lançar na atmosfera 18 mil toneladas de CO<sub>2</sub> graças a essa iniciativa. Atualmente, cerca de duas mil viagens compartilhadas são realizadas por mês em 15 estados do país. Além disso, lançado pela Ambev em parceria com a MAN Latin America, o caminhão 100% movido a gás natural é uma iniciativa a favor do meio ambiente, a partir de um combustível alternativo muito menos poluente. O veículo representa uma redução de 20% na emissão de CO<sub>2</sub>. O modelo teste está em circulação no Rio de Janeiro (RJ) e dentro de um ano a tecnologia deverá ser levada para outros locais do país. O novo caminhão tem autonomia de cerca de 200 km. A Ambev também renova periodicamente os seus veículos, em um ritmo cinco vezes maior do que o praticado pelo mercado. As iniciativas fazem parte de um conjunto de ações da Companhia voltadas a alcançar a meta de reduzir em 15% suas emissões de carbono nas operações de logística até o final de 2017.

#### Consumo Responsável

A Ambev vem se dedicando fortemente a promover o consumo responsável de seus produtos. No início dos anos 2000, foi a única companhia de bebidas a participar das discussões da Organização Mundial da Saúde (OMS) sobre os efeitos do uso inadequado de bebidas alcoólicas. Em 2003, lançou o pioneiro Programa Ambev de Consumo Responsável, norteado pelas premissas da OMS e cujos pilares são: prevenir o consumo de bebidas alcoólicas por menores, promover a segurança viária e incentivar o consumo moderado. Desde então, o tema está presente em inúmeras ações da Ambev. Entre as iniciativas recentes mais importantes estão os treinamentos de garçons e donos de bares, o Dia de Resposta, Jovens de Resposta, MCs pela Educação, Papo em Família e Cidade Responsável.

O Programa Jovens de Resposta conta hoje com a parceria de 28 ONGs de oito estados: Amazonas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo. A Ambev tem o objetivo de atuar nas comunidades onde essas organizações estão presentes para inibir o consumo de bebida alcoólica por menores de 18 anos. O intuito é também encontrar iniciativas de prevenção simples, eficazes e fáceis de serem replicadas, as chamadas tecnologias sociais. Desde sua criação, o Jovens de Resposta já reuniu mais de 106 mil pessoas em eventos do programa, conseguiu impactar mais de 18 mil jovens diretamente e outras 7,8 milhões de pessoas com ações de comunicação.

Em 2014, o Jovens de Resposta ganhou cinco novos parceiros por meio de um edital aberto pela Ambev que selecionou projetos com ações e ideias inovadoras de abordagens sobre prevenção do consumo de bebida alcoólica antes dos 18 anos. As ideias inscritas foram avaliadas sob os critérios de potencial transformador, facilidade de replicação, alinhamento com o tema, criatividade e inovação, mobilização, credibilidade da instituição e modelo de prevenção. Ao todo, 253 projetos foram inscritos e houve cinco vencedores, que receberam como prêmio aportes entre 30 e 100 mil reais, além de capacitação e acompanhamento da Ambev. Ainda dentro da plataforma Jovens de Resposta, o projeto MCs pela Educação, realizado em parceria com o Instituto Gerardo Falcoês, tem levado a mensagem de conscientização para evitar o consumo de bebidas alcoólicas por menores de 18 anos por meio do rap e do funk – estilos musicais com grande influência entre os adolescentes da periferia. Um CD chamado “Consciência e Altitude”, *slogan* do programa Jovens de Resposta, foi gravado com canções feitas por cinco jovens com o sonho comum de transformar a realidade. As músicas circundam o tema educação e o não consumo de bebidas alcoólicas por menores de 18 anos. Ao longo de 2014, as músicas foram apresentadas em escolas para estudantes do ensino médio. Os jovens que assistiam aos shows entraram em um programa de mentoria, no qual recebiam informação em artigos, vídeos sobre a importância dos estudos e o risco em ingerir bebida alcoólica.

A Ambev também segue realizando treinamentos em Consumo Responsável para donos de bares, garçons, balconistas e *bartenders*. Em 2014, 170 mil pessoas receberam treinamento, cujo conteúdo inclui a história e cultura da bebida alcoólica, a saúde e o bem-estar relacionados ao consumo moderado, a proibição do consumo de bebida alcoólica por menores de 18 anos, dicas de como falar sobre álcool com os jovens e os perigos do consumo excessivo. Apenas durante a Copa do Mundo no Brasil, a Ambev treinou 26 mil pessoas que atuaram dentro dos estádios, donos e funcionários dos bares do entorno das arenas, vendedores ambulantes cadastrados com as prefeituras, *staff* dos 30 maiores bares das 12 cidades-sede do Mundial, além dos garçons dos mais de 1.200 eventos que a Ambev e suas marcas organizaram por todo o país.

O Papo em Família foi lançado em 2013 para estimular o diálogo entre pais e filhos sobre o risco do consumo de bebidas alcoólicas. O objetivo é incentivar a conversa no âmbito familiar e educacional, imprescindível para que o tema não se torne um tabu e os jovens aprendam sobre os riscos do consumo indevido de álcool. O projeto conta com um conjunto de materiais multimídia para orientar pais e educadores a falar sobre o consumo de bebidas alcoólicas com seus filhos e alunos. Todas as peças são ilustradas pela Maurício de Sousa Produções com os personagens da Turma da Mônica Jovem e Turma da Tina. O conteúdo dos materiais foi desenvolvido pela Ambev com base em estudos de instituições internacionais especializadas no assunto como a ONG canadense *Éduc’alcool*, e em pesquisas do CISA - Centro de Informações sobre Saúde e Álcool, referência nacional sobre o tema. Além disso, contou com a participação essencial de um grupo de especialistas de três áreas distintas do conhecimento – educação, medicina e sociologia - na adaptação do material à realidade brasileira.

Em 2014, uma série de parcerias foi realizada de modo a disseminar a cartilha e os vídeos do Papo em Família. A parceria com a rede de cinemas Cinépolis, por exemplo, permitiu a exibição da websérie a todo o público que assistiu ao longa-metragem da Maurício de Sousa Produções que ficou em cartaz em 38 salas, em 28 cidades do país, ao longo do segundo semestre de 2014, além da distribuição da cartilha ao público da rede.

A Companhia também celebrou um acordo para distribuir cerca de 30 mil cartilhas aos visitantes da 23ª Bienal do Livro de São Paulo, no pavilhão de Exposições do Anhembi. O material foi entregue pela Ambev no espaço temático interativo criado pela Maurício de Sousa Produções no evento. Entre novembro e dezembro de 2014, cerca de 20 mil cartilhas do Papo em Família foram distribuídas aos visitantes da Pinacoteca de São Paulo, um dos mais importantes museus de arte do Brasil. O material esteve disponível na bilheteria para todos os visitantes com mais de 18 anos. Em outubro, a Ambev e a Fiat firmam parceria para entregar a cartilha do projeto Papo em Família para 23 mil funcionários da montadora no Brasil. No mesmo mês, uma parceria com os Correios levou as cartilhas do Papo em Família a cerca de 900 jovens aprendizes dos Correios de São Paulo que participavam de palestras preventivas e educativas sobre a importância de não consumir bebida alcoólica antes dos 18 anos.

Por meio da CervBrasil - Associação Brasileira da Indústria da Cerveja, a Ambev apoia o projeto Cidade Responsável, que tem levado ao município de São Bernardo do Campo (SP) ações como a distribuição de materiais educativos em pontos de venda de bebidas, sensibilização sobre o problema do consumo indevido de bebida alcoólica e capacitação de professores, agentes de saúde, garçons, proprietários de bares e restaurantes, representantes de ONGs e assistentes sociais, assim como técnicos das áreas de Esporte e Cultura. A iniciativa tem o objetivo de contribuir para a prevenção do consumo de álcool por menores de 18 anos, bem como o consumo excessivo e associado à direção.

O programa será implantado durante o ano de 2015 e terá por base cinco pilares: escolas, redes de saúde, pontos de venda de bebidas, eventos e comunidades sociais. Como o objetivo é envolver toda a sociedade nesse esforço, o Cidade Responsável São Bernardo do Campo tem o apoio dos sindicatos regionais de bares, restaurantes, confeitarias, panificadoras, lojas de conveniências, supermercadistas, hotéis, empresas de hospedagem e alimentação e outras organizações sociais.

Por fim, a edição 2014 do Dia de Resposta – data dedicada a celebrar o compromisso diário da Ambev com o consumo responsável de bebidas alcoólicas – trouxe uma série de novidades. A Companhia lançou o site *www.treinamentoderesponsa.com.br* com o objetivo de treinar 60 mil pessoas durante o mês de setembro. Apenas no dia 19/9, foram cinco mil garçons e atendentes de bares treinados em todo o país. Para isso, cerca de três mil gerentes e supervisores de vendas paralisaram suas atividades diárias para se dedicar integralmente à ação.

Além disso, comitês de voluntários de unidades da Companhia do Brasil todo realizaram atividades com o envolvimento de mais de quatro mil pessoas das comunidades. Entre as atividades desenvolvidas no dia 19 estiveram visita a bares, blitz em pedágios, realização de jogos e entrega de Brahma 0.0% para o “motorista da rodada”.

Também as ONGs do Jovens de Resposta promoveram as mensagens do Dia de Resposta com atividades de conscientização com intervenções teatrais em bares, bicicleta, desfile, shows temáticos e *flash mob*. Por fim, como maior apoiadora do futebol, o Dia de Resposta da Ambev também marcou presença nos gramados do Campeonato Brasileiro. Durante uma semana de setembro, times como Corinthians, Santos, Palmeiras, Portuguesa, Avaí, Juventude, Fortaleza, Ponte Preta, Guarani e Joinville entraram em campo com faixas com a mensagem “*Menor de idade e bebida alcoólica é gol contra! #Diaderesponsa*”.

### Recursos humanos

Chegamos ao final de 2014 com aproximadamente 51,9 mil funcionários: 34,0 mil no Brasil, 4,4 mil na HILA-Ex, 2,6 mil no Canadá e 10,9 mil nas unidades da América Latina Sul.

A Ambev investe permanentemente no desenvolvimento de nossa gente. Em 2014, a Universidade Ambev (“UA”) realizou treinamentos específicos (cultura/liderança, funcional e método) para cerca de 22,9 mil funcionários, totalizando mais de R\$35,7 milhões investidos em treinamento. No Brasil, os funcionários contam ainda com os investimentos da Fundação Zerenner em bolsas de estudo de graduação, pós-graduação e de nível técnico, além de auxílios para material escolar a funcionários e dependentes.

A Fundação Zerenner também oferece o programa Vida Legal, que estimula hábitos saudáveis, ações preventivas de saúde e tratamento de doenças crônicas, prestando ainda outros benefícios a seus funcionários e dependentes, com destaque para os planos de assistência médica, hospitalar, odontológica e educacional.

### Destques operacionais e financeiros<sup>1</sup>

**Receita Líquida (ROL):** A nossa receita líquida em 2014 cresceu 10,9%, com resultados positivos em quase todas nossas operações (Brasil +10,6%, HILA-Ex +14,5%, LAS +17,9% e Canadá -0,2%). Em 2014, os volumes subiram 2,9%, com contribuições positivas de Cerveja Brasil (+4,7%), RefrigeNanc Brasil (+1,4%) e HILA-Ex (+8,3%), parcialmente compensados por uma queda em LAS (-2,9%) e Canadá (-0,7%), enquanto que a receita líquida por hectolitro (ROL/hl) aumentou 7,8%, dado nossas iniciativas de gestão de receita, um benefício expressivo do *mix premium* e um aumento da distribuição direta no Brasil.

**Custo dos produtos vendidos (CPV):** Nosso CPV aumentou 12,9% em 2014, ao passo que, em uma base por hectolitro, o custo cresceu 9,8%. Nosso desempenho foi impactado por *hedges* de moeda desfavoráveis, maior inflação na Argentina, efeito negativo de *mix* de embalagens e um crescimento da depreciação industrial, parcialmente compensados pelos nossos *hedges* de *commodities*.

**Despesas com vendas, gerais e administrativas (SG&A):** O SG&A (incluindo depreciação e amortização) aumentou 11,7% em 2014. Este ano foi marcado por fortes investimentos em iniciativas de vendas e *marketing* relacionadas à Copa do Mundo da FIFA 2014, principalmente no Brasil. Além disto, os maiores custos de distribuição, dado o aumento da distribuição direta no Brasil, e a inflação na Argentina também foram fatores importantes para o crescimento de SG&A, parcialmente compensados pelas despesas administrativas, as quais cresceram abaixo da inflação.

**EBITDA, Margem Bruta e Margem EBITDA:** Nosso EBITDA ajustado cresceu 7,5% em 2014, atingindo R\$18.276 milhões. A margem EBITDA ajustada contraiu 160 pontos-base, chegando a 48,0% no ano, explicada em grande parte por um ganho pontual de R\$300 milhões relacionado à recuperação de ativos restritos, o qual foi contabilizado no último trimestre de 2013.

**Lucro líquido ajustado e LPA:** Nosso lucro líquido ajustado foi R\$12.451 milhões no ano de 2014, um crescimento de 8,9% comparado ao ano de 2013, dado o crescimento de EBITDA, melhores resultados financeiros e uma alíquota efetiva de impostos mais baixa. O lucro por ação (LPA) ajustado foi R\$0,77 no ano de 2014.

**Geração de caixa operacional e CAPEX:** Nossa geração de caixa operacional totalizou R\$18.781 milhões no ano de 2014, ou um crescimento de 7,5% quando comparado ao ano anterior, como resultado de um forte desempenho operacional, bem como uma melhor gestão do capital de giro. Durante o ano de 2014 investimos um total de R\$4.493 milhões em CAPEX.

**Pay-out e disciplina financeira:** Durante 2014, distribuímos cerca de R\$12 bilhões em dividendos e JCP para nossos acionistas, o maior pagamento anual que tivemos. Ainda em dezembro de 2014, anunciamos duas distribuições adicionais de JCP, totalizando R\$3,5 bilhões, os quais foram integralmente pagos durante janeiro de 2015. Em 31 de dezembro de 2014, nossa posição líquida de caixa era R\$7.713,3 milhões, sem considerar as distribuições anunciadas em dezembro de 2014.

<sup>1</sup> *As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado o contrário, são apresentadas em reais nominais, de acordo com os critérios do padrão contábil internacional (IFRS) e devem ser lidas em conjunto com os relatórios financeiros do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, arquivados na CVM e apresentados à SEC. Segregamos neste relatório o impacto do resultado orgânico das mudanças de escopo e diferenças de câmbio. As mudanças de escopo representam o impacto de aquisições e vendas de ativos, o início ou término de atividades ou a transferência de atividades entre segmentos, mudanças de estimativas contábeis ano contra ano e outras premissas que os administradores não consideram parte do desempenho de negócio. Exceto quando especificado o contrário, variações percentuais no documento são orgânicas e ajustadas por natureza. Sempre que utilizado neste relatório, o termo “ajustado” se refere às medidas de desempenho (EBITDA, EBIT, Lucro Líquido, LPA) antes de itens não recorrentes. Itens não recorrentes são receitas ou despesas que não ocorrem no curso normal das atividades da Companhia. Estas são apresentadas separadas dada a importância delas para o entendimento do desempenho da Companhia devido à sua natureza ou magnitude. Medidas ajustadas são medidas adicionais utilizadas pela administração, e não devem substituir as medidas calculadas em conformidade com as IFRS como indicadores do desempenho da Companhia. Comparações, exceto quando especificado o contrário, referem-se ao resultado do ano de 2013 (2013 Base de Referência). Os somatórios podem não conferir devido a arredondamentos.*

Destques financeiros - consolidado	2013		%	
	R\$ milhões	Base de Referência	2014	Reportado Orgânico
Total volumes	166.468,3	171.765,7	3,2%	2,9%
Cerveja	120.110,4	124.767,4	3,9%	3,5%
RefrigeNanc	46.357,9	46.998,3	1,4%	1,4%
Receita líquida	35.079,1	38.079,8	8,6%	10,9%
Lucro bruto	23.506,6	25.265,2	7,5%	9,9%
Margem bruta	67,0%	66,3%	-70 bps	-60 bps
<b>EBITDA</b>	17.535,9	18.186,8	3,7%	7,1%
Margem EBITDA	50,0%	47,8%	-220 bps	-170 bps
<b>EBITDA ajustado</b>	17.565,1	18.275,8	4,0%	7,5%
Margem EBITDA ajustado	50,1%	48,0%	-210 bps	-160 bps
Lucro líquido	11.399,4	12.362,0	8,4%	
Lucro líquido ajustado	11.428,6	12.451,0	8,9%	
<b>Lucro líquido - Ambev</b>	9.557,3	12.065,5	26,2%	
<b>Lucro líquido ajustado - Ambev</b>	9.586,5	12.154,5	26,8%	
Nº de ações em circulação (milhões)	12.677,6	15.682,9		
<b>LPA (R\$/ação)</b>	0,75	0,77	2,1%	
<b>LPA ajustado</b>	0,76	0,77	2,0%	

**Nota:** O cálculo do lucro por ação é baseado nas ações em circulação (total de ações existentes, menos ações em tesouraria).

Brasil consolidado	2013	Conversão		%			
R\$ milhões	Base de Referência	Escopo	Moeda	Orgânico	2014	Reportado	Orgânico
Volume (‘000 hl)	113.148,0	–	–	4.360,9	117.508,9	3,9%	3,9%
Receita líquida	22.040,8	–	–	2.342,0	24.382,8	10,6%	10,6%
CPV	(6.911,8)	–	–	(921,4)	(7.833,2)	13,3%	13,3%
<b>Lucro bruto</b>	<b>15.129,0</b>	–	–	<b>1.420,6</b>	<b>16.549,6</b>	<b>9,4%</b>	<b>9,4%</b>
Margem bruta	68,6%	–	–	–	67,9%	-70 bps	-70 bps
SG&A total	(6.205,4)	–	–	(850,5)	(7.055,9)	13,7%	13,7%
Outras receitas/(despesas)							
operacionais, líquidas	1.775,4	–	–	(151,5)	1.623,9	-8,5%	-8,5%
<b>EBIT ajustado</b>	<b>10.699,0</b>	–	–	<b>418,7</b>	<b>11.117,6</b>	<b>3,9%</b>	<b>3,9%</b>
Margem EBIT ajustado	48,5%	–	–	–	45,6%	-290 bps	-290 bps
<b>EBITDA ajustado</b>	<b>12.082,7</b>	–	–	<b>642,3</b>	<b>12.724,9</b>	<b>5,3%</b>	<b>5,3%</b>
Margem EBITDA ajustado	54,8%	–	–	–	52,2%	-260 bps	-260 bps

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Brasil - cerveja	2013		Conversão		% 2014		% 2013	
	R\$ milhões	Base de Referência	Escopo	Moeda	Orgânico	Reportado	Orgânico	Orgânico
Volume ('000 hl)	82.973,9		-	-	3.930,0	86.903,9	4,7%	4,7%
Receita líquida	18.407,2		-	-	2.061,5	20.468,6	11,2%	11,2%
CPV	(5.323,7)		-	-	(838,7)	(6.162,4)	15,8%	15,8%
<b>Lucro bruto</b>	<b>13.083,4</b>		-	-	<b>1.222,8</b>	<b>14.306,2</b>	<b>9,3%</b>	<b>9,3%</b>
Margem bruta	71,1%		-	-	-	69,9%	-120 bps	-120 bps
SG&A total	(5.408,4)		-	-	(813,4)	(6.221,8)	15,0%	15,0%
Outras receitas/(despesas) operacionais, líquidas	1.409,8		-	-	(80,2)	1.329,6	-5,7%	-5,7%
<b>EBIT ajustado</b>	<b>9.084,8</b>		-	-	<b>329,2</b>	<b>9.414,0</b>	<b>3,6%</b>	<b>3,6%</b>
Margem EBIT ajustado	49,4%		-	-	-	46,0%	-340 bps	-340 bps
<b>EBITDA ajustado</b>	<b>10.229,8</b>		-	-	<b>514,7</b>	<b>10.744,4</b>	<b>5,0%</b>	<b>5,0%</b>
Margem EBITDA ajustado	55,6%		-	-	-	52,5%	-310 bps	-310 bps

Brasil - RefrigeNanc	2013		Conversão		% 2014		% 2013	
	R\$ milhões	Base de Referência	Escopo	Moeda	Orgânico	Reportado	Orgânico	Orgânico
Volume ('000 hl)	30.174,1		-	-	430,9	30.605,0	1,4%	1,4%
Receita líquida	3.633,7		-	-	280,5	3.914,2	7,7%	7,7%
CPV	(1.588,1)		-	-	(82,7)	(1.670,8)	5,2%	5,2%
<b>Lucro bruto</b>	<b>2.045,6</b>		-	-	<b>197,8</b>	<b>2.243,4</b>	<b>9,7%</b>	<b>9,7%</b>
Margem bruta	56,3%		-	-	-	57,3%	100 bps	100 bps
SG&A total	(797,1)		-	-	(37,1)	(834,2)	4,7%	4,7%
Outras receitas/(despesas) operacionais, líquidas	365,6		-	-	(71,2)	294,4	-19,5%	-19,5%
<b>EBIT ajustado</b>	<b>1.614,1</b>		-	-	<b>89,5</b>	<b>1.703,6</b>	<b>5,5%</b>	<b>5,5%</b>
Margem EBIT ajustado	44,4%		-	-	-	43,5%	-90 bps	-90 bps
<b>EBITDA ajustado</b>	<b>1.852,9</b>		-	-	<b>127,6</b>	<b>1.980,5</b>	<b>6,9%</b>	<b>6,9%</b>
Margem EBITDA ajustado	51,0%		-	-	-	50,6%	-40 bps	-40 bps

HILA-Ex	2013		Conversão		% 2014		% 2013	
	R\$ milhões	Base de Referência	Escopo	Moeda	Orgânico	Reportado	Orgânico	Orgânico
Volume ('000 hl)	7.267,4		38,8	-	603,2	7.909,4	8,8%	8,3%
Receita líquida	1.726,6		0,3	111,4	249,6	2.087,8	20,9%	14,5%
CPV	(815,5)		(0,1)	(56,5)	(102,2)	(974,3)	19,5%	12,5%
<b>Lucro bruto</b>	<b>911,1</b>		<b>0,2</b>	<b>54,9</b>	<b>147,4</b>	<b>1.113,5</b>	<b>22,2%</b>	<b>16,2%</b>
Margem bruta	52,8%		-	-	-	53,3%	60 bps	80 bps
SG&A total	(520,3)		-	(33,0)	(43,7)	(596,9)	14,7%	8,4%
Outras receitas/(despesas) operacionais, líquidas	(7,4)		-	(0,6)	5,0	(3,0)	-59,6%	-68,3%
<b>EBIT ajustado</b>	<b>383,5</b>		<b>0,2</b>	<b>21,3</b>	<b>108,7</b>	<b>513,6</b>	<b>33,9%</b>	<b>28,3%</b>
Margem EBIT ajustado	22,2%		-	-	-	24,6%	240 bps	270 bps
<b>EBITDA ajustado</b>	<b>542,1</b>		<b>0,2</b>	<b>30,4</b>	<b>125,1</b>	<b>697,7</b>	<b>28,7%</b>	<b>23,1%</b>
Margem EBITDA ajustado	31,4%		-	-	-	33,4%	200 bps	240 bps

LAS consolidado	2013		Conversão		% 2014		% 2013	
	R\$ milhões	Base de Referência	Escopo	Moeda	Orgânico	Reportado	Orgânico	Orgânico
Volume ('000 hl)	36.917,7		-	-	(91,3)	36.826,4	-0,2%	-0,2%
Receita líquida	7.051,7		-	(1.359,2)	1.263,2	6.955,7	-1,4%	17,9%
CPV	(2.805,0)		-	477,7	(480,0)	(2.607,3)	0,1%	18,4%
<b>Lucro bruto</b>	<b>4.446,7</b>		-	<b>(881,5)</b>	<b>783,2</b>	<b>4.348,4</b>	<b>-2,2%</b>	<b>17,6%</b>
Margem bruta	63,1%		-	-	-	62,5%	-50 bps	-20 bps
SG&A total	(1.671,6)		-	355,6	(360,4)	(1.676,4)	0,3%	21,6%
Outras receitas/(despesas) operacionais, líquidas	(12,3)		-	(5,3)	29,2	11,6	-194,6%	ns
<b>EBIT ajustado</b>	<b>2.762,8</b>		-	<b>(531,3)</b>	<b>452,0</b>	<b>2.683,6</b>	<b>-2,9%</b>	<b>16,4%</b>
Margem EBIT ajustado	39,2%		-	-	-	38,6%	-60 bps	-50 bps
<b>EBITDA ajustado</b>	<b>3.150,4</b>		-	<b>(602,9)</b>	<b>551,1</b>	<b>3.098,7</b>	<b>-1,6%</b>	<b>17,5%</b>
Margem EBITDA ajustado	44,7%		-	-	-	44,5%	-10 bps	-20 bps

Canadá	2013		Conversão		% 2014		% 2013	
	R\$ milhões	Base de Referência	Escopo	Moeda	Orgânico	Reportado	Orgânico	Orgânico
Volume ('000 hl)	9.135,2		453,2	-	(67,4)	9.520,9	4,2%	-0,7%
Receita líquida	4.260,1		313,7	86,6	(6,9)	4.653,4	9,2%	-0,2%
CPV	(1.240,3)		(126,3)	(25,4)	(7,8)	(1.399,8)	12,9%	0,6%
<b>Lucro bruto</b>	<b>3.019,8</b>		<b>187,4</b>	<b>61,2</b>	<b>(14,7)</b>	<b>3.253,7</b>	<b>7,7%</b>	<b>-0,5%</b>
Margem bruta	70,9%		-	-	-	69,9%	-100 bps	-20 bps
SG&A total	(1.411,0)		(198,8)	(29,7)	(10,0)	(1.649,5)	16,9%	0,6%
Outras receitas/(despesas) operacionais, líquidas	5,9		(25,0)	0,4	15,2	(3,4)	-157,3%	-79,9%
<b>EBIT ajustado</b>	<b>1.614,8</b>		<b>(36,4)</b>	<b>31,9</b>	<b>(9,5)</b>	<b>1.600,8</b>	<b>-0,9%</b>	<b>-0,6%</b>
Margem EBIT ajustado	37,9%		-	-	34,4%	bps	-10 bps	-
<b>EBITDA ajustado</b>	<b>1.789,9</b>		<b>(57,7)</b>	<b>35,0</b>	<b>(12,7)</b>	<b>1.754,5</b>	<b>-2,0%</b>	<b>-0,7%</b>
Margem EBITDA ajustado	42,0%		-	-	-	37,7%	-430 bps	-20 bps

## Análise do desempenho financeiro

## Receita líquida

A receita líquida apresentou aumento de 10,9% em 2014, atingindo R\$38.079,8 milhões.

## Brasil

A receita líquida gerada por nossas operações de Cerveja e RefrigeNanc no Brasil cresceu 10,6% em 2014, chegando a R\$24.382,8 milhões.

## Cerveja

A receita líquida proveniente das vendas de cerveja no Brasil em 2014 subiu 11,2%, acumulando R\$20.468,6 milhões. Este aumento foi devido ao crescimento de 4,7% no volume de vendas acrescido do aumento de 6,2% na receita por hectolitro que chegou a R\$235,5, como consequência da nossa gestão de receitas, do maior *mix* de marcas *premium* e do maior peso da distribuição direta.

## RefrigeNanc

A receita líquida gerada pela operação de RefrigeNanc em 2014 cresceu 7,7%, atingindo R\$3.914,2 milhões. Os principais elementos que contribuíram para esse resultado foram o aumento de 1,4% no volume de vendas e o crescimento de 6,2% da receita por hectolitro devido à nossa gestão de receitas.

## HILA-Ex

As operações da Ambev em HILA-Ex apresentaram um aumento da receita líquida em 2014 de 14,5%, acumulando R\$2.087,8 milhões, em função do aumento de volume de 8,3% e 5,7% de receita líquida por hectolitro.

## América Latina Sul

As operações na América Latina Sul contribuíram com R\$6.955,7 milhões para a receita consolidada da Ambev em 2014, representando um crescimento de 17,9%. Enquanto nossos volumes foram praticamente estáveis no ano (-0,2%), nossa receita por hectolitro aumentou 18,2%, alcançando R\$188,9, em função, principalmente, das nossas iniciativas de gestão receita.

## Canadá

As operações da *Labatt* contribuíram com R\$4.653,4 milhões para a nossa receita consolidada em 2014, uma redução orgânica de 0,2% em relação ao ano anterior. Esse resultado é decorrente da queda de nossos volumes, parcialmente compensada pelo aumento da receita por hectolitro de 0,6%.

## Custo dos produtos vendidos

O custo dos produtos vendidos em 2014 teve um crescimento de 12,9%, totalizando R\$12.814,6 milhões.

## Brasil

O custo dos produtos vendidos na unidade de negócios Brasil em 2014 foi de R\$7.833,2 milhões, crescendo 13,3%.

## Cerveja

O custo dos produtos vendidos da operação de cerveja no Brasil em 2014 cresceu 15,8%, chegando a R\$6.162,4 milhões, enquanto o custo dos produtos vendidos por hectolitro apresentou um aumento de 10,5%. O principal fator que contribuiu para este aumento foi o custo de matéria prima indexada ao dólar americano, *hedgado* para reais por uma taxa maior do que no ano anterior, parcialmente compensado por *commodities hedgadas* por um preço menor do que no ano anterior, bem como por maiores despesas com depreciação industrial e um impacto negativo do *mix* de embalagens durante o período da Copa do Mundo FIFA de 2014.

## RefrigeNanc

O custo dos produtos vendidos da operação de RefrigeNanc no Brasil aumentou 5,2% em 2014, chegando a R\$1.670,8 milhões. O custo dos produtos vendidos por hectolitro aumentou 3,7% totalizando R\$54,6, impactado por custo de matéria prima indexada ao dólar americano, *hedgado* para reais por uma taxa maior do que no ano anterior, parcialmente compensado por custos de *commodities*, os quais foram *hedgados* por preços menores do que no ano anterior, bem como por maiores despesas com depreciação industrial.

## HILA-Ex

O custo dos produtos vendidos nas nossas operações na HILA-Ex aumentou 12,5% em 2014, chegando a R\$974,3 milhões. O principal motivo foi a inflação geral na região.

## América Latina Sul

A América Latina Sul teve um aumento de 18,4% no custo dos produtos vendidos, totalizando R\$2.607,3 milhões em 2014, o que representa um crescimento do custo dos produtos vendidos por hectolitro de 18,7%. Os principais efeitos que explicam esse aumento são os *hedges* de moeda desfavoráveis, inflação geral e maiores custos de mão-de-obra, principalmente na Argentina, parcialmente compensados pelos preços de *commodities*.

## Canadá

O custo dos produtos vendidos da *Labatt* no ano de 2014 aumentou 0,6% em comparação com o ano anterior totalizando R\$1.399,8 milhões, com uma pequena contribuição negativa dos nossos *hedges* de moeda.

## Despesas com vendas, gerais e administrativas

As despesas com vendas, gerais e administrativas da Companhia totalizaram R\$10.978,7 milhões em 2014, crescendo 12,6% no ano.

## Brasil

As despesas com vendas, gerais e administrativas no Brasil somaram R\$7.055,9 milhões em 2014, aumentando 13,7%.

## Cerveja

As despesas com vendas, gerais e administrativas atingiram R\$6.221,8 milhões em 2014, apresentando um crescimento de 15,0%. O crescimento das despesas operacionais foi resultado, principalmente, de maiores investimentos em vendas e *marketing* em nossas marcas, em grande parte relacionado à Copa do Mundo FIFA 2014, e de despesas logísticas devido ao aumento de distribuição direta no ano.

## RefrigeNanc

Despesas com vendas, gerais e administrativas para RefrigeNanc acumularam R\$834,2 milhões em 2014, um crescimento de 4,7% no período, também impactado devido a maiores investimentos em vendas e *marketing* e despesas logísticas como consequência de um maior *mix* de distribuição direta.

## HILA-Ex

As despesas com vendas, gerais e administrativas das operações da Ambev na HILA-Ex somaram R\$596,9 milhões em 2014, um aumento orgânico de 8,4%, por conta de maiores investimentos em vendas e *marketing*.

## América Latina Sul

As despesas com vendas, gerais e administrativas na América Latina Sul acumularam R\$1.676,4 milhões em 2014, crescendo 21,6% devido a maiores gastos com transporte e salários decorrente, principalmente, das pressões inflacionárias na Argentina.

## Canadá

As despesas da *Labatt* com vendas, gerais e administrativas totalizaram R\$1.649,5 milhões em 2014, ficando praticamente estável em 0,6%.

## Outras receitas/(despesas) operacionais, líquidas

O saldo líquido de outras receitas e despesas operacionais, referente ao exercício de 2014 representou um ganho de R\$1.629,2 milhões, comparado ao ganho de R\$1.761,7 milhões registrado em 2013, principalmente, devido a maiores subvenções governamentais compensados por de um ganho pontual de R\$300 milhões relacionado à recuperação de ativos restritos, o qual foi contabilizado no quarto trimestre de 2013.

Outras receitas/(despesas) operacionais, líquidas	2013		2014
	R\$ milhões	Base de Referência	
Subvenção governamental/AVP de incentivos fiscais	1.148,0		1.479,9
(Adições)/reversões de provisões	(69,9)		(32,2)
(Perda)/ganho na alienação de imobilizado, intangível e ativo mantido para venda	24,7		33,9
Outras receitas/(despesas) operacionais, líquidas	658,9		147,6
	<b>1.761,7</b>		<b>1.629,2</b>

## Itens não recorrentes

Os itens não recorrentes totalizaram uma despesa de R\$89,0 milhões em 2014 devido, principalmente, a gastos com reestruturação e *impairment*, comparado a uma despesa de R\$29,2 milhões em 2013, resultado de gastos com reestruturação.

Itens não recorrentes	2013		2014
	R\$ milhões	Base de Referência	
Reestruturação	(29,2)		(48,9)
Impairment de ativo fixo	-		(32,3)
Outros	-		(7,8)
	<b>(29,2)</b>		<b>(89,0)</b>

## Resultado financeiro

O resultado financeiro foi uma despesa de R\$1.475,4 milhões, comparado a uma despesa de R\$1.561,4 milhões em 2013.

Resultado financeiro líquido	2013		2014
	R\$ milhões	Base de Referência	
Receitas de juros	343,4		399,4
Despesas com juros	(533,0)		(697,4)
Ganhos/(perdas) com derivativos	(201,0)		(244,9)
Ganhos/(perdas) com instrumentos não-derivativos	(512,1)		(435,8)
Impostos sobre transações financeiras	(86,4)		(78,1)
Outras receitas/(despesas) financeiras, líquidas	(572,4)		(418,6)
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(1.561,4)</b>		<b>(1.475,4)</b>

A dívida total da Companhia foi reduzida de R\$2.905,8 milhões em dezembro de 2013 para R\$2.622,6 milhões em dezembro de 2014.

Detalhamento da Dívida	2013		2014		2014	
	R\$ milhões	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante
Moeda local	574,9	1.361,8	1.936,7	572,3	1.422,5	1.994,8
Moeda estrangeira	465,7	503,5	969,1	415,8	212,1	627,9
<b>Dívida consolidada</b>	<b>1.040,6</b>	<b>1.865,2</b>	<b>2.905,8</b>	<b>988,1</b>	<b>1.634,6</b>	<b>2.622,6</b>
Caixa e equivalentes a caixa						
(líquido de conta garantida)			11.538,2			9.623,0
Aplicações financeiras correntes			288,6			713,0
<b>Dívida / Caixa líquido</b>			<b>(8.921,0)</b>			<b>(7.713,3)</b>

## Imposto de renda e contribuição social

A alíquota efetiva em 2014 foi de 14,0%, contra a alíquota do ano anterior de 17,9%. Os principais fatores que geraram esta redução na alíquota efetiva durante o ano foram os maiores benefícios fiscais pelo pagamento de juros sobre capital próprio.

## Participações de empregados e administradores

No ano de 2014, a participação nos lucros de empregados e administradores provisionada foi de R\$243,4 milhões. Este valor faz parte da política de remuneração variável da Companhia, segundo a qual a maioria dos empregados tem uma parte significativa de sua remuneração sujeita ao cumprimento de metas de desempenho

## BALANÇOS PATRIMONIAIS | Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 e 1º de Janeiro de 2013 (em milhões de reais)

Ativo	Nota	Controladora				Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora				Consolidado	
		2014	2013	01/01/2013	2014	2013	01/01/2013			2014	2013	01/01/2013	2014	2013	01/01/2013
			Reapresentado (a)	Reapresentado (a)		Reapresentado (a)	Reapresentado (a)				Reapresentado (a)	Reapresentado (a)		Reapresentado (a)	Reapresentado (a)
Caixa e equivalentes de caixa	5	5.165,3	137,0	48,1	9.722,1	11.538,2	9.259,3	14	7.144,3	41,1	18,8	8.708,7	8.007,7	6.685,5	6.685,5
Aplicações financeiras	6	684,9	—	—	713,0	288,6	476,6	28	1.844,1	—	—	1.909,2	945,6	1.051,7	1.051,7
Instrumentos financeiros derivativos	28	840,6	—	—	882,5	609,6	340,6	15	711,2	—	—	988,1	1.040,6	837,8	837,8
Contas a receber	7	2.726,7	5,1	6,7	3.028,9	2.972,8	2.464,2	5	74,1	—	—	99,1	—	0,1	0,1
Estoques	8	1.891,2	—	—	3.411,3	2.835,6	2.505,5		262,1	0,9	—	598,4	722,1	566,1	566,1
Impostos e contribuições a recuperar		831,4	2,6	2,0	1.581,9	1.397,0	585,2		2.269,2	915,1	11,0	2.435,3	1.174,2	3.088,9	3.088,9
Ativos mantidos para venda		—	—	—	—	—	4,1		19,1	—	—	640,4	897,1	980,4	980,4
Outros ativos		899,7	4,5	14,8	1.388,8	1.167,2	990,7		1.452,6	0,4	0,4	2.903,3	2.235,2	2.101,5	2.101,5
<b>Ativo circulante</b>		<b>13.039,8</b>	<b>149,2</b>	<b>71,6</b>	<b>20.728,5</b>	<b>20.809,0</b>	<b>16.626,2</b>		<b>17.302,6</b>	<b>957,6</b>	<b>30,2</b>	<b>21.824,8</b>	<b>17.352,7</b>	<b>15.649,0</b>	<b>15.649,0</b>
Aplicações financeiras	6	67,7	—	—	68,0	63,8	249,4		14.872,5	—	—	73,9	69,4	45,0	45,0
Instrumentos financeiros derivativos	28	5,4	—	—	5,5	1,7	30,5		28,7	—	—	29,9	32,5	4,2	4,2
Impostos e contribuições a recuperar		1.033,6	0,3	—	1.161,2	474,1	375,0		1.499,0	86,4	—	1.634,6	1.865,2	2.316,2	2.316,2
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	558,0	837,1	9,7	1.392,5	1.647,8	1.428,7		—	—	—	1.737,6	2.095,7	1.367,6	1.367,6
Outros ativos		926,3	—	—	1.736,5	1.795,5	1.461,8		607,5	—	—	610,9	883,0	779,3	779,3
Benefícios a funcionários	17	12,8	—	—	12,8	23,5	25,5		273,6	—	—	286,7	572,0	2.235,5	2.235,5
Investimentos	10	51.780,9	43.049,9	25.346,8	40,4	26,5	24,0		370,9	—	—	543,2	431,7	518,1	518,1
Imobilizado	11	9.078,7	—	—	15.740,1	14.005,6	12.413,7		237,7	—	—	1.757,0	1.558,3	1.780,9	1.780,9
Ativo intangível	12	629,1	—	—	3.754,9	3.214,0	2.936,4		17.889,9	86,4	—	6.673,8	7.507,8	9.046,8	9.046,8
Ágio	13	281,8	—	—	27.502,9	27.023,7	26.647,5		35.192,5	1.044,0	30,2	28.498,6	24.860,5	24.695,8	24.695,8
<b>Ativo não circulante</b>		<b>64.374,3</b>	<b>43.887,3</b>	<b>25.356,5</b>	<b>51.414,8</b>	<b>48.276,2</b>	<b>45.592,5</b>								
<b>Total do ativo</b>		<b>77.414,1</b>	<b>44.036,5</b>	<b>25.428,1</b>	<b>72.143,3</b>	<b>69.085,2</b>	<b>62.218,7</b>								

(a) A Companhia aplicou, retrospectivamente, o método do custo precedente para a aquisição do controle da Cerbuco Brewing Inc. ("Cerbuco"), holding da Companhia que detém participação controladora na Bucanero S.A. ("Bucanero"), de maneira consistente com a prática contábil para combinação de negócios entre entidades sob controle comum (Nota 1 (b)).

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 (em milhões de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2014	2013	2014	2013
Receita líquida	20	20.014,9	—	38.079,8	35.079,1
Custo dos produtos vendidos		(9.704,4)	—	(12.814,6)	(11.572,5)
<b>Lucro bruto</b>		<b>10.310,5</b>	<b>—</b>	<b>25.265,2</b>	<b>23.506,6</b>
Despesas logísticas		(1.486,7)	—	(4.847,3)	—
Despesas comerciais		(1.930,6)	—	(4.311,5)	(8.059,9)
Despesas administrativas		(1.101,2)	(3,2)	(1.820,0)	(1.748,3)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	21	1.527,4	43,1	1.629,2	1.761,6
<b>Lucro operacional antes dos itens não recorrentes</b>		<b>7.319,4</b>	<b>39,9</b>	<b>15.915,6</b>	<b>15.460,0</b>
Reestruturação	23	(4,0)	—	(48,9)	(29,2)
Impairment de ativo fixo	23	—	—	(32,3)	—
Outras despesas não recorrentes	23	(5,2)	—	(7,8)	—
<b>Lucro operacional</b>		<b>7.310,2</b>	<b>39,9</b>	<b>15.826,6</b>	<b>15.430,8</b>
Despesas financeiras	24	(3.218,2)	(1,5)	(2.648,6)	(2.495,0)
Receitas financeiras	24	1.045,9	5,4	1.173,2	933,6
<b>Resultado financeiro, líquido</b>		<b>(2.172,3)</b>	<b>3,9</b>	<b>(1.475,4)</b>	<b>(1.561,4)</b>
Participação nos resultados de controladas e coligadas	10	6.730,2	8.699,9	17,4	11,4
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<b>11.868,1</b>	<b>8.743,7</b>	<b>14.368,6</b>	<b>13.880,8</b>
Imposto de renda e contribuição social	25	197,4	813,6	(2.006,6)	(2.481,4)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>12.065,5</b>	<b>9.557,3</b>	<b>12.362,0</b>	<b>11.399,4</b>

Atribuído a:

Participação dos controladores	12.065,5	9.557,3	12.065,5	9.557,3
Participação dos não controladores	—	—	296,5	1.842,1
Lucro por ação ordinária (básico)	0,77	0,75	0,77	0,75
Lucro por ação ordinária (diluído)	0,76	0,75	0,76	0,75

(a) A Companhia aplicou, retrospectivamente, o método do custo precedente para a aquisição do controle da Cerbuco Brewing Inc. ("Cerbuco"), holding da Companhia que detém participação controladora na Bucanero S.A. ("Bucanero"), de maneira consistente com a prática contábil para combinação de negócios entre entidades sob controle comum (Nota 1 (b)).

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

## DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 (em milhões de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>12.065,5</b>	<b>9.557,3</b>	<b>12.362,0</b>	<b>11.399,4</b>
<b>Itens que não serão reclassificados para o resultado:</b>				
Reconhecimento integral de ganhos/(perdas) atuariais	(165,7)	202,1	(165,9)	201,0
<b>Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado:</b>				
Ganhos e (perdas) na conversão de operações no exterior				
Hedge de investimento caixa no exterior	(330,9)	(380,8)	(330,9)	(380,7)
Hedge de investimento República Dominicana	(175,2)	(118,2)	(175,2)	(118,2)
Ganhos e (perdas) na conversão de demais operações no exterior	994,8	664,5	1.116,4	786,5
<b>Total dos ganhos e (perdas) na conversão de operações no exterior</b>	<b>488,7</b>	<b>165,5</b>	<b>610,3</b>	<b>287,6</b>
Hedge de fluxo de caixa - ganhos e (perdas)				
Reconhecido no patrimônio líquido (Reserva de hedge)	378,8	283,1	385,2	285,0
Excluído do patrimônio líquido (Reserva de hedge) e incluído no resultado	(245,1)	(220,6)	(251,2)	(220,6)
<b>Total Hedge de fluxo de caixa</b>	<b>133,7</b>	<b>62,5</b>	<b>134,0</b>	<b>64,4</b>
<b>Outros resultados abrangentes, líquido de imposto</b>	<b>456,7</b>	<b>430,1</b>	<b>578,4</b>	<b>553,0</b>
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>12.522,2</b>	<b>9.987,4</b>	<b>12.940,4</b>	<b>11.952,4</b>

Atribuído a:

Participação dos controladores	12.522,2	9.987,4	12.522,2	9.987,4
Participação dos não controladores	—	—	418,2	1.965,0

(a) A Companhia aplicou, retrospectivamente, o método do custo precedente para a aquisição do controle da Cerbuco Brewing Inc. ("Cerbuco"), holding da Companhia que detém participação controladora na Bucanero S.A. ("Bucanero"), de maneira consistente com a prática contábil para combinação de negócios entre entidades sob controle comum (Nota 1 (b)).

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO | Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 (em milhões de reais)

	Atribuído à participação dos controladores					Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial		
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2014</b>	<b>57.000,8</b>	<b>55.362,4</b>	<b>5.857,8</b>	—	<b>(75.228,6)</b>	<b>42.992,4</b>	<b>44.224,6</b>
Lucro líquido do exercício	—	—	—	12.065,5	—	12.065,5	12.362,0
<b>Resultado Abrangente:</b>							
Ganhos/(perdas) na conversão de operações no exterior	—	—	—	—	488,7	488,7	610,3
Hedge de fluxo de caixa	—	—	—	—	133,6	133,6	133,9
Ganhos/(perdas) atuariais	—	—	—	—	(165,6)	(165,6)	(165,8)
<b>Resultado abrangente do exercício</b>					<b>456,7</b>	<b>12.522,2</b>	<b>12.940,4</b>
Ajuste de exercícios anteriores (a)	—	—	—	—	89,4	65,3	65,3
Aumento de capital	581,6	(423,9)	—	—	—	157,7	157,7
Gastos com emissão de ações	—	(0,9)	—	—	—	(0,9)	(0,9)
Valor pago ABI - Bucanero (Nota 1 (b))	—	—	—	—	(505,3)	(505,3)	(505,3)
Ganhos/(perdas) de participação	—	—	—	—	(4,2)	(4,2)	(11,6)
Dividendos distribuídos	—	—	(1.591,2)	(5.492,2)	—	(7.083,4)	(7.303,3)
Juros sobre o capital próprio distribuídos	—	—	(2.412,2)	(1.569,2)	—	(3.981,4)	(3.981,4)
Juros sobre o capital próprio provisionados à distribuir	—	—	—	(2.042,6)	—	(2.042,6)	(2.042,6)
Pagamentos baseados em ações	—	154,3	—	—	—	154,3	154,3
Compra de ações e resultado de ações em tesouraria	—	(68,6)	—	—	—	(68,6)	(68,6)
Dividendos prescritos	—	—	—	16,1	—	16,1	16,1
<b>Reversão efeitos prática contábil do custo precedente:</b>							
Reversão efeito revalorização dos ativos fixos pelo custo precedente	—	—	—	75,9	(75,9)	—	—
<b>Constituição de reservas - destinações:</b>							
Reserva de incentivos fiscais	—	—	1.022,7	(1.022,7)	—	—	—
Juros sobre o capital próprio propostos	—	—	1.508,4	(1.508,4)	—	—	—
Reserva de investimentos	—	—	498,3	(498,3)	—	—	—
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>57.582,4</b>	<b>55.023,3</b>	<b>4.883,8</b>	—	<b>(75.267,9)</b>	<b>42.221,6</b>	<b>43.644,7</b>

(a) A Companhia adotava, para consolidação de suas distribuidoras, controladas em conjunto, no Canadá, o método proporcional de consolidação. Em linha com o IFRS 11(R), a Companhia adotou o método de equivalência patrimonial, a partir de 1º de janeiro de 2014, prospectivamente. Períodos anteriores não foram revisados visto que os valores foram considerados irrelevantes.

	Atribuído à participação dos controladores					Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial		
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2013</b>	<b>249,1</b>	—	<b>51,6</b>	—	<b>24.905,9</b>	<b>25.206,6</b>	<b>37.269,0</b>
Ajuste contábil do custo precedente (a)	—	—	—	—	191,3	191,3	253,9
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2013 - ajustado</b>	<b>249,1</b>	—	<b>51,6</b>	—	<b>25.097,2</b>	<b>25.397,9</b>	<b>37.522,9</b>
Lucro líquido do exercício	—	—	—	7.322,8	2.234,5	9.557,3	11.399,4
<b>Resultado Abrangente:</b>							
Ganhos/(perdas) na conversão de operações no exterior	—	—	—	—	165,6	165,6	287,6
Hedge de fluxo de caixa	—	—	—	—	62,4	62,4	64,3
Ganhos/(perdas) atuariais	—	—	—	—	202,0	202,0	201,0
<b>Resultado abrangente do exercício</b>					<b>2.664,5</b>	<b>9.987,3</b>	<b>11.952,3</b>
Aumento de capital (a)	8.224,3	6.775,0	1.431,9	—	(16.413,7)	17,5	17,5
Incorporação de ações	48.527,4	48.527,4	—	—	—	(97.054,8)	—
Ajuste transação com minoritários	—	—	—	—	(85.242,6)	(85.242,6)	—
Gastos com emissão de ações	—	(26,9)	—	—	—	(26,9)	(26,9)
Opção de venda de participação em controlada	—	—	—	—	(54,1)	(54,1)	(54,1)
Ganhos/(perdas) de participação	—	—	—	—	(28,2)	(28,2)	(204,3)
Dividendos distribuídos	—	—	(13,1				



## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 (em milhões de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2014	2013	2014	2013
Lucro líquido do exercício		12.065,5	9.557,3	12.362,0	11.399,4
Depreciação, amortização e impairment		1.414,3	-	2.392,5	2.105,1
Perda por impairment no contas a receber, estoques e demais contas a receber		24,4	-	99,6	117,1
Aumento/(redução) nas provisões e benefícios a funcionários		122,3	-	169,1	203,2
Resultado financeiro líquido	24	2.172,3	(3,9)	1.475,4	1.561,4
Perda/(ganho) na venda de imobilizado e intangíveis		(11,7)	-	(33,9)	(24,7)
Despesa com pagamentos de baseados em ações	27	115,5	-	161,1	182,2
Imposto de renda e contribuição social	25	(197,4)	(813,6)	2.006,6	2.481,4
Participação nos resultados de controladas e coligadas	10	(6.730,2)	(8.699,9)	(17,4)	(11,4)
Outros itens não monetários incluídos no lucro		(137,6)	-	(320,1)	(228,1)
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais antes do caixa de giro e provisões</b>		<b>8.837,4</b>	<b>39,9</b>	<b>18.294,9</b>	<b>17.785,6</b>
Redução/(aumento) no contas a receber e demais contas a receber		1.894,7	(2,9)	(502,6)	(1.178,1)
Redução/(aumento) nos estoques		(209,0)	-	(589,0)	(417,6)
Aumento/(redução) nas provisões, contas a pagar e demais contas a pagar		(915,5)	20,5	1.577,4	1.279,9
<b>Geração de caixa das atividades operacionais</b>		<b>9.607,6</b>	<b>57,5</b>	<b>18.780,7</b>	<b>17.469,8</b>
Juros pagos		(827,2)	(0,2)	(699,6)	(431,5)
Juros recebidos		261,3	5,4	349,4	605,4
Dividendos recebidos		2.770,8	2.061,4	21,0	136,0
Imposto de renda e contribuição social pagos		(95,1)	(0,9)	(2.555,8)	(2.464,9)
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		<b>11.717,4</b>	<b>2.123,2</b>	<b>15.895,7</b>	<b>15.314,8</b>
Caixa advindo de reestruturação societária	1	3.625,9	-	-	-
Proventos da venda de imobilizado e intangíveis		105,5	-	152,0	112,2
Aquisição de imobilizado e intangíveis		(2.144,6)	-	(4.493,1)	(3.810,3)
Aquisição de subsidiárias, líquido de caixa adquirido		-	(7,5)	(10,7)	(254,9)
Aplicação financeira e proventos líquidos de títulos de dívida		(524,5)	-	(445,7)	141,7
Aquisição de outros ativos, líquidos		59,9	-	29,5	-
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		<b>1.122,2</b>	<b>(7,5)</b>	<b>(4.768,0)</b>	<b>(3.811,3)</b>
Aumento de capital e adiantamento para futuro aumento de capital	18	157,6	17,4	157,6	17,4
Aumento/(redução) de capital em subsidiárias/não controladores		-	-	172,4	-
Recuperação para manutenção de ações em tesouraria	13	(68,2)	(28,8)	(74,2)	(37,7)
Proventos de empréstimos		4.797,7	86,4	1.005,2	331,4
Liquidação de empréstimos		(739,3)	-	(1.790,3)	(991,2)
Caixa líquido de custos financeiros, exceto juros		(308,4)	(41,8)	(380,9)	(1.663,8)
Pagamento de passivos de arrendamento financeiro		-	-	(1,6)	(1,5)
Dividendos pagos		(11.867,8)	(2.060,0)	(12.059,6)	(7.333,7)
<b>Fluxo de caixa de atividades financeiras</b>		<b>(8.028,4)</b>	<b>(2.026,8)</b>	<b>(13.143,8)</b>	<b>(9.506,7)</b>
<b>Aumento/(redução) líquido no Caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>4.811,2</b>	<b>88,9</b>	<b>(2.016,1)</b>	<b>1.996,8</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa<sup>(a)</sup> no início do exercício</b>		<b>137,0</b>	<b>48,1</b>	<b>11.538,2</b>	<b>9.259,3</b>
<b>Efeito de variação cambial</b>		<b>143,0</b>	<b>-</b>	<b>100,9</b>	<b>282,1</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa<sup>(a)</sup> no final do exercício</b>		<b>5.091,2</b>	<b>137,0</b>	<b>9.623,0</b>	<b>11.538,2</b>

<sup>(a)</sup> A Companhia aplicou, retrospectivamente, o método do custo precedente para a aquisição do controle da Cerbuco Brewing Inc. ("Cerbuco"), holding da Companhia que detém participação controladora na Bucanero S.A. ("Bucanero"), de maneira consistente com a prática contábil para combinação de negócios entre entidades sob controle comum (Nota 1 (b)).

<sup>(b)</sup> Líquido de conta garantida.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

## DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 (em milhões de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
<b>Receitas</b>	<b>35.556,2</b>	<b>-</b>	<b>59.682,9</b>	<b>53.865,0</b>
Vendas mercadorias, produtos e serviços	35.053,2	-	59.036,0	52.757,5
Outras receitas	516,8	-	701,3	1.146,1
Provisão de créditos de liquidação duvidosa	(13,8)	-	(54,4)	(38,6)
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(14.398,9)</b>	<b>41,6</b>	<b>(22.562,7)</b>	<b>(18.551,8)</b>
Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	(11.867,0)	-	(15.517,7)	(12.653,9)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(2.495,4)	41,6	(6.943,2)	(5.824,6)
(Perda)/recuperação de valores ativos	(36,5)	-	(101,8)	(73,3)
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>21.157,3</b>	<b>41,6</b>	<b>37.120,2</b>	<b>35.313,2</b>
<b>Retenções</b>	<b>(1.377,8)</b>	<b>-</b>	<b>(2.290,7)</b>	<b>(2.031,8)</b>
Depreciação e amortização	(1.377,8)	-	(2.290,7)	(2.031,8)
<b>Valor adicionado líquido produzido</b>	<b>19.779,5</b>	<b>41,6</b>	<b>34.829,5</b>	<b>33.281,4</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>	<b>7.799,6</b>	<b>8.705,3</b>	<b>956,0</b>	<b>752,5</b>
Participação nos resultados de controladas e coligadas	6.730,2	8.699,9	17,4	11,4
Receitas financeiras	1.045,9	5,4	1.173,2	933,6
Outros	23,5	-	(234,6)	(192,5)
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>27.579,1</b>	<b>8.746,9</b>	<b>35.785,5</b>	<b>34.033,9</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>	<b>27.579,1</b>	<b>8.746,9</b>	<b>35.785,5</b>	<b>34.033,9</b>
<b>Pessoal</b>	<b>1.428,7</b>	<b>1,2</b>	<b>2.995,2</b>	<b>3.031,7</b>
Remuneração direta	1.133,4	1,0	2.542,6	2.598,5
Benefícios	134,3	-	221,3	221,5
Fundo de garantia por tempo de serviço	56,8	0,2	85,2	86,2
Outros	104,2	-	146,1	125,5
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>	<b>10.828,1</b>	<b>(813,1)</b>	<b>17.604,6</b>	<b>17.016,1</b>
Federais	3.507,0	(813,1)	7.175,7	7.766,2
Estaduais	7.308,6	-	10.408,9	9.233,1
Municipais	12,5	-	20,7	16,8
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>	<b>3.256,8</b>	<b>1,5</b>	<b>2.823,7</b>	<b>2.586,7</b>
Juros	3.204,0	1,5	2.631,5	2.402,5
Aluguéis	52,8	-	192,2	184,2
<b>Remuneração de capitais próprios</b>	<b>12.065,5</b>	<b>9.557,3</b>	<b>12.362,0</b>	<b>11.399,4</b>
Juros sobre o capital próprio	3.611,8	-	3.611,8	-
Dividendos	5.492,2	2.951,1	5.492,2	2.951,1
Lucros retidos	2.961,5	4.371,7	2.961,5	4.371,7
Ajuste do lucro para fins de apresentação pelo método do custo precedente	-	2.234,5	-	2.234,5
Participação de não controladores lucros retidos	-	-	296,5	1.842,1

<sup>(a)</sup> A Companhia aplicou, retrospectivamente, o método do custo precedente para a aquisição do controle da Cerbuco Brewing Inc. ("Cerbuco"), holding da Companhia que detém participação controladora na Bucanero S.A. ("Bucanero"), de maneira consistente com a prática contábil para combinação de negócios entre entidades sob controle comum (Nota 1 (b)).

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS | Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 (em milhões de reais)

### 1 INFORMAÇÕES GERAIS

#### (a) Objeto social

A Ambev S.A. (referida como "Companhia" ou "Ambev S.A."), com sede em São Paulo tem por objeto, diretamente ou através da participação em outras sociedades, produzir e comercializar cervejas, chopes, refrigerantes, outras bebidas, malte e alimentos em geral.

A Companhia tem suas ações e ADRs (American Depositary Receipts) negociadas na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA S.A.) sob o código "ABEV3" e na Bolsa de Nova Iorque (NYSE) sob o código "ABEV".

Os dois acionistas controladores diretos da Companhia são a Interbrew International B.V. ("IIBV") e a AmBrew S.A. ("Ambrew"), ambas subsidiárias da Anheuser-Busch InBev N.V./S.A. ("ABI").

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 23 de fevereiro de 2015.

#### (b) Principais eventos ocorridos em 2014

No dia 2 de janeiro de 2014, foram realizadas as Assembleias Gerais Extraordinárias da Ambev S.A., da Companhia de Bebidas da América - Ambev e da Ambev Brasil Bebidas S.A., por meio das quais foram aprovadas as incorporações da BSA Bebidas Ltda. pela Ambev Brasil Bebidas S.A. e, ato contínuo, da Companhia de Bebidas e da Ambev Brasil Bebidas S.A. pela Ambev S.A. Como resultado das incorporações, a Companhia recebeu pelos seus respectivos valores contábeis a totalidade dos bens, direitos e obrigações da Companhia de Bebidas e da Ambev Brasil Bebidas S.A., que foram extintas, tendo suas ações sido canceladas, e sendo sucedidas pela Companhia, nos termos da lei.

Na Assembleia Geral Extraordinária da Ambev S.A. ocorrida em 1º de outubro de 2014 foi aprovada a incorporação da Londrina Bebidas Ltda. ("Londrina Bebidas"), pela Ambev S.A.

Como resultado da incorporação, a Companhia recebeu pelos seus respectivos valores contábeis, a totalidade dos bens, direitos e obrigações da Londrina Bebidas, que foi extinta, tendo suas ações sido canceladas e sendo sucedida pela Companhia, nos termos da lei.

O acervo líquido incorporado por empresa está demonstrado abaixo:

	Companhia de Bebidas das Américas S.A.	Ambev Brasil Bebidas S.A.	BSA Bebidas Ltda.	Londrina Bebidas Ltda.
	01/01/2014	01/01/2014	01/01/2014	01/10/2014
<b>Ativo</b>				
Ativo circulante	11.027,6	1.133,5	61,3	519,6
Ativo não circulante	47.220,2	4.906,1	2,7	737,7
<b>Total do ativo</b>	<b>58.247,8</b>	<b>6.039,6</b>	<b>64,0</b>	<b>1.257,3</b>
<b>Passivo</b>				
Passivo circulante	10.258,1	3.059,1	24,7	304,1
Passivo não circulante	12.630,6	912,7	5,8	578,8
<b>Total do passivo</b>	<b>22.888,7</b>	<b>3.971,8</b>	<b>30,5</b>	<b>882,9</b>
<b>Acervo líquido</b>	<b>35.359,1</b>	<b>2.067,8</b>	<b>33,5</b>	<b>374,4</b>

Em janeiro de 2014 a Ambev Luxemburgo, subsidiária integral da Companhia, adquiriu da ABI a totalidade das ações da Cerbuco Brewing Inc. ("Cerbuco"), holding que detém participação na Bucanero S.A. ("Bucanero"), empresa líder no mercado cubano de cervejas.

Com esta aquisição a Companhia tem por objetivo fortalecer sua liderança no Caribe.

A Companhia contabilizou, pela aquisição da Cerbuco, uma transferência de controle comum e refletiu, retrospectivamente, a consolidação da subsidiária no valor contábil da ABI. A diferença entre o valor pago e o custo precedente dos ativos líquidos adquiridos é contabilizada no patrimônio líquido.

Os impactos sobre o balanço patrimonial e as demonstrações dos resultados anteriormente apresentados estão demonstrados abaixo

#### Balancos patrimoniais

##### Em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(em milhões de reais)

	Controladora			
	2013	2013	2012	2012
		<b>Anteriormente</b>		<b>Anteriormente</b>
	<b>Ajustado</b>	<b>apresentado</b>	<b>Ajustado</b>	<b>apresentado</b>
<b>Ativo</b>				
Ativo circulante	149,2	149,2	71,6	71,6
Ativo não circulante	43.887,3	43.733,6	25.356,5	25.165,2
<b>Total do ativo</b>	<b>44.036,5</b>	<b>43.882,8</b>	<b>25.428,1</b>	<b>25.236,8</b>
<b>Passivo</b>				
Passivo circulante	957,6	957,6	30,2	30,3
Passivo não circulante	86,4	86,4	-	-
<b>Total do passivo</b>	<b>1.044,0</b>	<b>1.044,0</b>	<b>30,2</b>	<b>30,3</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>42.992,5</b>	<b>42.838,8</b>	<b>25.397,9</b>	<b>25.206,5</b>
		<b>Anteriormente</b>		<b>Anteriormente</b>
	<b>Ajustado</b>	<b>apresentado</b>	<b>Ajustado</b>	<b>apresentado</b>
<b>Ativo</b>				
Ativo circulante	20.809,1	20.470,0	16.626,1	16.305,9
Ativo não circulante	48.276,2	48.204,0	45.592,6	45.527,0
<b>Total do ativo</b>	<b>69.085,3</b>	<b>68.674,0</b>	<b>62.218,7</b>	<b>61.832,9</b>
<b>Passivo</b>				
Passivo circulante	17.352,7	17.180,6	15.648,9	15.527,3
Passivo não circulante	7.507,8	7.496,0	9.046,9	9.036,6
<b>Total do passivo</b>	<b>24.860,5</b>	<b>24.676,6</b>	<b>24.695,8</b>	<b>24.563,9</b>
<b>Patrimônio líquido</b>				
Patrimônio líquido de controladores	42.992,5	42.838,8	25.397,9	25.206,6
Participação de não controladores	1.232,2	1.158,6	12.125,0	12.062,4
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>44.224,7</b>	<b>43.997,4</b>	<b>37.522,9</b>	<b>37.269,0</b>

#### Demonstrações dos resultados

##### Exercício findo em 31 de dezembro de 2013

(em milhões de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2013	2013	2013	2013
	<b>Ajustado</b>	<b>Anteriormente</b>	<b>Ajustado</b>	<b>Anteriormente</b>
	<b>apresentado</b>	<b>apresentado</b>	<b>apresentado</b>	<b>apresentado</b>
Receita líquida	-	-	35.079,1	34.791,4
Custo dos produtos vendidos	-	-	(11.572,5)	(11.397,8)
<b>Lucro bruto</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>23.506,6</b>	<b>23.393,6</b>
Despesas logísticas	-	-	(4.297,6)	(4.268,2)
Despesas comerciais	-	-	(3.762,3)	(3.757,6)
Despesas administrativas	(3,2)	(3,2)	(1.748,3)	(1.736,5)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	43,1	43,1	1.761,6	1.761,5
<b>Lucro operacional antes dos itens não recorrentes</b>	<b>39,9</b>	<b>39,9</b>	<b>15.460,0</b>	<b>15.392,8</b>
Reestruturação	-	-	(29,2)	(29,2)
<b>Lucro operacional</b>	<b>39,9</b>	<b>39,9</b>	<b>15.430,8</b>	<b>15.363,6</b>
Despesas financeiras	(1,5)	(1,5)	(2.495,0)	(2.495,9)
Receitas financeiras	5,4	5,4	933,6	932,5
<b>Resultado financeiro, líquido</b>	<b>3,9</b>	<b>3,9</b>	<b>(1.561,4)</b>	<b>(1.563,4)</b>
Participação nos resultados de controladas e coligadas	8.699,9	8.677,6	11,4	11,4
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>8.743,7</b>	<b>8.721,4</b>	<b>13.880,8</b>	<b>13.811,6</b>
Imposto de renda e contribuição social	813,6	813,6	(2.481,4)	(2.457,6)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>9.557,3</b>	<b>9.535,0</b>	<b>11.399,4</b>	<b>11.354,0</b>
Atribuído a:				

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS | Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 (em milhões de reais)

### (c) Demonstrações contábeis individuais

Nas demonstrações contábeis individuais, os investimentos em controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. Para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, foram feitos, em ambas as demonstrações contábeis, os mesmos ajustes de prática quando da adoção das IFRS e dos CPCs. Em 2014 o IASB - *International Accounting Standards Board* publicou alterações ao IAS 27 - *'Equity Method in Separate Financial Statements (Amendments to IAS 27)'*. Esta alteração consiste em estabelecer o método da equivalência patrimonial como uma opção de contabilização de investimentos em subsidiárias, negócios em conjuntos e associadas em demonstrações financeiras separadas de uma entidade. As alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de Janeiro de 2016, com aplicação antecipada permitida. A Companhia optou por adotar a referida norma antecipadamente.

Os investimentos em controladas, coligadas e negócios em conjunto são avaliados pelo método da equivalência patrimonial e as práticas contábeis adotadas são uniformes àquelas adotadas pela Companhia. O valor contábil desses investimentos inclui desdobramento dos custos de aquisição em valor patrimonial, ágio, sendo o ágio apresentado na rubrica Intangíveis.

### (d) Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis das controladas da Ambev S.A., negócios em conjunto e coligadas utilizadas nas demonstrações contábeis consolidadas são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação da Ambev S.A., empregando práticas contábeis uniformes.

Todas as transações, saldos e ganhos e perdas não realizados em transações entre empresas do grupo foram eliminados.

#### Controladas

A Companhia controla uma entidade quando ela está exposta ou tem direito a retornos variáveis em decorrência de seu envolvimento com a entidade e é capaz de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a entidade. Na determinação de controle, potenciais direitos de voto são levados em conta. Presume-se a existência de controle quando a Companhia detém, direta ou indiretamente, mais de metade dos direitos de voto (o que nem sempre equivale à participação econômica), a menos que possa ser demonstrado que essa participação não constitui controle.

As controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é obtido pela Companhia, exceto quando aplicada a prática contábil do custo precedente para transferência do controle comum. A consolidação é interrompida a partir da data em que esse controle deixa de existir.

A Ambev S.A. usa o método de alocação contábil do custo do investimento para registrar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Ambev S.A.. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos, passivos e passivos contingentes adquiridos/assumidos em uma combinação de negócios são reconhecidos inicialmente pelos seus valores justos, na data da aquisição. A Ambev S.A. reconhece a participação de não controladores na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional à participação dos não controladores no valor justo dos ativos líquidos adquiridos. A mensuração da participação de não controladores é determinada em cada aquisição realizada.

O excesso: (i) da contraprestação transferida; (ii) do montante de quaisquer participações de não controladores na adquirida (quando aplicável); e (iii) do valor justo, na data de aquisição, de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida, sobre o valor justo dos ativos líquidos adquiridos é registrado como ágio (*goodwill*). Quando a soma dos três itens acima for menor que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, o ganho é reconhecido diretamente na demonstração do resultado do exercício.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma redução ao valor recuperável (*impairment*) do ativo transferido.

#### Negócios em conjunto

Negócios em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os negócios em conjunto são classificados como operações em conjunto (*joint operations*) ou empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

#### Combinação de negócios envolvendo entidades sob controle comum

Combinações de negócios entre entidades sob controle comum ainda não foram abordadas especificamente pelos IFRSs ou CPCs. O IFRS 3/CPC 15(R1) - *Combinação de Negócios* é o pronunciamento que se aplica a combinações de negócios, porém explicitamente exclui do seu escopo as combinações de negócios entre entidades sob controle comum.

Sendo assim, conforme permitido pelo IAS 8/CPC 23 - *Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro*, a Administração adotou uma prática contábil em linha com o USGAAP e o UKGAAP, a prática do custo precedente.

A prática contábil do custo precedente prevê que ao contabilizar uma transferência de ativos ou uma troca de ações entre entidades sob controle comum, a entidade que recebe os ativos líquidos ou as participações societárias inicialmente mensurará os ativos e passivos transferidos, reconhecidos aos seus valores contábeis nas contas da entidade que faz a transferência, na data da transferência, retrospectivamente. Se os valores contábeis dos ativos e passivos transferidos, pela controladora ABI, diferirem do custo histórico da controladora das entidades sob controle comum, as demonstrações financeiras da entidade recebedora deverão refletir os ativos e passivos transferidos ao custo da controladora das entidades sob controle comum.

### (e) Conversão de moeda estrangeira

#### Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis de cada uma das empresas da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("moeda funcional").

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis da Companhia é o Real.

#### Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são registradas pelas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa vigente na data do balanço patrimonial. Os ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio vigente na data da transação. Os ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira e evidenciados pelo valor justo são convertidos pela taxa de câmbio vigente na data de apuração do valor justo. Os ganhos e perdas decorrentes da liquidação de transações em moeda estrangeira e resultantes da conversão de ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração de resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos e caixa e equivalentes de caixa, são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

As variações cambiais de ativos e passivos financeiros não monetários são reconhecidas no resultado como parte do ganho ou da perda do valor justo. As variações cambiais de ativos financeiros não monetários, como por exemplo, os investimentos em ações classificadas como disponíveis para venda estão incluídos no patrimônio líquido.

#### Conversão das demonstrações contábeis de controladas localizadas no exterior

Os ativos e passivos destas controladas são convertidos pela taxa de câmbio vigente na data do balanço patrimonial, enquanto os saldos das demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa são convertidos pelas taxas de câmbio médias do período, e os saldos das mutações do patrimônio líquido, pelas taxas de câmbio históricas das respectivas transações. Os ajustes de conversão, compreendidos pela diferença entre as taxas de câmbio média e histórica, são registrados diretamente no resultado abrangente. Na consolidação, as diferenças de câmbio decorrentes da conversão do investimento líquido em operações no exterior e de empréstimos e outros instrumentos de moeda estrangeira designados como *hedge* desses investimentos são reconhecidos no resultado abrangente.

O ágio e os ajustes de valor justo decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento.

#### Taxas de câmbio

As principais taxas de câmbio utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis da Companhia são:

Moeda	Denominação	País	Taxa final		Taxa média	
			2014	2013	2014	2013
CAD	Dólar canadense	Canadá e Cuba	2,2932	2,2021	2,1372	2,0945
DOP	Peso dominicano	República Dominicana	0,0601	0,0551	0,0540	0,0517
USD	Dólar americano	Equador, Dinamarca e Cuba <sup>(1)</sup>	2,6562	2,3426	2,3488	2,1574
GTQ	Quetzal	Guatemala	0,3508	0,2998	0,3042	0,2744
PEN	Novo Sol	Peru	0,8934	0,8360	0,8285	0,8002
ARS	Peso	Argentina	0,3106	0,3594	0,2893	0,3961
BOB	Boliviano	Bolívia	0,3816	0,3366	0,3375	0,3100
PYG	Guarani	Paraguai	0,0006	0,0005	0,0005	0,0005
UYU	Peso uruguaio	Uruguai	0,1090	0,1093	0,3106	0,1052
CLP	Peso chileno	Chile	0,0044	0,0045	0,0041	0,0044

<sup>(1)</sup> A moeda funcional de Cuba, o peso cubano conversível ("CUC"), tem paridade com o dólar ("USD") na data da demonstração contábil.

### (f) Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa compreendem os saldos de caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, com riscos insignificantes de mudança de valor, e prontamente conversíveis em caixa. São contabilizados pelo seu valor de face, que é equivalente ao seu valor justo.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa são apresentados líquidos de saldos de contas garantidas, quando aplicável.

### (g) Ativos financeiros

#### g.i) Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: (1) mensurados ao valor justo por meio do resultado, (2) empréstimos e recebíveis, (3) mantidos até o vencimento e (4) disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

#### g. i.1) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge*.

Em geral, os ativos dessa categoria são classificados como aplicações financeiras de curto prazo, no ativo circulante. Aqueles com vencimento original acima de um ano podem ser classificados como aplicações financeiras de curto prazo baseado na intenção e habilidade da Administração em resgatá-los em um período menor do que um ano, bem como, considerando-se a sua natureza de alta liquidez e pelo fato de representarem um caixa disponível para operações correntes.

São classificados nesta categoria investimentos em títulos de dívida.

#### g. i.2) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

#### g. i.3) Ativos mantidos até o vencimento

Os ativos mantidos até o vencimento são ativos financeiros adquiridos com a intenção e capacidade financeira de manutenção em carteira até o vencimento.

#### g. i.4) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são instrumentos não derivativos que não são classificados em nenhuma outra categoria. São apresentados como ativos não circulantes, a menos que a Administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço.

São classificados nesta categoria investimentos em títulos de dívida, e títulos patrimoniais, que são investimentos nos quais a Companhia não possui influência significativa ou controle. Isto é geralmente evidenciado quando o investimento equivale a menos de 20% dos direitos de voto.

#### g.ii) Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

#### g.ii.1) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Subsequentemente, são contabilizados pelo valor justo. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo desses ativos são apresentados na demonstração do resultado, no período em que ocorrem.

#### g.ii.2) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

#### g.ii.3) Ativos mantidos até o vencimento

Os ativos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

#### g.ii.4) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e os juros e as atualizações monetárias são registrados na demonstração do resultado. Subsequentemente, são contabilizados pelo valor justo, com as variações decorrentes da avaliação ao valor justo registradas no resultado abrangente, e juros (calculados pelo método da taxa efetiva de juros), reconhecidos na demonstração do resultado.

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são liquidados ou sofrem perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no resultado abrangente, são incluídos na demonstração do resultado.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da própria entidade.

#### g.iii) Redução ao valor de recuperação (*impairment*) de ativos financeiros

A Administração avalia trimestralmente se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Se existir algum indicativo, o valor de recuperação do ativo é estimado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos ("evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros, e pode ser estimado de maneira confiável.

#### g.iv) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### (h) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção dos riscos relacionados a moedas estrangeiras, taxa de juros e preço de *commodities*. Os instrumentos financeiros derivativos que, embora contratados com objetivo de proteção, não atendem a todos os critérios para aplicação de contabilização de *hedge* são reconhecidos pelo valor justo no resultado do exercício. Instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo. O valor justo é o valor no qual um ativo pode ser realizado e um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso, em condições normais de mercado. O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos pode ser obtido a partir de cotações de mercado ou a partir de modelos de precificação que consideram as taxas correntes de mercado, e também a qualidade de crédito da contraparte.

Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros derivativos são remensurados pelo seu valor justo na data das demonstrações contábeis. As variações no valor justo do instrumento financeiro derivativo são reconhecidas no resultado do exercício, exceto quando estes são instrumentos de *hedge* de fluxo de caixa ou *hedge* de investimento líquido, em que as variações no valor justo são reconhecidas no resultado abrangente.

Os conceitos de *hedge* de fluxo de caixa, de investimento líquido e de valor justo são aplicados a todos os instrumentos que atendem aos requerimentos de contabilidade de *hedge* do IAS 39/CPC 38 - *Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração*, como por exemplo, a manutenção da documentação requerida incluindo teste de efetividade do *hedge*.

#### Contabilização de hedge de fluxo de caixa

Quando um instrumento financeiro derivativo protege da exposição dos fluxos de caixa de um ativo ou passivo reconhecido, do risco de moeda estrangeira e de oscilação de preços de *commodities*, associados a uma transação de realização altamente provável, a parcela efetiva de qualquer resultado (ganho ou perda) com o instrumento financeiro derivativo é reconhecida diretamente no resultado abrangente (reservas de *hedge* de fluxo de caixa). A parcela inefetiva de qualquer ganho ou perda é reconhecida imediatamente na demonstração de resultados do exercício.

Quando um instrumento de *hedge* ou uma relação de *hedge* são extintos, mas ainda espera-se que a transação protegida ocorrerá, os ganhos e perdas acumulados (até aquele ponto) permanecem no resultado abrangente, sendo reclassificados de acordo com a prática acima, quando a transação de proteção ocorrer. Não havendo mais probabilidade de ocorrência da transação de proteção, os ganhos ou perdas acumulados e reconhecidos no resultado abrangente são reclassificados imediatamente para a demonstração de resultados.

#### Contabilização de hedge de valor justo

Quando um instrumento financeiro derivativo protege da exposição à variabilidade no valor justo de um ativo ou passivo reconhecido ou um compromisso firme, qualquer resultado (ganho ou perda) com o instrumento financeiro derivativo é reconhecido na demonstração de resultado. O item protegido também é reconhecido pelo valor justo em relação ao risco sendo protegido, com respectivos ganhos e perdas reconhecidos na demonstração de resultados. A Companhia descontinuará a contabilização do *hedge* de valor justo quando o objeto de proteção expirar, for vendido, rescindido ou exercido.

#### Contabilização de hedge de investimento líquido

Quando um instrumento financeiro derivativo protege de um investimento líquido em operações no exterior, a parcela efetiva de qualquer resultado (ganho ou perda) com o instrumento financeiro derivativo é reconhecida diretamente no resultado abrangente (reservas de conversão), enquanto a parcela inefetiva é reconhecida na demonstração do resultado.

No caso de alienação da operação no exterior, o valor acumulado dos ganhos ou perdas reconhecidos diretamente no resultado abrangente é transferido para o resultado do exercício.

#### Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado

Certos instrumentos financeiros derivativos não se qualificam para a contabilização de *hedge*. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos financeiros derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado.

#### (i) Contas a receber

As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente pelo seu valor justo e posteriormente pelo seu custo amortizado, menos as perdas com provisão para créditos de liquidação duvidosa. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é feita com base em uma análise de todas as quantias a receber existentes na data do balanço patrimonial. Uma provisão para créditos de liquidação duvidosa é registrada quando há evidência objetiva que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. Registra-se a provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na realização dos recebíveis. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados. A provisão é reconhecida na demonstração do resultado, assim como eventuais reversões. Historicamente, não foram registradas perdas significativas em contas a receber de clientes.

#### (j) Estoques

Os estoques são valorizados pelo menor, entre o custo e o valor líquido de realização. O custo inclui os gastos incorridos na aquisição do bem, transporte até sua localização atual e colocação em condições de uso. Para a apuração do custo dos estoques emprega-se o método da média ponderada.

O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração contempla as matérias-primas, outros materiais de produção, o custo da mão-de-obra direta, outros custos diretos, ganhos e perdas com instrumentos financeiros derivativos e uma parcela (alocação) dos custos fixos e variáveis baseados na capacidade operacional normal. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado em condições normais de mercado, deduzido dos gastos para colocação dos produtos em condições de venda e realização da venda.

Estoques são baixados quando o valor líquido de realização antecipado se torna menor que o valor contábil dos estoques. O cálculo do valor líquido de realização leva em consideração as características específicas de cada categoria de estoque, tais como data de validade, vida útil, indicadores de movimentação, entre outros.

#### (k) Intangíveis

A amortização relacionada aos ativos intangíveis e desenvolvimento está incluída nos custos de vendas, se estes estiverem relacionados à produção, e em despesas de vendas e marketing, se relacionados a atividades comerciais.

Custos de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são capitalizados como parte do custo de tais ativos.

#### Direitos de fornecimento e distribuição

Um direito de distribuição é o direito de vender produtos específicos em um determinado território.

Direitos de distribuição adquiridos são mensurados inicialmente pelo custo ou valor justo quando obtido através de uma combinação de negócios.

Amortização relativa aos direitos de distribuição está incluída em despesas com vendas e *marketing*.

#### Marcas

Caso parte do valor pago em uma combinação de negócios relacione-se a marcas, elas são reconhecidas em uma conta específica do grupo de Intangíveis e mensuradas pelo seu valor justo na data da aquisição. Posteriormente, o valor das marcas pode sofrer redução no caso de perdas por *impairment*. Gastos incorridos internamente para desenvolvimento de uma marca são reconhecidos como despesa.

#### Software

O *software* adquirido é mensurado pelo custo de aquisição menos a amortização acumulada. Gastos com *software* desenvolvido internamente são capitalizados quando os gastos se qualificam como atividades de desenvolvimento, caso contrário, são reconhecidos na demonstração do resultado conforme incorridos.

A amortização relacionada a *software* está incluída no custo das vendas, despesas de distribuição, vendas e despesas de *marketing* ou despesas administrativas, dependendo da atividade à qual o *software* está relacionado.

#### Outros intangíveis

Outros intangíveis, adquiridos pela Companhia, são mensurados pelo custo de aquisição menos a amortização acumulada e eventuais perdas no valor de recuperação.

Outros intangíveis também incluem direitos de patrocínios de vários anos, adquiridos pela Companhia. Estes são inicialmente reconhecidos pelo valor presente dos pagamentos futuros, e subsequentemente mensurados pelo custo menos a amortização acumulada e eventuais perdas no valor de recuperação.

#### Amortização

Intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com o método linear pelo período de sua vida útil estimada. Licenças e direitos de fornecimento e distribuição são amortizados pelo período em que existem os direitos. Marcas são consideradas intangíveis de vida útil indefinida e, portanto não são amortizadas. *Software* e custos de desenvolvimento capitalizados relacionados a tecnologia são amortizados ao longo de 3 a 5 anos.

Itens que não são amortizados são testados para fins de redução ao valor de recuperação anualmente.

#### (l) Ágio

O ágio surge na aquisição de controladas, coligadas e negócios em conjunto.

O ágio é determinado como sendo o excesso: (i) da contraprestação transferida; (ii) do montante de quaisquer participações de não controladores na adquirida (quando aplicável); e (iii) do valor justo, na data de aquisição, de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida, sobre o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, na respectiva data de aquisição. Todas as combinações de negócios são contabilizadas pela aplicação do método de alocação contábil do custo do investimento.

Em conformidade com o IFRS 3 - *Combinações de Negócios*, o ágio é contabilizado pelo custo e não é amortizado, mas sim testado no mínimo anualmente para fins de redução ao valor de recuperação, ou sempre que houver indícios de redução ao valor de recuperação da unidade geradora de caixa à qual ele foi alocado. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é expresso na moeda da controlada ou operação em conjunto (*joint operation*) a que se refere e convertido em reais pela taxa de câmbio vigente no final do exercício.

Com respeito às coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*), o valor contábil do ágio é incluído no valor contábil da participação na coligada e/ou empreendimento controlado em conjunto (*joint ventures*).

Se a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes reconhecidos exceder o custo da combinação de negócios, tal excesso é reconhecido imediatamente na demonstração do resultado.

Gastos com ágio gerado internamente são contabilizados como despesa, conforme incorridos.

O ágio inclui os efeitos do custo precedente conforme descrito na Nota 1 - *Informações gerais*.

# ambev

**Ambev S.A.**

Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 07.526.557/0001-00 - NIRE 35.300.368.941



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS | Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 (em milhões de reais)

### (m) Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo menos a depreciação acumulada e as perdas por redução ao valor de recuperação. O custo abrange o preço de aquisição, os juros incorridos no financiamento durante a fase de construção, e todos os outros custos diretamente relacionados ao transporte do ativo imobilizado até o local e sua colocação em condições de operação na forma pretendida pela Administração da Companhia (por exemplo, impostos não recuperáveis, frete, custos de desmonte e retirada dos equipamentos e restauração do local em que se encontram, caso incorridos). O custo do imobilizado construído internamente é apurado conforme os mesmos princípios aplicáveis ao imobilizado adquirido de terceiros. Os métodos de depreciação, valor residual, bem como as vidas úteis são reavaliados e ajustados, se apropriado, anualmente.

Custos de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são capitalizados como parte do custo de tais ativos.

#### Gastos subsequentes

A Companhia reconhece no valor contábil do imobilizado o gasto da substituição de um componente, se for provável que os benefícios econômicos futuros nele incorporados fluirão para a Companhia, e o custo do componente puder ser apurado de forma confiável. Todos os demais gastos são lançados à conta de despesa quando incorridos.

#### Depreciação

O montante depreciável é o custo de um ativo menos o seu valor residual. Os valores residuais, se não insignificantes, são reavaliados anualmente. A depreciação dos itens inicia-se a partir do momento que os ativos estão instalados e prontos para uso, utilizando-se o método linear ao longo da vida útil estimada dos bens.

As vidas úteis das principais classes de ativo imobilizado estão descritas abaixo:

Edifícios	25 anos
Máquinas e equipamentos	15 anos
Instalações	10 anos
Utensílios	10 anos
Bens de uso externo	2 a 5 anos

As vidas úteis e os valores residuais dos ativos são revisados periodicamente. A Administração aplica julgamentos na avaliação e determinação das vidas úteis dos ativos.

Terrenos não são depreciados visto que são considerados como de vida útil indefinida.

#### Ganhos e perdas na venda

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em “Outras receitas” (despesas) operacionais, líquidas” na demonstração do resultado.

O imobilizado e respectiva depreciação incluem os efeitos do custo precedente conforme descrito na Nota 1 - *Informações gerais*.

### (n) Contabilização de arrendamento operacional

Arrendamentos de ativos nos quais os riscos e os benefícios do bem são retidos substancialmente pelo arrendador são classificados como arrendamento operacional. Pagamentos de arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado em uma base linear até o encerramento do contrato.

Quando um arrendamento operacional é encerrado antes da data de vencimento, qualquer pagamento a ser feito ao arrendatário a título de multa é reconhecido como uma despesa no período em que o contrato é encerrado.

### (o) Contas a pagar

Contas a pagar a fornecedores são reconhecidas, inicialmente pelo seu valor justo e, subsequentemente, pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

### (p) Empréstimos e financiamentos

Empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo deduzidos dos custos da transação. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos são mensurados pelo custo amortizado, sendo qualquer diferença entre o valor inicial e o valor do vencimento reconhecido no resultado do exercício, durante a vida esperada do instrumento, com base no método da taxa efetiva de juros. A Companhia possui empréstimos e financiamentos que possuem estrutura de *hedge* (Nota 15 - *Empréstimos e financiamentos*).

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a Companhia e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

### (q) Provisões

Provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) resultante de eventos passados; (ii) é provável que haja um desembolso futuro para liquidar uma obrigação presente; e (iii) o valor pode ser estimado com razoável segurança.

As provisões são mensuradas descontando-se os fluxos de caixa futuros esperados, a uma taxa antes dos impostos, que reflita as avaliações atuais de mercado sobre o valor do dinheiro no tempo, e quando apropriado, os riscos específicos da obrigação. O aumento da provisão é reconhecido como despesa financeira.

#### Reestruturação

Uma provisão para reestruturação é reconhecida quando a Companhia possui um plano detalhado e aprovado de reestruturação e quando a reestruturação já foi iniciada ou anunciada. Gastos relacionados às atividades normais e à conduta futura da Companhia não são provisionados, mas reconhecidos quando ocorrida uma despesa. A provisão inclui os compromissos relacionados aos benefícios que serão pagos pela Companhia aos funcionários desligados na reestruturação.

#### Disputas e litígios

A provisão para disputas e litígios é reconhecida quando é mais provável do que improvável que a Companhia será obrigada a fazer pagamentos futuros, como resultado de eventos passados. Tais pagamentos incluem, mas não estão limitados a, várias reivindicações, processos e ações iniciados tanto por terceiros quanto pela Companhia, relativos às leis antitrustes, violação dos acordos de distribuição e licenciamentos, questões ambientais, disputas trabalhistas, reclamações de autoridades fiscais e outros assuntos contenciosos.

### (r) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício compreendem o imposto corrente e diferido. O imposto de renda e contribuição social são reconhecidos no resultado do exercício, a não ser que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no resultado abrangente ou outra conta do patrimônio líquido. Nestes casos o efeito fiscal também é reconhecido diretamente no resultado abrangente ou em conta do patrimônio líquido (exceto juros sobre capital próprio, conforme Nota 3 (v)). A despesa com imposto corrente é a expectativa de pagamento sobre o lucro tributável do ano, utilizando a taxa nominal aprovada ou substancialmente aprovada na data do balanço patrimonial, e qualquer ajuste de imposto a pagar relacionado a exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido utilizando o método do balanço patrimonial. Isto significa que para as diferenças tributáveis e dedutíveis de natureza temporária entre as bases fiscais e contábeis de ativos e passivos, é reconhecido o imposto diferido ativo ou passivo. De acordo com esse método, a provisão para o imposto diferido é também calculada sobre as diferenças entre o valor justo de ativos e passivos adquiridos em uma combinação de negócios e sua base fiscal. O IAS 12/CPC 32 - *Tributos Sobre o Lucro* prevê que nenhum imposto diferido passivo seja reconhecido no reconhecimento do ativo; e que nenhum imposto diferido ativo e/ou passivo seja reconhecido (i) no reconhecimento inicial de um ativo ou passivo proveniente de uma transação que não a de combinação de negócios, que no momento da transação não afete o lucro ou prejuízo contábil ou fiscal; e (ii) sobre diferenças relacionadas a investimentos em ações de controladas, desde que não sejam revertidos no futuro previsível. O valor do imposto diferido determinado é baseado na expectativa de realização ou liquidação da diferença temporária e utiliza a taxa nominal aprovada ou substancialmente aprovada.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados se existir um direito legal de compensar os passivos fiscais correntes e ativos, e se estiverem relacionados aos impostos lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável, ou em diferentes entidades tributáveis que pretendam ou liquidar passivos fiscais correntes e ativos em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

O imposto diferido ativo é reconhecido somente na extensão em que é provável que haja lucros tributáveis futuros. O imposto de renda diferido ativo é reduzido na extensão em que não mais seja provável a ocorrência de lucros tributáveis futuros.

### (s) Benefícios a funcionários

#### Benefícios pós-emprego

Benefícios pós-emprego incluem benefícios de aposentadoria administrados, no Brasil, pelo Instituto Ambev de Previdência Privada - IAPP, e de assistência médica e odontológica administrados pela Fundação Zerrenner. Os planos de pensão normalmente são mantidos por pagamentos feitos tanto pela Companhia quanto pelos funcionários, considerando as recomendações dos atuários independentes. Os planos de assistência médica e odontológica são mantidos pelos rendimentos dos ativos da Fundação, podendo a Companhia contribuir com parte de seu lucro para a Fundação em caso de necessidade.

A Companhia possui planos de aposentadoria de contribuição definida e de benefício definido para funcionários do Brasil e de subsidiárias localizadas na República Dominicana, Argentina, Bolívia e no Canadá.

A Companhia possui planos de aposentadoria superavitários e deficitários.

#### s.1) Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada. A Companhia não tem obrigações legais ou construtivas de fazer contribuições adicionais se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado nos períodos corrente e anteriores.

As contribuições desses planos são reconhecidas como despesa no período em que são incorridas.

#### s.2) Planos de benefício definido

Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração.

Para os planos de benefício definido, as despesas são avaliadas para cada plano individualmente, utilizando o método de crédito unitário projetado. O crédito unitário projetado considera cada período de serviço como sendo uma unidade de benefício adicional para mensurar cada unidade separadamente. Baseado nesse método, o custo de prover a aposentadoria é reconhecido no resultado do exercício durante o período de serviço dos funcionários. Os valores reconhecidos no resultado do exercício compreendem o custo do serviço corrente, juros, custo do serviço passado e o efeito de quaisquer acordos e liquidações. As obrigações do plano reconhecidas no balanço patrimonial são mensuradas com base no valor presente dos desembolsos futuros utilizando uma taxa de desconto equivalente às taxas de títulos do governo com vencimento semelhante ao da obrigação, menos o valor justo dos ativos do plano.

Custos de serviço passado resultam da introdução de um novo plano ou mudança de um plano existente. Eles são reconhecidos imediatamente no resultado do exercício, na data do que ocorrer primeiro: (i) acordos/liquidações, ou (ii) quando a empresa reconhece custos relacionados a reestruturação ou terminação, a menos que as mudanças estejam condicionadas à permanência do empregado no emprego, por um período de tempo específico (o período no qual o direito é adquirido). Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear durante o período em que o direito foi adquirido.

Ganhos e perdas atuariais compreendem os efeitos das diferenças entre premissas atuariais prévias e o que de fato ocorreu, e os efeitos das mudanças nas premissas atuariais. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos integralmente no resultado abrangente.

Remensurações, compostas de ganhos e perdas atuariais, do efeito do limite de ativos (*assets ceiling*) e o retorno sobre os ativos do plano, ambos excluindo juros líquidos, são reconhecidos na demonstração do resultado abrangente, em sua totalidade, no período em que ocorrem. Remensurações não são reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes. Quando o montante calculado de um plano de benefício definido é negativo (um ativo), a Companhia reconhece tais ativos (despesas antecipadas) na extensão do valor do benefício econômico disponível para a Companhia, proveniente de reembolsos ou reduções de contribuições futuras.

#### Outras obrigações pós-emprego

A Companhia e suas subsidiárias patrocinam benefícios de assistência médica, reembolso de gastos com medicamentos e outros benefícios, por intermédio da Fundação Zerrenner, para alguns aposentados do passado, não sendo concedidos tais benefícios para novas aposentadorias. Os custos esperados desses benefícios são reconhecidos durante o período de emprego utilizando-se uma metodologia similar à do plano de benefício definido, inclusive os ganhos e perdas atuariais.

#### Benefícios de rescisão

Benefícios de rescisão são reconhecidos como despesa na primeira das seguintes datas: (i) quando a Companhia está comprometida com um plano formal detalhado de terminar o vínculo empregatício antes da data normal de aposentadoria, sem possibilidade real de retirá-lo; e (ii) quando a Companhia reconhecer custos de reestruturação.

#### Bônus

Bônus concedidos a funcionários e administradores são baseados no atingimento de metas individuais e coletivas, pré-definidas. O valor estimado do bônus é reconhecido como despesa no período de sua competência. O bônus pago em ações é tratado como pagamento baseado em ações.

#### (t) Pagamento baseado em ações

Diferentes programas de remuneração com base em ações e opções permitem que membros da Administração e outros executivos indicados pelo Conselho de Administração adquiram ações da Companhia. O valor justo das opções de ações é mensurado na data da outorga usando o modelo de precificação de opção mais apropriado. Baseado no número esperado de opções que serão exercidas, o valor justo das opções outorgadas é reconhecido como despesa durante o período de carência da opção com contrapartida no patrimônio líquido. Quando as opções são exercidas, o patrimônio líquido aumenta pelo montante dos proventos recebidos.

#### (u) Empréstimo subsidiado

A Companhia possui incentivos fiscais enquadrados em determinados programas de desenvolvimento industrial estadual na forma de financiamento ou diferimento do pagamento de impostos, com reduções parciais do valor devido. Esses programas estaduais objetivam promover no longo prazo o incremento da geração de emprego, a descentralização industrial, além de complementar e diversificar a matriz industrial dos estados.

Nesses estados, os prazos de carência, fruição e as reduções são previstas na legislação fiscal e, quando existentes, as condições referem-se a fatos sob controle da Companhia. O benefício relativo à redução no pagamento desses impostos é registrado no resultado do exercício, com base no regime de competência.

Como as taxas de juros destes empréstimos são vantajosas em relação a taxa de mercado, tais financiamentos de ICMS são registrados a valor presente uma vez que estes são considerados empréstimos subsidiados. A Companhia determinou seu custo médio de captação de recursos no mercado de dívidas, como a taxa de desconto adequada para o cálculo de ajuste a valor presente neste tipo de operação. No momento da captação o ajuste referente a contraprestação é calculado e registrado em outras receitas operacionais, seguindo o tratamento dispensado aos subsídios. A Companhia tem como procedimento revisar a taxa de desconto utilizada anualmente, em havendo novos empréstimos subsidiados, considerando aplicação prospectiva das taxas médias ponderadas vigentes naquele momento.

Mensalmente, considerando-se o valor da contraprestação, o período até o vencimento, a taxa do contrato de financiamento, a taxa de desconto acima mencionada, a redução no valor do ajuste a valor presente é alocada no resultado financeiro, de tal forma que na data prevista de liquidação de cada contraprestação tal ajuste monte a zero.

#### (v) Patrimônio líquido

#### Capital social

O capital da Companhia é composto apenas por ações ordinárias.

#### Recompra de ações

Quando a Companhia compra de volta suas próprias ações, o montante da consideração paga, incluindo os custos diretamente atribuíveis, é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido, na rubrica de ações em tesouraria.

#### Custos com emissão de ações

Sua custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

#### Dividendos e Juros sobre capital próprio

Dividendos e juros sobre o capital próprio são registrados no passivo após aprovação em Reunião do Conselho de Administração (“RCA”) e quando creditados individualmente aos acionistas da Companhia, com exceção à parcela referente ao dividendo mínimo obrigatório previsto por estatuto, a qual é contabilizada como passivo, quando aplicável, ao final de cada exercício.

A despesa relacionada aos juros sobre o capital próprio é registrada no resultado do exercício para fins de apuração do imposto de renda e contribuição social, e posteriormente reclassificada para o patrimônio líquido para fins de apresentação nessas demonstrações contábeis.

#### (w) Redução ao valor de recuperação (impairment) de ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros como imobilizado, ágio e ativo intangível são revisados a cada fechamento para avaliar se existem indicativos de redução ao valor de recuperação. Se existir algum indicativo, o valor de recuperação do ativo é estimado.

O ágio, os intangíveis ainda não disponíveis para o uso e os intangíveis de vida útil indefinida são testados para fins de redução ao valor de recuperação no mínimo anualmente, a redução no nível da unidade de negócios (que é um nível abaixo do segmento reportado), ou sempre que tiverem indicativos de redução do valor recuperável.

Uma perda de redução ao valor de recuperação é reconhecida sempre que o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede seu valor de recuperação. Perdas de redução ao valor de recuperação são reconhecidas no resultado do exercício. O valor de recuperação de intangíveis com vida útil indefinida baseia-se primeiramente em um critério de valor justo, pelo qual se aplicam múltiplos que refletem transações de mercado atuais a indicadores que determinam a rentabilidade do ativo ou ao fluxo de *royalties* que poderia ser obtido com o licenciamento do ativo intangível a terceiros, em condições normais de mercado.

O valor de recuperação dos demais ativos é apurado como sendo o maior entre o seu valor justo menos os custos de venda, e o seu valor em uso. No caso de ativos que não geram fluxos de caixa individuais significativos, o montante recuperável é determinado para a unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. O valor recuperável das unidades geradoras de caixa às quais o ágio e os ativos intangíveis com vida útil indefinida pertencem é baseado nos fluxos de caixa futuros descontados utilizando uma taxa de desconto que reflete as avaliações correntes de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. Esses cálculos são corroborados por múltiplos de avaliação, preços de ações cotados para subsidiárias de capital aberto ou outros indicadores de valor justo disponíveis.

Ao mensurar seu valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita avaliações de mercado atuais do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, são revisados para possível reversão do *impairment* na data de apresentação. A perda por redução ao valor de recuperação é revertida somente até a extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que seria determinado, líquido de depreciação ou amortização, caso nenhuma perda por redução ao valor de recuperação tivesse sido reconhecida.

#### (x) Reconhecimento de receita

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança e é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do grupo no Consolidado.

#### Venda de produtos

Com relação à venda de produtos, reconhece-se a receita quando os riscos e os benefícios inerentes ao bem forem transferidos ao comprador, não restando incerteza razoável acerca do recebimento do valor devido, dos custos associados ou da possível devolução dos produtos, e quando não houver mais nenhum envolvimento da Administração da Companhia com os produtos. A receita com a venda de produtos é mensurada pelo valor justo da contraprestação (preço) recebida ou a receber, líquida de devoluções, deduções e descontos comerciais.

Como parte de sua política comercial, a Companhia pratica desconto comercial com seus clientes, os quais são contabilizados como deduções de vendas.

#### Receitas financeiras

Receitas financeiras compreendem juros recebidos ou a receber sobre aplicações financeiras, dividendos recebidos, ganhos com variação cambial, ganhos de moeda líquidos de perdas com instrumentos de *hedge* de moeda, ganhos com instrumentos de *hedge* que não são parte de uma relação de contabilidade de *hedge*, ganhos com ativos financeiros classificados como mantidos para negociação, assim como qualquer ganho com inefetividade de *hedge*.

Receitas de juros são reconhecidas pelo período de competência a não ser que o recebimento seja duvidoso.

### (y) Despesas

#### Despesa de royalties

*Royalties* pagos são registrados como custo dos produtos vendidos.

#### Despesas financeiras

Despesas financeiras compreendem juros a pagar sobre empréstimos calculados com base na taxa de juros efetiva, perdas com variação cambial, perdas de moeda líquidas de ganhos com instrumentos de *hedge* de moeda, resultado com instrumentos de *hedge* de juros, perdas com instrumentos de *hedge* que não são parte de uma contabilização de *hedge*, perdas com ativos financeiros classificados como mantidos para negociação, perdas por redução ao valor de recuperação de ativos financeiros disponíveis para venda, assim como qualquer perda com inefetividade de *hedge*.

Todos os juros e custos incorridos relacionados a um empréstimo ou uma transação financeira são reconhecidos, conforme incorridos, como despesas financeiras, exceto quando capitalizados. Qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento de empréstimos com juros e financiamentos, tais como custos de transação e ajustes de valor justo, são reconhecidos no resultado do exercício, durante a vida esperada do instrumento, com base no método da taxa de juros efetiva. Os juros relacionados a arrendamento financeiro são reconhecidos no resultado do exercício utilizando a taxa de juros efetiva.

#### (z) Itens não recorrentes

Itens não recorrentes são aqueles que, no julgamento da Administração precisam ser divulgados separadamente por força da sua dimensão ou incidência. Para determinar se um acontecimento ou transação é não recorrente, a Administração considera fatores quantitativos e qualitativos, tais como a frequência ou a previsibilidade da ocorrência e do potencial de impacto sobre a variação dos lucros ou prejuízos. Esses itens são divulgados na demonstração dos resultados ou separadamente nas notas explicativas das demonstrações contábeis. Operações que podem dar origem a itens não recorrentes são principalmente as atividades de reestruturação, aquisição de subsidiárias, de perda no valor de recuperação, e os ganhos ou perdas na alienação de bens e investimentos.

#### (aa) Informações por segmento

As informações por segmentos são geradas com base em relatórios internos revisados, regularmente, pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais da Companhia, para fins de avaliação do desempenho de cada segmento e alocando recursos para esses segmentos. Desta forma, as informações por segmento são apresentadas em zonas geográficas, uma vez que os riscos e taxas de retorno são afetados predominantemente pelo fato da Companhia operar em diferentes regiões. A estrutura gerencial da Companhia e as informações reportadas para o principal tomador de decisão estão estruturadas da mesma maneira.

A informação de desempenho por unidades de negócios (Cervejas e RefrigereNanc), embora não se qualifique como segmento reportável, também é utilizada pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais da Companhia e está apresentada como informação adicional. Internamente, a Administração da Companhia utiliza indicadores de desempenho, como lucro ajustado das operações antes do resultado financeiro e dos impostos sobre a renda (EBIT ajustado) e lucro ajustado das operações antes do resultado financeiro, impostos sobre a renda e despesas com depreciação e amortização (EBITDA ajustado) como medidores de performance de segmento para tomar decisões sobre alocação de recursos e análise de desempenho. Estes indicadores são reconciliados com o lucro do segmento nos quadros apresentados na Nota 19 - *Informações por segmento*.

A Companhia opera seus negócios através de três zonas identificadas como segmentos reportáveis:

- América Latina - Norte, que inclui nossas operações (a) no Brasil, onde operamos duas subunidades de negócios: (i) cerveja e (ii) refrigerantes e (b) na América Latina Hispânica de Operações, excluindo a América Latina - Sul (“HILA-ex”), que inclui as nossas operações na República Dominicana (que também serve as ilhas do Caribe: Saint Vincent, Dominica e Antígua), Guatemala (que também serve El Salvador e Nicarágua) e Cuba;
- América Latina - Sul, que inclui as nossas operações na Argentina, Bolívia, Paraguai, Uruguai, Chile, Equador e Peru.
- Canadá, representada pelas operações Labatt.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS | Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 (em milhões de reais)

### (b) Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente

A alteração das normas existentes a seguir foi publicada e são obrigatórias para períodos contábeis anuais futuros. Não houve adoção antecipada das normas e alterações de normas por parte da Companhia:

#### IFRS 9 - Instrumentos Financeiros:

O IFRS 9, que visa substituir o IAS 39, introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros. Neste novo pronunciamento, a base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Adicionalmente, introduz um novo modelo de *hedge accounting* e teste de *impairment* de instrumentos financeiros. O IASB emitiu o IFRS 9 com vigência a partir dos períodos anuais iniciados em /ou a partir de 1º de Janeiro de 2018, com possibilidade de adoção antecipada.

#### IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes:

O IFRS 15 requer que o reconhecimento de receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para o cliente por um montante que reflita a expectativa da empresa de ser ou troca os direitos sobre bens ou serviços. O IASB emitiu o IFRS 15, com vigência a partir dos períodos anuais iniciados em/ou a partir de 1º de Janeiro de 2017.

#### Outras normas, interpretações e alterações às normas

As demais alterações mandatórias para demonstrações contábeis com início em 1º de janeiro de 2015 não foram listadas acima devido à sua não-aplicabilidade ou à sua imaterialidade para a Companhia.

### 4 USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com os CPCs e IFRS requer que a Administração da Companhia faça julgamentos, estimativas e tome decisões que afetam a aplicação das políticas contábeis e os montantes apresentados de contas patrimoniais e de resultado. As estimativas e julgamentos relacionados baseiam-se na experiência histórica e em diversos outros fatores tidos como razoáveis diante das circunstâncias, cujos resultados constituem o critério para tomada de decisões sobre o valor contábil de ativos e passivos não imediatamente evidentes em outras fontes. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente. Mudanças em estimativas contábeis podem afetar apenas o período no qual a revisão foi feita, ou períodos futuros.

Apesar de cada política contábil significativa refletir julgamentos, avaliações ou estimativas, a Companhia acredita que as seguintes políticas contábeis refletem os julgamentos, estimativas e premissas mais críticos que são importantes para seus negócios e entendimento de seus resultados:

- (i) prática contábil do custo precedente (Nota 3 (c));
- (ii) combinações de negócios (Nota 3 (d) e (l));
- (iii) *impairment* (Nota 3 (g.iii) e (w));
- (iv) provisões (Nota 3 (q));
- (v) pagamento baseado em ações (Nota 3 (t));
- (vi) benefícios a funcionários (Nota 3 (s));
- (vii) imposto corrente e diferido (Nota 3 (r)); e
- (viii) negócios em conjunto (Nota 3 (d)).

O valor justo dos ativos intangíveis adquiridos é avaliado pelos fluxos de caixa futuros. A análise de *impairment* do *goodwill* e ativos intangíveis de vida útil indefinida são revisados anualmente e sempre que houver indícios de redução ao valor de recuperação da unidade geradora de caixa à qual ele foi alocado.

A Companhia aplica julgamento para selecionar alguns de métodos, incluindo o método de fluxo de caixa descontado e faz suposições sobre o valor justo de instrumentos financeiros que se baseiam principalmente em condições de mercado existentes na data de cada balanço.

As premissas atuariais são estabelecidas para antecipar eventos futuros e são utilizados no cálculo das pensões e outras despesas com benefícios a empregados de longo prazo. Esses fatores incluem premissas com relação às taxas de juros, custo com plano de saúde, taxa de desconto, aumentos de salários e pensão futuros além de expectativa de vida.

A empresa está sujeita ao imposto de renda em várias jurisdições e é necessário julgamento para determinar o valor a ser considerado no exercício. Algumas subsidiárias do grupo estão envolvidas em auditorias fiscais e investigações locais, geralmente em relação aos anos anteriores. Essas auditorias e negociações com as autoridades fiscais locais estão em curso em diversas jurisdições na data do balanço e, pela sua natureza, estes podem tomar um tempo considerável para concluir. Ao avaliar o montante das provisões de imposto de renda a ser reconhecido nas demonstrações financeiras, é realizada uma estimativa do resultado esperado destes assuntos. As estimativas de juros e multas sobre obrigações tributárias também são registradas. As diferenças entre os montantes inicialmente registrados e os valores reais são registradas no exercício corrente.

Julgamentos feitos pela Administração na aplicação dos CPCs e IFRS que tenham um efeito significativo nas demonstrações contábeis e estimativas com risco significativo de ajuste material no próximo exercício são discutidos nas notas relevantes a seguir.

### 5 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Caixa	702,8	–	845,4	693,0
Contas correntes	356,9	0,3	2.534,3	1.674,4
Aplicações financeiras de curto prazo <sup>(i)</sup>	4.105,6	136,7	6.342,4	9.170,8
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>5.165,3</b>	<b>137,0</b>	<b>9.722,1</b>	<b>11.538,2</b>
Conta garantida	(74,1)	–	(99,1)	–
<b>Caixa e equivalentes de caixa líquido</b>	<b>5.091,2</b>	<b>137,0</b>	<b>9.623,0</b>	<b>11.538,2</b>

<sup>(i)</sup> O saldo refere-se, em sua maioria, a Certificados de Depósitos Bancários - CDB, de alta liquidez, que são praticamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

### 6 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado mantidos para negociação	684,9	–	713,0	288,6
<b>Ativo circulante</b>	<b>684,9</b>	<b>–</b>	<b>713,0</b>	<b>288,6</b>
Títulos mantidos até o vencimento	67,7	–	68,0	63,8
<b>Ativo não circulante</b>	<b>67,7</b>	<b>–</b>	<b>68,0</b>	<b>63,8</b>
<b>Total</b>	<b>752,6</b>	<b>–</b>	<b>781,0</b>	<b>352,4</b>

### 7 CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
<b>Ativo circulante</b>				
Contas a receber de clientes	862,8	–	3.028,8	2.972,8
Partes relacionadas	1.863,9	5,1	–	–
<b>Total</b>	<b>2.726,7</b>	<b>5,1</b>	<b>3.028,8</b>	<b>2.972,8</b>

Os valores que a Controladora tem a receber de partes relacionadas correspondem a contratos de mútuo celebrados com controladas integrais da Companhia - veja detalhes adicionais na Nota 32 - *Partes relacionadas*.

A idade de nossas contas a receber de clientes classificadas no ativo circulante está demonstrada como segue:

Contas a receber de clientes	Valor contábil líquido em 31 de dezembro	A vencer	Controladora				A mais de 360 dias
			Vencidos entre 30 e 60 dias	Vencidos entre 60 e 90 dias	Vencidos entre 90 e 180 dias	Vencidos entre 180 e 360 dias	
2014	862,8	843,3	10,7	8,1	0,3	0,1	0,3
Consolidado							
Contas a receber de clientes	Valor contábil líquido em 31 de dezembro	A vencer	Vencidos entre 30 e 60 dias	Vencidos entre 60 e 90 dias	Vencidos entre 90 e 180 dias	Vencidos entre 180 e 360 dias	A mais de 360 dias
2014	3.028,8	2.960,4	37,6	28,5	1,1	0,2	1,0
2013	2.972,8	2.904,4	29,0	9,9	8,2	21,3	–

A provisão para créditos de liquidação duvidosa reconhecida no resultado no grupo de despesas comerciais em 2014 foi de R\$13,8 na Controladora e R\$54,4 no Consolidado (R\$38,7 em 2013 no Consolidado).

A exposição a risco de crédito, de moeda e taxa de juros está divulgada na Nota 28 - *Instrumentos financeiros e riscos*.

### 8 ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Produtos acabados	433,0	–	1.109,5	879,0
Produtos em elaboração	105,0	–	243,3	248,1
Matérias-primas	1.131,1	–	1.578,5	1.310,6
Materiais de produção	0,7	–	45,2	37,0
Almoxarifado e outros	160,6	–	356,8	286,6
Adiantamentos	81,7	–	147,3	122,1
Provisão para perdas	(21,0)	–	(69,3)	(47,8)
<b>Total</b>	<b>1.891,1</b>	<b>–</b>	<b>3.411,3</b>	<b>2.835,6</b>

O valor das perdas em estoques reconhecidas no resultado na Controladora foi de R\$10,6 e no Consolidado foi de R\$44,8 (R\$75,8 em 2013 no Consolidado).

### 9 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações contábeis. As alíquotas desses impostos no Brasil, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Para as demais regiões, com atividade operacional, as alíquotas estão demonstradas abaixo:

HILA-ex	de 23% a 31%
América Latina Sul	de 14% a 35%
Canadá	26%

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias/prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

O valor de imposto de renda e contribuição social diferidos por tipo de diferença temporária está detalhado a seguir:

	Controladora			2013		
	Ativo	Passivo	Líquido	Ativo	Passivo	Líquido
Aplicações financeiras	8,2	–	8,2	–	–	–
Contas a receber	242,5	–	242,5	–	–	–
Derivativos	51,4	–	51,4	–	–	–
Estoques	7,1	–	7,1	–	–	–
Prejuízos fiscais a utilizar	384,9	–	384,9	11,0	–	11,0
Benefícios a empregados	82,6	–	82,6	–	–	–
Imobilizado	–	(509,7)	(509,7)	–	–	–
Provisões	194,7	–	194,7	1,6	–	1,6
Juros sobre capital próprio	506,2	–	506,2	824,5	–	824,5
Contas a pagar	–	(303,8)	(303,8)	–	–	–
Outros itens	–	(106,1)	(106,1)	–	–	–
<b>Ativo(passivo) tributário diferido bruto</b>	<b>1.477,6</b>	<b>(919,6)</b>	<b>558,0</b>	<b>837,1</b>	<b>–</b>	<b>837,1</b>
Compensação	(919,6)	919,6	–	–	–	–
<b>Ativo(passivo) tributário diferido líquido</b>	<b>558,0</b>	<b>–</b>	<b>558,0</b>	<b>837,1</b>	<b>–</b>	<b>837,1</b>

	Controladora			Consolidado		
	Ativo	Passivo	Líquido	Ativo	Passivo	Líquido
Aplicações financeiras	8,9	–	8,9	–	–	–
Contas a receber	259,9	–	259,9	47,9	–	47,9
Derivativos	48,1	(13,9)	34,2	50,8	(20,9)	29,9
Estoques	223,1	(5,0)	218,1	138,8	(1,7)	137,1
Prejuízos fiscais a utilizar	522,4	–	522,4	293,3	–	293,3
Benefícios a empregados	494,7	–	494,7	477,2	–	477,2
Imobilizado	–	(674,9)	(674,9)	26,7	(667,4)	(640,7)
Ativo intangível	5,1	(625,2)	(620,1)	5,7	(605,0)	(599,3)
Contas a pagar	–	(303,6)	(303,6)	–	(239,3)	(239,3)
Empréstimos e financiamentos	–	(0,5)	(0,5)	7,5	–	7,5
Provisões	238,9	(31,0)	207,9	235,1	(21,5)	213,6
Juros sobre capital próprio	506,2	–	506,2	824,5	–	824,5
Lucros auferidos em regime específico de subsidiária no exterior	–	(198,2)	(198,2)	–	(247,8)	(247,8)
Imposto sobre operações no exterior	–	(680,3)	(680,3)	–	(655,0)	(655,0)
Outros itens	–	(119,8)	(119,8)	–	(96,8)	(96,8)
<b>Ativo(passivo) tributário diferido bruto</b>	<b>2.307,3</b>	<b>(2.652,4)</b>	<b>(345,1)</b>	<b>2.107,5</b>	<b>(2.555,4)</b>	<b>(447,9)</b>
Compensação	(914,8)	914,8	–	(459,7)	459,7	–
<b>Ativo(passivo) tributário diferido líquido</b>	<b>1.392,5</b>	<b>(1.737,6)</b>	<b>(345,1)</b>	<b>1.647,8</b>	<b>(2.095,7)</b>	<b>(447,9)</b>

A Companhia realiza a compensação entre saldos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos somente quando estão na mesma entidade e espera-se que sejam realizados no mesmo período.

Prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social no Brasil sobre os quais o imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados, não possuem prazo de prescrição.

Em 31 de dezembro de 2014, os impostos diferidos ativos e passivos líquidos têm a seguinte expectativa de realização/liquidação:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
<b>Imposto diferido em não relacionado com prejuízos fiscais</b>				
a ser realizado em até 12 meses	3.888,2	826,1	3.897,4	1.336,1
a ser realizado depois de 12 meses	(3.715,1)	–	(4.764,9)	(2.077,3)
	<b>173,1</b>	<b>826,1</b>	<b>(867,5)</b>	<b>(741,2)</b>
Imposto diferido relacionado com prejuízos fiscais				
	2014	2013	2014	2013
2014	–	–	–	93,7
2015	–	–	32,1	68,0
2016	–	–	24,9	107,2
2017	–	–	8,7	–
A partir de 2018 <sup>(i)</sup>	384,9	11,0	456,7	24,4
<b>Total</b>	<b>384,9</b>	<b>11,0</b>	<b>522,4</b>	<b>293,3</b>
	<b>558,0</b>	<b>837,1</b>	<b>(345,1)</b>	<b>(447,9)</b>

<sup>(i)</sup> Não existe expectativa de realização que ultrapasse o prazo de 10 anos.

A movimentação líquida do imposto de renda e contribuição social diferidos está demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>837,1</b>	<b>–</b>	<b>837,1</b>	<b>(447,9)</b>
<b>Reconhecido no resultado abrangente</b>	<b>228,6</b>	<b>21,0</b>	<b>249,6</b>	<b>249,5</b>
Reconhecimento integral de ganhos/(perdas) atuariais	5,1	53,8	58,9	58,8
Hedge de investimento caixa no exterior	133,2	(16,2)	117,0	117,0
Hedge de investimento República Dominicana	90,3	–	90,3	90,3
Ganhos/(perdas) na conversão de saldos no exterior	–	(16,6)	(16,6)	(16,6)
<b>Reconhecido no resultado</b>	<b>(4,3)</b>	<b>–</b>	<b>(4,3)</b>	<b>50,6</b>
<b>Movimentações efetuadas diretamente no balanço patrimonial</b>	<b>(503,4)</b>	<b>(21,0)</b>	<b>(524,4)</b>	<b>(197,3)</b>
Reconhecidas no grupo de imposto diferido	–	–	–	–
Incorporação (Nota 1 (b))	(200,3)	–	(200,3)	–
Efeito reflexo pela adoção do custo precedente (Nota 1 (c))	(292,1)	–	(292,1)	–
Ajuste de exercícios anteriores <sup>(i)</sup>	–	–	–	(78,8)
Antecipação anistia federal	(11,0)	–	(11,0)	(118,5)
Reconhecidas no grupo de investimento	–	–	–	–
Equivalência patrimonial	–	(21,0)	(21,0)	–
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>558,0</b>	<b>–</b>	<b>558,0</b>	<b>(345,1)</b>

<sup>(i)</sup> A Companhia adotava, para consolidação de suas distribuidoras, controladas em conjunto, no Canadá, o método proporcional de consolidação. Em linha com o IFRS 11(R), a Companhia adotou o método de equivalência patrimonial, a partir de 1º de janeiro de 2014, prospectivamente. Períodos anteriores não foram revisados visto que os valores foram considerados irrelevantes.

Em 31 de dezembro de 2014, ativos fiscais diferidos no montante de R\$425,7 (R\$253,9 em 31 de dezembro 2013) relacionados a prejuízos fiscais a compensar e diferenças temporárias em subsidiárias no exterior não foram registrados, já que sua realização não é provável.

O prazo de prescrição desses ativos é, em média, de cinco anos, e o prejuízo fiscal a compensar relacionado a eles equivale a R\$2.119,2 em 31 de dezembro de 2014 (R\$1.014,4 em 31 de dezembro de 2013).

### 10 INVESTIMENTOS

a) Movimentação dos investimentos mantidos pela controladora em controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*), diretos e indiretos:

	Controladora			
	2014	2013	2014	2013
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>43.049,9</b>	<b>25.346,8</b>	<b>43.049,9</b>	<b>25.346,8</b>
Participação nos resultados de controladas e coligadas	6.730,2	8.699,9	6.730,2	8.699,9
Dividendos recebidos e a receber	(2.773,5)	(2.046,6)	(2.773,5)	(2.046,6)
Efeito de conversão de investimentos em controladas	1.302,8	165,6	1.302,8	165,6
Ganhos/(perdas) atuariais em controladas	(93,8)	202,1	(93,8)	202,1
Pagamento baseado em ações em controladas	39,0	115,7	39,0	115,7
Ganhos/(perdas) de participação	(4,2)	(28,2)	(4,2)	(28,2)
Aporte de capital em controladas	365,7			



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS | Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 (em milhões de reais)

### 15 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Empréstimos bancários com garantia	143,2	-	261,7	203,0
Empréstimos bancários sem garantia	514,6	-	670,9	809,0
Outros empréstimos sem garantia	53,4	-	53,4	26,8
Arrendamentos financeiros	-	-	2,1	1,8
<b>Passivo circulante</b>	<b>711,2</b>	<b>-</b>	<b>988,1</b>	<b>1.040,6</b>
Empréstimos bancários com garantia	372,9	86,4	456,1	449,9
Empréstimos bancários sem garantia	716,1	-	731,1	884,1
Bonds emitidos	281,6	-	281,6	336,6
Outros empréstimos sem garantia	128,4	-	145,8	175,2
Arrendamentos financeiros	-	-	20,0	19,4
<b>Passivo não circulante</b>	<b>1.499,0</b>	<b>86,4</b>	<b>1.634,6</b>	<b>1.865,2</b>

Informações adicionais com relação à exposição da Companhia aos riscos de taxa de juros e moeda estão divulgadas na Nota 28 - *Instrumentos financeiros e riscos*.

A dívida da Companhia foi estruturada de forma a não concentrar nenhum vencimento significativo em um determinado ano e está vinculada a diferentes taxas de juros.

Em 31 de dezembro de 2014 as dívidas apresentavam as seguintes taxas:

	Controladora				
	Taxa média ao ano	2014		2013	
		Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
<b>Instrumentos de Dívida</b>					
Dívida cesta de moedas BNDES taxa flutuante (UMBNDDES)	1,74%	139,8	96,9	-	-
Dívida TJLP BNDES taxa flutuante (TJLP)	7,24%	480,6	682,2	-	-
Dívida em Reais - ICMS taxa fixa	4,59%	53,4	128,4	-	-
Dívida em Reais - taxa fixa	7,00%	37,4	591,5	-	86,4
<b>Total</b>		<b>711,2</b>	<b>1.499,0</b>	<b>-</b>	<b>86,4</b>

	Consolidado				
	Taxa média ao ano	2014		2013	
		Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
<b>Instrumentos de Dívida</b>					
Dívida denominada em USD taxa fixa	4,99%	19,5	-	123,4	48,6
Dívida denominada em USD taxa flutuante	1,87%	186,3	115,2	171,0	207,5
Dívida cesta de moedas BNDES taxa flutuante (UMBNDDES)	1,74%	139,8	96,9	153,3	189,1
Outras moedas latino-americanas taxa flutuante	9,01%	1,9	-	17,9	11,1
Outras moedas latino-americanas taxa Fixa	10,09%	68,3	-	-	47,1
Dívida TJLP BNDES taxa flutuante (TJLP)	7,24%	480,7	682,2	513,0	741,0
Dívida em Reais - ICMS taxa fixa	4,59%	53,4	128,5	26,9	163,4
Dívida em Reais - taxa fixa	6,93%	38,2	611,8	35,1	457,4
<b>Total</b>		<b>988,1</b>	<b>1.634,6</b>	<b>1.040,6</b>	<b>1.865,2</b>

#### Cronograma de desembolso em 31 de dezembro de 2014

	Controladora					
	Total	Menos de 1 ano		Mais de 5 anos		Mais de 5 anos
		1-2 anos	2-3 anos	3-5 anos	5 anos	
Empréstimos bancários com garantia	516,1	143,2	134,7	71,3	105,2	61,7
Empréstimos bancários sem garantia	1.230,7	514,6	393,0	166,9	156,2	-
Bonds emitidos	281,6	-	-	281,6	-	-
Outros empréstimos sem garantia	181,8	53,4	23,2	26,1	33,5	45,6
<b>Total</b>	<b>2.210,2</b>	<b>711,2</b>	<b>550,9</b>	<b>545,9</b>	<b>294,9</b>	<b>107,3</b>

	Consolidado					
	Total	Menos de 1 ano		Mais de 5 anos		Mais de 5 anos
		1-2 anos	2-3 anos	3-5 anos	5 anos	
Empréstimos bancários com garantia	717,8	261,7	199,9	73,8	110,2	72,2
Empréstimos bancários sem garantia	1.402,0	670,9	408,0	166,9	156,2	-
Bonds emitidos	281,6	-	-	281,6	-	-
Outros empréstimos sem garantia	199,2	53,4	28,5	26,1	33,5	57,7
Arrendamentos financeiros	22,1	2,1	1,8	1,9	16,3	-
<b>Total</b>	<b>2.622,7</b>	<b>988,1</b>	<b>638,2</b>	<b>550,3</b>	<b>316,2</b>	<b>129,9</b>

#### Cláusulas contratuais (Covenants)

As dívidas da Companhia têm direitos iguais de pagamento, não havendo subordinação entre elas. Exceção feita às linhas de crédito FINAME contratadas pela Companhia junto ao BNDES, onde são prestadas garantias reais sobre os ativos adquiridos com o crédito concedido, os demais empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia preveem tão somente a prestação de garantia de outras empresas do grupo. Os contratos financeiros preveem cláusulas restritivas (covenants).

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Companhia atendeu aos compromissos contratuais de suas operações de empréstimos e financiamentos.

### 16 PROVISÕES

#### Controladora

##### (a) Movimentação das provisões

	Saldo em 31 de dezembro de 2013	Efeito de incorporação <sup>(1)</sup>	Provisões constituídas	Provisões utilizadas e revertidas	Saldo em 31 de dezembro de 2014
<b>Processos tributários, trabalhistas, cíveis e outros</b>					
Cíveis	-	2,8	28,7	(15,6)	15,9
Impostos sobre vendas	-	83,3	208,0	(123,2)	168,1
Imposto de renda	-	73,3	55,6	(4,9)	124,0
Trabalhistas	-	131,7	118,8	(118,3)	132,2
Outros	-	27,9	43,0	(24,6)	46,3
<b>Total provisões</b>	<b>-</b>	<b>319,0</b>	<b>454,1</b>	<b>(286,6)</b>	<b>486,5</b>

<sup>(1)</sup> Refere-se às incorporações ocorridas em 1º de janeiro de 2014, conforme mencionado na Nota 1 (b).

##### (b) Expectativa de desembolso

	Saldo em 31 de dezembro de 2014	1 ano ou menos	1-2 anos	2-5 anos	Mais de 5 anos
<b>Processos tributários, trabalhistas, cíveis e outros</b>					
Cíveis	15,9	3,8	5,0	6,7	0,4
Impostos sobre vendas	168,1	39,9	52,8	70,9	4,5
Imposto de renda	124,0	29,5	38,9	52,3	3,3
Trabalhistas	132,2	31,4	41,5	55,8	3,5
Outros	46,3	11,0	14,6	19,5	1,2
<b>Total provisões</b>	<b>486,5</b>	<b>115,6</b>	<b>152,8</b>	<b>205,2</b>	<b>12,9</b>

##### (a) Movimentação das provisões

	Saldo em 31 de dezembro de 2013	Efeito das variações nas taxas de câmbio	Provisões constituídas	Provisões utilizadas e revertidas	Saldo em 31 de dezembro de 2014
<b>Reestruturação</b>	6,1	0,3	2,7	(2,1)	7,0
<b>Contingências</b>					
Cíveis	9,5	0,4	30,9	(17,1)	23,7
Impostos sobre vendas	141,6	0,8	197,3	(161,9)	177,8
Imposto de renda	149,9	2,2	31,1	(3,2)	180,0
Trabalhistas	174,4	1,0	146,3	(157,6)	164,1
Outros	95,3	6,5	61,3	(33,3)	129,8
<b>Total contingências</b>	<b>570,7</b>	<b>10,9</b>	<b>466,9</b>	<b>(373,1)</b>	<b>675,4</b>
<b>Total provisões</b>	<b>576,8</b>	<b>11,2</b>	<b>469,6</b>	<b>(375,2)</b>	<b>682,4</b>

##### (b) Expectativa de desembolso

	Saldo em 31 de dezembro de 2014	1 ano ou menos	1-2 anos	2-5 anos	Mais de 5 anos
<b>Reestruturação</b>	7,0	6,4	0,6	-	-
<b>Contingências</b>					
Cíveis	23,7	4,3	8,0	10,7	0,7
Impostos sobre vendas	177,8	42,1	55,9	75,1	4,7
Imposto de renda	180,0	29,5	62,0	83,3	5,2
Trabalhistas	164,1	36,6	52,5	70,6	4,4
Outros	129,8	20,3	45,1	60,6	3,8
<b>Total contingências</b>	<b>675,4</b>	<b>132,8</b>	<b>223,5</b>	<b>300,3</b>	<b>18,8</b>
<b>Total provisões</b>	<b>682,4</b>	<b>139,2</b>	<b>224,1</b>	<b>300,3</b>	<b>18,8</b>

O prazo estimado para liquidação das provisões foi baseado na melhor estimativa da Administração na data das demonstrações contábeis.

#### Principais processos com perda provável:

##### (a) Impostos sobre vendas

A Companhia e suas subsidiárias possuem no Brasil diversos processos administrativos e judiciais referentes aos tributos de ICMS, IPI, PIS e COFINS. Estes processos envolvem compensações, cumprimento de liminares judiciais para não recolhimento de imposto, creditamentos, entre outros.

##### (b) Trabalhistas

A Companhia e suas subsidiárias estão envolvidas em processos trabalhistas considerados como prováveis de perda, envolvendo ex-empregados da Companhia, de suas subsidiárias, ou de empresas prestadoras de serviços. Tais processos envolvem principalmente horas extras, seus reflexos e respectivos encargos.

##### (c) Outros processos

A Companhia está envolvida em diversos processos ajuizados por ex-distribuidores, principalmente no Brasil, os quais se referem principalmente à pedidos de indenização pelo término da relação contratual de distribuição com a Companhia. Os processos com probabilidades possíveis estão divulgados na Nota 31 - *Contingências*.

### 17 BENEFÍCIOS A FUNCIONÁRIOS

A Companhia patrocina planos de pensão de benefício definido para funcionários do Brasil e das subsidiárias localizadas na República Dominicana, Argentina, Bolívia e Canadá com base no salário dos funcionários e no tempo de serviço dos mesmos. As entidades são regidas pelas regulamentações locais e pelas práticas individuais de cada país, como também pela relação da Companhia com os fundos de pensão privados e a composição dos mesmos.

A Ambev S.A. mantém outros benefícios pós-emprego como assistência médica, odontológica e outros. Os benefícios pós-emprego são classificados como planos de contribuição definida ou de benefício definido.

Os planos de pensão de benefício definido e os outros benefícios pós-emprego não são concedidos para novas aposentadorias.

#### Planos de contribuição definida

Esses planos são custeados pelos participantes e pela patrocinadora, e são administrados por fundos de pensão privados. Durante o exercício de 2014, a Companhia contribuiu com R\$26,6 para esses fundos, sendo esse montante considerado como despesa. Uma vez que as contribuições foram pagas, a Companhia não tem mais obrigações.

#### Planos de benefício definido

O passivo líquido de planos de benefício definido, em 31 de dezembro de 2014, está composto da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Valor presente das obrigações custeadas	(1.182,6)	-	(4.156,4)	(4.681,2)
Valor justo dos ativos do plano	1.648,7	-	3.550,1	4.088,6
<b>Valor presente de obrigações líquidas</b>	<b>466,1</b>	<b>-</b>	<b>(606,3)</b>	<b>(592,6)</b>
Valor presente das obrigações não custeadas	(208,0)	-	(651,6)	(644,7)
<b>Valor presente das obrigações líquidas</b>	<b>258,1</b>	<b>-</b>	<b>(1.257,9)</b>	<b>(1.237,3)</b>
Ativos não reconhecidos	(453,3)	-	(453,3)	(285,6)
<b>Passivos</b>	<b>(195,2)</b>	<b>-</b>	<b>(1.711,2)</b>	<b>(1.522,9)</b>
Outros benefícios a funcionários de longo prazo	(29,7)	-	(33,0)	(11,9)
<b>Total dos benefícios a funcionários</b>	<b>(224,9)</b>	<b>-</b>	<b>(1.744,2)</b>	<b>(1.534,8)</b>
Valor dos benefícios a funcionários registrados no balanço patrimonial:				
Passivos	(237,7)	-	(1.757,0)	(1.558,3)
Ativos	12,8	-	12,8	23,5
<b>Passivos líquidos</b>	<b>(224,9)</b>	<b>-</b>	<b>(1.744,2)</b>	<b>(1.534,8)</b>

As mudanças no valor presente das obrigações de benefício definido estão demonstradas como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
<b>Obrigação com benefícios definidos em 1º de janeiro</b>				
Efeito de incorporação	(1.267,6)	-	(5.325,9)	(5.418,4)
Efeito do ajuste de exercícios anteriores	-	-	-	-
Custo de serviços	(5,4)	-	(36,8)	(59,9)
Custo de juros	(137,6)	-	(283,0)	(302,2)
Ganhos e (perdas) em liquidações ou reduções dos benefícios	-	-	(1,5)	25,2
Contribuições dos participantes do plano	-	-	(3,6)	(3,2)
Ganhos e (perdas) atuariais - premissas geográficas	0,4	-	9,1	(155,0)
Ganhos e (perdas) atuariais - premissas financeiras	(29,2)	-	(293,9)	592,6
Ajustes de experiência	(89,6)	-	(111,6)	(75,9)
Diferenças cambiais	-	-	(152,8)	(281,9)
Benefícios pagos	138,6	-	337,4	352,8
<b>Obrigação com benefícios definidos em 31 de dezembro</b>	<b>(1.390,4)</b>	<b>-</b>	<b>(4.808,0)</b>	<b>(5.325,9)</b>

Na Fundação Zerrener o valor presente das obrigações custeadas inclui R\$559,1 (R\$470,5 em 2013) de dois planos de assistência médica para os quais os benefícios são providos diretamente pela Fundação Zerrener. A Fundação Zerrener é uma entidade legalmente distinta que tem por principal finalidade proporcionar aos funcionários e administradores atuais e aposentados da Ambev S.A. no Brasil assistência médico-hospitalar e odontológica, auxiliar em cursos profissionalizantes e superiores, manter estabelecimentos para auxílio e assistência a idosos, entre outros, por meio de ações diretas ou mediante convênios de auxílios financeiros com outras entidades.

A movimentação do valor justo dos ativos dos planos de pensão de benefício definido está demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
<b>Valor justo dos ativos do plano em 1º de janeiro</b>				
Efeito de incorporação	1.369,6	-	4.088,6	4.279,1
Efeito do ajuste de exercícios anteriores	-	-	(919,1)	-
Receita de juros	149,6	-	234,4	272,9
Custos de administração	-	-	(2,8)	(5,0)
Retorno esperado excluindo receita de juros	243,5	-	313,3	(110,4)
Contribuições da Ambev	24,6	-	91,2	128,0
Contribuições dos participantes do plano	-	-	3,6	3,2
Diferenças cambiais	-	-	78,3	182,0
Acordos, liquidações e outros	-	-	-	(308,4)
Benefícios pagos excluindo custos de administração	(138,6)	-	(337,4)	(352,8)
<b>Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro</b>	<b>1.648,7</b>	<b>-</b>	<b>3.550,1</b>	<b>4.088,6</b>

O retorno real dos ativos em 2014 foi um ganho de R\$385,4 (perda de R\$368,8 em 2013).

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia registrou um montante de R\$12,8, referente ao limite sobre o reconhecimento de ativo que não exceda o valor presente dos benefícios futuros.

As mudanças no limite sobre o reconhecimento de ativo que não exceda o valor presente dos benefícios futuros estão demonstradas abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
<b>Impacto do limite sobre o reconhecimento de ativo em 1º de janeiro</b>				
Incorporação	15,3	-	23,5	25,5
Despesa de juros	1,3	-	1,3	2,2
Alterações excluindo os montantes incluídos na despesa de juros	(3,8)	-	(3,9)	(4,2)
Efeito do ajuste de exercícios anteriores	-	-	(8,1)	-

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS | Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 (em milhões de reais)**

o objetivo da Companhia é combinar ativos às obrigações de pensão através de investimentos em títulos de rendimento fixo de longo prazo com vencimentos que coincidem com os pagamentos de benefícios na data de vencimento e na moeda apropriada. A Companhia monitora ativamente, como a duração e o rendimento esperado dos investimentos estão se comportando em relação às saídas de caixa esperadas decorrentes da obrigação de pensão. A empresa não mudou os procedimentos utilizados para gerenciar seus riscos de períodos anteriores.

As sensibilidades das obrigações de benefício definido em relação às principais premissas ponderadas estão demonstradas abaixo:

Em milhões de reais	Controladora		
	2014		
	Alteração na premissa	Aumento na premissa	Redução na premissa
Custos com planos de saúde	100 pontos base	(65,6)	56,1
Taxa de desconto	50 pontos base	60,9	(66,6)
Aumento de salário futuro	50 pontos base	(9,8)	9,0
Longevidade	Um ano	(42,0)	41,7

Em milhões de reais	Consolidado		
	2014		
	Alteração na premissa	Aumento na premissa	Redução na premissa
Custos com planos de saúde	100 pontos base	(86,7)	74,7
Taxa de desconto	50 pontos base	233,2	(252,6)
Aumento de salário futuro	50 pontos base	(13,8)	12,8
Longevidade	Um ano	(134,1)	128,6

Os dados apresentados acima representam flutuações puramente hipotéticas nas premissas individuais, mantendo todas as demais premissas constantes: frequentemente, as condições econômicas e suas mudanças afetarão simultaneamente diversas premissas e os efeitos das mudanças nas principais premissas não são lineares. Dessa forma, as informações acima não são necessariamente uma representação razoável dos resultados futuros.

A composição dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2014 está demonstrada a seguir:

	Controladora					
	2014			2013		
	Cotado	Não-cotado	Total	Cotado	Não-cotado	Total
Títulos públicos	28%	–	28%	–	–	–
Instrumentos patrimoniais	3%	–	3%	–	–	–
Propriedade	–	2%	2%	–	–	–
Outros	67%	–	67%	–	–	–

  

	Consolidado					
	2014			2013		
	Cotado	Não-cotado	Total	Cotado	Não-cotado	Total
Títulos públicos	30%	–	30%	21%	–	21%
Títulos corporativos	10%	–	10%	17%	–	17%
Instrumentos patrimoniais	28%	–	28%	40%	–	40%
Propriedade	–	1%	1%	–	1%	1%
Outros	31%	–	31%	21%	–	21%

A taxa de retorno global esperada é calculada pela ponderação das taxas individuais de acordo com sua participação prevista no total da carteira de investimentos.

A Ambev S.A. reconhece os ativos desse plano (despesas antecipadas) na extensão do valor do benefício econômico disponível para a Companhia, proveniente de reembolsos ou reduções de contribuições futuras, nesse caso em montante equivalente ao passivo atuarial correspondente.

A Ambev S.A. espera contribuir com aproximadamente R\$20,3 na Controladora e R\$142,3 no Consolidado para os seus planos de benefício definido em 2015.

**18 PATRIMÔNIO LÍQUIDO**
**(a) Capital social**

	2014		2013	
	Milhões de ações ordinárias	Valor	Milhões de ações ordinárias	Valor
No final do exercício anterior	15.664,3	57.000,8	249,1	249,1
Contribuição de ações	–	–	9.444,5	8.206,9
Incorporações de ações	–	–	5.967,8	48.527,4
Emissão de ações	48,3	581,5	2,8	17,4
	<b>15.712,6</b>	<b>57.582,3</b>	<b>15.664,2</b>	<b>57.000,8</b>

**(b) Reservas de capital**

	Reservas de capital				
	Ações em tesouraria	Prêmio na emissão de ações	Outras reservas de capital	Pagamentos baseados em ações	Total
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2013</b>	–	–	–	–	–
Aumento de capital	–	5.163,1	1.012,7	599,1	6.774,9
Incorporação de ações	–	48.527,4	–	–	48.527,4
Gastos com emissão de ações	–	(26,9)	–	–	(26,9)
Compra de ações e resultado de ações em tesouraria	(28,8)	–	–	–	(28,8)
Pagamentos baseados em ações	–	–	–	115,8	115,8
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>(28,8)</b>	<b>53.663,6</b>	<b>1.012,7</b>	<b>714,9</b>	<b>55.362,4</b>
Aumento de capital	(75,4)	0,1	(311,8)	(36,8)	(423,9)
Gastos com emissão de ações	–	(0,9)	–	–	(0,9)
Pagamentos baseados em ações	–	–	–	154,3	154,3
Compra de ações e resultado de ações em tesouraria	(68,6)	–	–	–	(68,6)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>(172,8)</b>	<b>53.662,8</b>	<b>700,9</b>	<b>832,4</b>	<b>55.023,3</b>

**(b.1) Ações em tesouraria**

As ações em tesouraria abrangem as ações de emissão própria readquiridas pela Companhia e o resultado de ações em tesouraria, que se refere aos ganhos e perdas relacionados à realização das transações de pagamentos baseados em ações, leilão e outros.

**(d) Ajustes de avaliação patrimonial**

	Ajustes de avaliação patrimonial						
	Reservas de conversão	Hedge de fluxo de caixa	Ganhos/(perdas) atuariais	Opção de venda de participação em controlada concedida	Ganhos/(perdas) de participação	Combinação de negócios	Ajustes contábeis de transações entre sócios
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2013</b>	–	–	–	–	–	–	24.905,9
Ajuste contábil do custo precedente <sup>(a)</sup>	–	–	–	–	–	–	191,3
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2013 - ajustado</b>	–	–	–	–	–	–	<b>25.097,2</b>
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	2.234,5
<b>Resultado abrangente:</b>							
Ganhos/(perdas) na conversão de operações no exterior	(72,3)	–	–	–	–	–	237,8
Hedge de fluxo de caixa	–	132,3	–	–	–	–	(69,8)
Ganhos/(perdas) atuariais	–	–	(1.003,1)	–	–	–	1.205,2
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>(72,3)</b>	<b>132,3</b>	<b>(1.003,1)</b>	–	–	–	<b>3.607,7</b>
Aumento de capital <sup>(b)</sup>	–	–	–	(2.003,2)	(263,9)	156,1	(14.302,8)
Ajuste transação com minoritários	–	–	–	–	–	–	(85.242,6)
Opção de venda de participação em controlada	–	–	–	(54,1)	–	–	–
Ganhos/(perdas) de participação	–	–	–	–	2.378,2	–	(2.406,4)
Outras movimentações de capital de controlada <sup>(c)</sup>	–	–	–	–	–	–	(1.251,7)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>(72,3)</b>	<b>132,3</b>	<b>(1.003,1)</b>	<b>(2.057,3)</b>	<b>2.114,3</b>	<b>156,1</b>	<b>(74.498,6)</b>
<b>Resultado abrangente:</b>							
Ganhos/(perdas) na conversão de operações no exterior	495,9	–	–	–	–	–	(7,2)
Hedge de fluxo de caixa	–	133,7	–	–	–	–	–
Ganhos/(perdas) atuariais	–	–	(165,6)	–	–	–	–
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>495,9</b>	<b>133,7</b>	<b>(165,6)</b>	–	–	–	<b>(7,2)</b>
Ajuste de exercícios anteriores <sup>(d)</sup>	29,7	–	59,6	–	–	–	–
Valor pago ABL - Bucanero (Nota 1 (b))	–	–	–	–	–	–	(505,3)
Ganhos/(perdas) de participação	–	–	–	–	(4,2)	–	–
Reversão efeito revalorização dos ativos fixos pelo custo precedente <sup>(e)</sup>	–	–	–	–	–	–	(75,9)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>453,3</b>	<b>266,0</b>	<b>(1.109,1)</b>	<b>(2.057,3)</b>	<b>2.110,1</b>	<b>156,1</b>	<b>(75.087,0)</b>

<sup>(a)</sup> Conforme descrito na Nota 1(c), a Companhia adotou a prática contábil do custo precedente para a Contribuição de Ações. Deste modo, o valor equivalente à participação contribuída já está refletido no patrimônio da Ambev S.A. desde 1º de janeiro de 2012 e, no momento do aporte de capital, foi reclassificado da conta de Ajustes de Avaliação Patrimonial para demais contas do patrimônio líquido de acordo com o disposto nos atos societários.

<sup>(b)</sup> Refere-se a aumento de capital através da contribuição de ações, conforme mencionado na Nota 1 (c). O referido aumento foi realizado pelo valor de custo, sem qualquer ganho ou perda de capital.

<sup>(c)</sup> Refere-se principalmente a efeitos reflexos da distribuição de resultados de controlada até abril de 2013, como consequência da adoção da prática contábil do custo precedente, conforme descrito na Nota 1 (c).

<sup>(d)</sup> A Companhia adotava, para consolidação de suas distribuidoras, controladas em conjunto, no Canadá, o método proporcional de consolidação. Em linha com o IFRS 11(R), a Companhia adotou o método de equivalência patrimonial, a partir de 1º de janeiro de 2014, prospectivamente. Períodos anteriores não foram revisados bem como os valores foram considerados irrelevantes.

<sup>(e)</sup> A prática contábil do custo precedente não deve afetar o cálculo de pagamento de dividendos mínimos obrigatórios, conforme descrito na nota 18 (f).

**(d.1) Reservas de conversão**

As reservas de conversão abrangem todas as diferenças cambiais decorrentes da conversão das demonstrações contábeis cuja moeda funcional é diferente do Real.

As reservas de conversão também compreendem a parcela do ganho ou perda dos passivos em moeda estrangeira e dos instrumentos financeiros derivativos caracterizados como *hedge* de investimento líquido efetivo, de acordo com as regras de contabilidade de *hedge* do IAS 39/CPC 38 - *Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração*.

**(d.2) Reservas de hedge de fluxo de caixa**

As reservas de *hedge* compreendem a parcela efetiva proveniente da variação líquida acumulada do valor justo de *hedge* de fluxo de caixa na medida em que o risco protegido ainda não impactou o resultado do exercício - Nota 28 - *Instrumentos financeiros e riscos*.

**(d.3) Ganhos e perdas atuariais**

Os ganhos e perdas atuariais abrangem a expectativa em relação às obrigações futuras nos planos de aposentadoria, consequentemente, os resultados destes ganhos e perdas atuariais são reconhecidos tempestivamente com base na melhor estimativa obtida pela Administração. Desta forma, a Companhia reconhece trimestralmente, os resultados quanto a estas estimativas de ganhos e perdas atuariais, de acordo com as expectativas apresentadas com base em laudo atuarial independente.

**(d.4) Opção de venda de participação em controlada**

Como parte do acordo de aquisição de participação na CND, uma opção de venda ("put") foi emitida pela Companhia e uma opção de compra ("call") foi emitida pela E. León Jimenes S.A. ("ELJ"), que pode resultar em uma aquisição pela Companhia das ações remanescentes da CND por um valor equivalente a múltiplo de EBITDA das operações no país, sendo a *put* exercível anualmente até 2019 e a *call* em 2019. Em 31 de dezembro de 2014, a opção de venda detida pela ELJ está valorizada em R\$3.289,8 e o

Segue abaixo a movimentação das ações em tesouraria:

Milhões de ações ordinárias	Compra/realização		Resultado sobre ações em tesouraria		2014	
	Milhões de reais	Milhões de reais	Milhões de reais	Milhões de reais	Total ações em tesouraria	Total ações em tesouraria
<b>No início do exercício</b>	<b>1,4</b>	<b>(23,0)</b>	<b>(5,8)</b>	<b>(28,8)</b>		
Alterações no exercício	(0,9)	16,2	(160,2)	(144,0)		
<b>No final do exercício</b>	<b>0,5</b>	<b>(6,8)</b>	<b>(166,0)</b>	<b>(172,8)</b>		

**(b.2) Prêmio na emissão de ações**

O prêmio na emissão de ações refere-se à diferença entre o preço da subscrição que os acionistas pagaram pelas ações e o seu valor nominal. Por se tratar de uma reserva de capital, somente poderá ser utilizado para aumento de capital, absorção de prejuízos, resgate, reembolso ou recompra de ações.

**(b.3) Pagamentos baseados em ações**

Diversos programas de remuneração baseada em ações e opções de ações permitem que os executivos adquiram ações da Companhia.

A reserva de pagamentos baseados em ações foi impactada pela despesa de R\$115,5 na Controladora e R\$161,0 no Consolidado em 31 de dezembro de 2014 (R\$182,2 no Consolidado em 31 de dezembro de 2013) (Nota 27 - Pagamento baseado em ações).

**(c) Reservas de lucros**

	Reservas de lucros			
	Reserva de investimentos	Reserva legal	Incentivos fiscais	Dividendos e juros sobre o capital próprio propostos
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2013</b>	–	4,5	–	47,2
Aumento de capital	–	–	1.431,9	–
Dividendos distribuídos	34,1	–	–	(47,2)
Reserva de incentivos fiscais	–	–	418,0	–
Reserva de investimentos	906,0	–	–	–
Dividendos propostos	–	–	–	3.063,4
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>940,1</b>	<b>4,5</b>	<b>1.849,9</b>	<b>3.063,4</b>
Dividendos distribuídos	(940,1)	–	–	(651,2)
Juros sobre o capital próprio distribuídos	–	–	–	(2.412,2)
Constituição de reservas - destinações:				
Reserva de incentivos fiscais	–	–	1.022,7	–
Juros sobre o capital próprio propostos	–	–	–	1.508,4
Reserva de investimentos	498,3	–	–	–
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>498,3</b>	<b>4,5</b>	<b>2.872,6</b>	<b>1.508,4</b>

**(c.1) Reserva de investimentos**

A reserva de investimento refere-se à destinação de lucros, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios.

**(c.2) Reserva legal**

Do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social. A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício quando o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder de 30% do capital social.

A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

**(c.3) Incentivos fiscais**

A Companhia possui incentivos fiscais enquadrados em determinados programas de desenvolvimento industrial estaduais e federais na forma de financiamento, diferimento do pagamento de impostos ou reduções parciais do valor devido. Esses programas estaduais objetivam promover o incremento da geração de emprego, a descentralização regional, além de complementar e diversificar a matriz industrial dos Estados. Nesses Estados, os prazos de carência, fruição e as reduções são previstas na legislação fiscal.

**(c.4) Juros sobre capital próprio/Dividendos**

Segundo a legislação brasileira, as empresas têm a opção de distribuir juros sobre o capital próprio ("JCP"), calculados com base na taxa de juros de longo prazo ("TJLP"), que são dedutíveis para fins de imposto de renda e, quando distribuídos, podem ser considerados parte dos dividendos obrigatórios.

Conforme determina o Estatuto Social, a Companhia deve distribuir aos seus acionistas, a título de dividendo obrigatório relativo a cada exercício fiscal findo em 31 de dezembro, uma quantia não inferior a 40% aos seus lucros apurados conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, ajustados na forma da legislação aplicável, salvo em caso de incompatibilidade com a situação financeira da Ambev S.A.. O dividendo obrigatório inclui os montantes pagos a título de JCP.

Eventos ocorridos durante o exercício de 2014:

Evento	Aprovação	Provento	Início pagamento	Exercício	Espécie e classe de ação	Valor do provento por ação	Valor total do provento (R\$ milhões)
RCA	06/01/2014	Juros sobre o capital próprio	23/01/2014	2013	ON	0,1540	2.412,2
RCA	06/01/2014	Dividendos	23/01/2014	2013	ON	0,1000	1.566,3
RCA	25/03/2014	Dividendos	25/04/2014	Não aplicável	ON	0,0600	940,0 <sup>(a)</sup>
RCA	25/03/2014	Dividendos	25/04/2014	2014	ON	0,0700	1.096,6
RCA	14/07/2014	Juros sobre o capital próprio	28/08/2014	2014	ON	0,1000	1.569,2
RCA	14/07/2014	Dividendos	28/08/2014	2014	ON	0,0600	941,5
RCA	15/10/2014	Dividendos	13/11/2014	2014	ON	0,2200	3.454,0
RCA	22/12/2014	Juros sobre o capital próprio	14/01/2015	2014	ON	0,1300	2.042,6
RCA	31/12/2014	Juros sobre o capital próprio	30/01/2015	2014	ON	0,0960	1.508,4
							<b>15.530,8</b>

<sup>(a)</sup> Esses dividendos referem-se ao valor total aprovado para distribuição no exercício e que foram deduzidos da Reserva de Investimento.

Eventos ocorridos durante o exercício de 2013:

Evento	Aprovação	Provento	Início pagamento	Exercício	Espécie e classe de ação	Valor do provento por ação	Valor total do provento (R\$ milhões)
AGO	01/03/2013	Dividendos	11/03/2013	2012	ON	0,0524	13,1 <sup>(a)</sup>
AGO	01/03/2013	Juros sobre o capital próprio	11/03/2013	2012	ON	0,0443	11,0 <sup>(a)</sup>
RCA	30/08/2013	Dividendos	27/09/2013	2013	ON	0,1300	2.036,0
							<b>2.0</b>

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS | Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 (em milhões de reais)

### (e) Lucro por ação

#### Lucro por ação básico e diluído

O lucro por ação básico é calculado com base no lucro atribuível aos acionistas da Ambev S.A., e na quantidade proporcional média ponderada de ações em circulação durante o exercício.

O lucro por ação diluído é calculado com base no lucro atribuível aos acionistas da Ambev S.A., e na quantidade média ponderada ajustada de ações em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas, conforme segue:

	2014	2013
	Ordinárias	Ordinárias
Quantidade média ponderada de ações em 31 de dezembro <sup>(i)</sup>	15.665,5	12.677,6
Efeito das opções de ações	136,9	145,8
<b>Quantidade média ponderada de ações (diluídas) em 31 de dezembro</b>	<b>15.819,8</b>	<b>12.823,4</b>

<sup>(i)</sup> Não consideradas as ações em tesouraria.

#### Lucro por ação básico e diluído antes de itens não recorrentes

O lucro por ação antes de itens não recorrentes é calculado com base no lucro atribuível aos acionistas da Ambev S.A. antes de itens não recorrentes.

As tabelas abaixo apresentam o cálculo do lucro por ação ("LPA"):

	2014	2013 <sup>(i)</sup>
	Ordinárias	Ordinárias
Lucro atribuível aos acionistas da Ambev	12.065,5	9.557,3
Média ponderada da quantidade de ações (não diluídas)	15.682,9	12.677,6
<b>LPA básico <sup>(ii)</sup></b>	<b>0,77</b>	<b>0,75</b>
Lucro atribuível aos acionistas da Ambev	12.065,5	9.557,3
Média ponderada da quantidade de ações (diluída)	15.819,9	12.823,5
<b>LPA diluído <sup>(iii)</sup></b>	<b>0,76</b>	<b>0,75</b>

<sup>(i)</sup> As informações relacionadas ao cálculo do lucro por ação de 2013 foram refeitas para refletir aplicação da prática contábil do custo precedente para a aquisição do controle da Cerbuco Brewing Inc. ("Cerbuco"), conforme descrito na Nota 1 (b).

<sup>(ii)</sup> Valores expressos em reais.

O efeito de itens não recorrentes no lucro atribuível aos acionistas da Ambev S.A. foi de R\$(39,1) em 2014 (R\$(21,3) em 2013). Assim, o lucro por ação básico antes dos itens não recorrentes é de R\$0,77 em 2014 (R\$0,75 em 2013) e o lucro por ação diluído antes dos itens não recorrentes é de R\$0,76 em 2014 (R\$0,75 em 2013).

### (f) Destinações

#### Destinações propostas

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia efetuou as destinações da conta de "Lucros acumulados", de acordo com a legislação societária e seu estatuto social. O pagamento dos dividendos efetuados até dezembro de 2014 foi aprovado em Reuniões do Conselho de Administração.

Com relação à base para distribuição de dividendos, a Companhia entende que a prática contábil do custo precedente, bem como a sua apresentação para fins comparativos das informações financeiras, não deve afetar o cálculo de pagamento de dividendos mínimos obrigatórios. Para tanto, a Companhia ajustou a base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios, para excluir quaisquer impactos atuais e futuros no lucro líquido decorrentes da adoção desta prática contábil, relacionados à amortização/depreciação da mais valia dos ativos ou mesmo a um eventual *impairment* do ágio, desta forma preservando os dividendos mínimos obrigatórios.

	2014	2013
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>12.065,5</b>	<b>9.557,3</b>
Ajuste pela adoção da prática contábil do custo precedente	-	(2.234,5)
<b>Lucro líquido do exercício ajustado</b>	<b>12.065,5</b>	<b>7.322,8</b>
Dividendos prescritos	16,1	15,6
Reversão efeito revalorização dos ativos fixos pelo custo precedente	75,9	39,3
Ajuste de exercícios anteriores <sup>(i)</sup>	(24,1)	-
<b>Lucro base para dividendos e destinações</b>	<b>12.133,4</b>	<b>7.377,7</b>
Dividendos distribuídos e a distribuir	-	-
Dividendos e JCP pagos com base no lucro do exercício	7.061,4	2.036,0
<b>JCP aprovado em RCA para distribuição</b>	<b>2.042,6</b>	<b>-</b>
JCP aprovado em RCA para distribuição (Nota 35)	1.508,4	3.978,5
<b>Total de dividendos e JCP</b>	<b>10.612,4</b>	<b>6.014,5</b>
Percentual do lucro distribuído	87%	82%

#### Cálculo da provisão de dividendos a distribuir do exercício de 2013

	2013
Lucro base para dividendos e destinações	7.377,8
Percentual de dividendos mínimos obrigatórios conforme estatuto	40%
Dividendos mínimos obrigatórios conforme estatuto	2.951,1
Dividendos distribuídos e a distribuir	(2.036,0)
<b>Dividendos a distribuir provisionados</b>	<b>915,1</b>

(i) A Companhia adotava, para consolidação de suas distribuidoras, controladas em conjunto, no Canadá, o método proporcional de consolidação. Em linha com o IFRS 11(R), a Companhia adotou o método de equivalência patrimonial, a partir de 1º de janeiro de 2014, prospectivamente, conforme demonstrações das mutações do patrimônio líquido.

## 19 INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

As informações por segmento são apresentadas em milhões de reais (R\$), com exceção do volume que está em milhões de hectolitros.

(a) Segmentos reportáveis - exercícios findos em:

	América Latina - norte <sup>(i)</sup>		América Latina - sul <sup>(ii)</sup>		Canadá		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
	<b>Volume</b>	<b>125,4</b>	<b>120,5</b>	<b>36,8</b>	<b>36,9</b>	<b>9,5</b>	<b>9,1</b>	<b>171,7</b>
Receita Líquida	26.470,7	23.767,3	6.955,7	7.051,7	4.653,4	4.260,1	38.079,8	35.079,1
Custo dos produtos vendidos	(8.807,5)	(7.727,2)	(2.607,3)	(2.605,1)	(1.399,8)	(1.240,2)	(12.814,6)	(11.572,5)
<b>Lucro bruto</b>	<b>17.663,2</b>	<b>16.040,1</b>	<b>4.348,4</b>	<b>4.446,6</b>	<b>3.253,6</b>	<b>3.019,9</b>	<b>25.265,2</b>	<b>23.506,6</b>
Despesas logísticas	(3.299,2)	(2.920,1)	(681,7)	(667,6)	(866,4)	(709,9)	(4.847,3)	(4.297,6)
Despesas comerciais	(2.954,8)	(2.492,5)	(740,1)	(746,1)	(616,6)	(523,7)	(4.311,5)	(3.762,3)
Despesas administrativas	(1.398,8)	(1.312,9)	(254,6)	(258,0)	(166,6)	(177,4)	(1.820,0)	(1.748,3)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	1.620,9	1.768,0	11,6	(12,3)	(3,3)	5,9	1.629,2	1.761,6
<b>Lucro operacional ajustado (EBIT ajustado)</b>	<b>11.631,3</b>	<b>11.082,6</b>	<b>2.683,6</b>	<b>2.762,6</b>	<b>1.600,7</b>	<b>1.614,8</b>	<b>15.915,6</b>	<b>15.460,0</b>
Itens não recorrentes	(50,2)	(12,7)	(28,8)	(9,9)	(10,0)	(6,6)	(89,0)	(29,2)
<b>Lucro operacional (EBIT)</b>	<b>11.581,1</b>	<b>11.069,9</b>	<b>2.654,8</b>	<b>2.752,7</b>	<b>1.590,7</b>	<b>1.608,2</b>	<b>15.826,6</b>	<b>15.430,8</b>
Resultado financeiro líquido	(972,1)	(902,9)	(540,6)	(668,8)	37,3	10,3	(1.475,4)	(1.561,4)
Participação no resultado das coligadas	11,3	9,8	-	-	6,1	1,6	17,4	11,4
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>10.620,3</b>	<b>10.176,8</b>	<b>2.114,2</b>	<b>2.083,9</b>	<b>1.634,1</b>	<b>1.620,1</b>	<b>14.368,6</b>	<b>13.880,8</b>
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(845,2)	(1.098,3)	(733,7)	(985,8)	(427,7)	(397,3)	(2.006,6)	(2.481,4)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>9.775,1</b>	<b>9.078,5</b>	<b>1.380,5</b>	<b>1.098,1</b>	<b>1.206,4</b>	<b>1.222,8</b>	<b>12.362,0</b>	<b>11.399,4</b>
<b>EBITDA ajustado</b>	<b>13.422,7</b>	<b>12.624,9</b>	<b>3.098,7</b>	<b>3.150,3</b>	<b>1.754,5</b>	<b>1.789,9</b>	<b>18.275,9</b>	<b>17.565,1</b>
Itens não recorrentes	(50,2)	(12,7)	(28,8)	(9,9)	(10,0)	(6,6)	(89,0)	(29,2)
Depreciação, amortização & <i>impairment</i> (excluindo despesas não recorrentes)	(1.791,4)	(1.542,3)	(415,1)	(387,7)	(153,8)	(175,1)	(2.360,3)	(2.105,1)
Resultado financeiro líquido	(972,1)	(902,9)	(540,6)	(668,8)	37,3	10,3	(1.475,4)	(1.561,4)
Participação no resultado das coligadas	11,3	9,8	-	-	6,1	1,6	17,4	11,4
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(845,2)	(1.098,3)	(733,7)	(985,8)	(427,7)	(397,3)	(2.006,6)	(2.481,4)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>9.775,1</b>	<b>9.078,5</b>	<b>1.380,5</b>	<b>1.098,1</b>	<b>1.206,4</b>	<b>1.222,8</b>	<b>12.362,0</b>	<b>11.399,4</b>
<b>Margem EBITDA ajustado em %</b>	<b>50,7%</b>	<b>53,1%</b>	<b>44,5%</b>	<b>44,7%</b>	<b>37,7%</b>	<b>42,0%</b>	<b>48,0%</b>	<b>50,1%</b>
<b>Aquisição de imobilizado/intangível</b>	<b>3.430,8</b>	<b>2.958,6</b>	<b>903,4</b>	<b>645,0</b>	<b>183,3</b>	<b>206,7</b>	<b>4.517,5</b>	<b>3.810,3</b>
<b>Adição/Reversão provisões</b>	<b>326,5</b>	<b>406,6</b>	<b>17,1</b>	<b>2,9</b>	<b>-</b>	<b>4,8</b>	<b>343,6</b>	<b>414,3</b>
<b>Média de funcionários em tempo integral</b>	<b>38,4</b>	<b>38,3</b>	<b>10,9</b>	<b>10,5</b>	<b>2,6</b>	<b>2,8</b>	<b>51,9</b>	<b>51,6</b>
Ativos do segmento	42.504,5	40.217,8	9.323,0	8.135,7	7.024,7	6.611,2	58.852,2	54.964,7
Eliminação entre segmentos	-	-	-	-	-	-	(1.618,1)	(927,4)
Ativos não segmentados	-	-	-	-	-	-	14.909,1	15.047,9
<b>Total do ativo</b>	<b>72.143,2</b>	<b>69.085,2</b>	<b>72.143,2</b>	<b>69.085,2</b>	<b>72.143,2</b>	<b>69.085,2</b>	<b>72.143,2</b>	<b>69.085,2</b>
Passivos do segmento	16.564,8	14.336,1	3.836,6	2.873,1	2.665,9	2.451,0	23.067,3	19.660,2
Eliminação entre segmentos	-	-	-	-	-	-	(1.618,1)	(927,4)
Passivos não segmentados	-	-	-	-	-	-	50.694,1	50.352,4
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>72.143,2</b>	<b>69.085,2</b>	<b>72.143,2</b>	<b>69.085,2</b>	<b>72.143,2</b>	<b>69.085,2</b>	<b>72.143,2</b>	<b>69.085,2</b>

<sup>(i)</sup> América Latina - norte: compreende as operações no Brasil e HILA-ex (Cuba, Guatemala e República Dominicana).

<sup>(ii)</sup> América Latina - sul: compreende as operações na Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai, Uruguai, Equador e Peru.

(b) Informações adicionais - por unidades de negócio - exercícios findos em:

	América Latina - norte					
	Cerveja		Refrigerante		Total	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
<b>Volume</b>	<b>93,1</b>	<b>88,9</b>	<b>32,3</b>	<b>31,6</b>	<b>125,4</b>	<b>120,5</b>
Receita líquida	22.135,2	19.784,7	4.335,5	3.982,6	26.470,7	23.767,3
Custo dos produtos vendidos	(6.815,1)	(5.866,5)	(1.992,4)	(1.860,7)	(8.807,5)	(7.727,2)
<b>Lucro bruto</b>	<b>15.320,1</b>	<b>13.918,2</b>	<b>2.343,1</b>	<b>2.121,9</b>	<b>17.663,2</b>	<b>16.040,1</b>
Despesas logísticas	(2.689,3)	(2.378,4)	(609,9)	(541,7)	(3.299,2)	(2.920,1)
Despesas comerciais	(2.708,6)	(2.265,0)	(246,2)	(227,5)	(2.954,8)	(2.492,5)
Despesas administrativas	(1.289,2)	(1.171,2)	(109,6)	(141,7)	(1.398,8)	(1.312,9)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	1.326,6	1.392,4	294,3	375,6	1.620,9	1.768,0
<b>Lucro operacional ajustado (EBIT ajustado)</b>	<b>9.959,6</b>	<b>9.496,0</b>	<b>1.671,7</b>	<b>1.586,6</b>	<b>11.631,3</b>	<b>11.082,6</b>
Itens não recorrentes	(38,4)	(11,0)	(11,8)	(1,7)	(50,2)	(12,7)
<b>Lucro operacional (EBIT)</b>	<b>9.921,2</b>	<b>9.485,0</b>	<b>1.659,9</b>	<b>1.584,9</b>	<b>11.581,1</b>	<b>11.069,9</b>
Resultado financeiro líquido	(972,1)	(902,9)	-	-	(972,1)	(902,9)
Participação no resultado das coligadas	11,3	9,8	-	-	11,3	9,8
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>8.960,4</b>	<b>8.591,9</b>	<b>1.659,9</b>	<b>1.584,9</b>	<b>10.620,3</b>	<b>10.176,8</b>
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(845,2)	(1.098,3)	-	-	(845,2)	(1.098,3)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>8.115,2</b>	<b>7.493,6</b>	<b>1.659,9</b>	<b>1.584,9</b>	<b>9.775,1</b>	<b>9.078,5</b>
<b>EBITDA ajustado</b>	<b>11.426,4</b>	<b>10.759,6</b>	<b>1.996,3</b>	<b>1.865,3</b>	<b>13.422,7</b>	<b>12.624,9</b>
Itens não recorrentes	(38,4)	(11,0)	(11,8)	(1,7)	(50,2)	(12,7)
Depreciação, amortização & <i>impairment</i> (excluindo despesas não recorrentes)	(1.466,8)	(1.263,6)	(324,6)	(278,7)	(1.791,4)	(1.542,3)
Resultado financeiro líquido	(972,1)	(902,9)	-	-	(972,1)	(902,9)
Participação no resultado das coligadas	11,3	9,8	-	-	11,3	9,8
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(845,2)	(1.098,3)	-	-	(845,2)	(1.098,3)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>8.115,2</b>	<b>7.493,6</b>	<b>1.659,9</b>	<b>1.584,9</b>	<b>9.775,1</b>	<b>9.078,5</b>
<b>Margem EBITDA ajustado em %</b>	<b>51,6%</b>	<b>54,4%</b>	<b>46,0%</b>	<b>46,8%</b>	<b>50,7%</b>	<b>53,1%</b>

	Cerveja		Refrigerante		Brasil Total	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
	<b>Volume</b>	<b>86,9</b>	<b>83,0</b>	<b>30,6</b>	<b>30,2</b>	<b>117,5</b>
Receita Líquida	20.468,7	18.407,1	3.914,2	3.633,7	24.382,9	22.040,8
Custo dos produtos vendidos	(6.162,4)	(5.323,7)	(1.670,8)	(1.588,1)	(7.833,2)	(6.911,8)
<b>Lucro bruto</b>	<b>14.306,3</b>	<b>13.083,4</b>	<b>2.243,4</b>	<b>2.045,6</b>	<b>16.549,7</b>	<b>15.129,0</b>
Despesas logísticas	(2.516,5)	(2.217,4)	(562,4)	(496,1)	(3.078,9)	(2.713,5)
Despesas comerciais	(2.493,4)	(2.116,9)	(190,0)	(188,1)	(2.683,4)	(2.305,0)
Despesas administrativas	(1.211,8)	(1.074,0)	(81,8)	(112,9)	(1.293,6)	(1.186,9)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	1.329,6	1.409,8	294,3	365,6	1.623,9	1.775,4
<b>Lucro operacional ajustado (EBIT ajustado)</b>	<b>9.414,2</b>	<b>9.084,9</b>	<b>1.703,5</b>	<b>1.614,1</b>	<b>11.117,7</b>	<b>10.699,0</b>
Itens não recorrentes	(11,4)	(6,3)	(0,2)	-	(11,6)	(6,3)
<b>Lucro operacional (EBIT)</b>	<b>9.402,8</b>	<b>9.078,6</b>	<b>1.703,3</b>	<b>1.614,1</b>	<b>11.106,1</b>	<b>10.692,7</b>
Resultado financeiro líquido	(997,5)	(893,4)	-	-	(997,5)	(893,4)
Participação no resultado das coligadas	11,3	9,8	-	-	11,3	9,8
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>8.416,6</b>	<b>8.195,0</b>	<b>1.703,3</b>	<b>1.614,1</b>	<b>10.119,9</b>	<b>9.8</b>

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS | Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 (em milhões de reais)

	Depreciação e impairment do imobilizado		Consolidado Amortização do intangível	
	2014	2013	2014	2013
Custo dos produtos vendidos	1.593,9	1.435,5	1,7	0,8
Despesas logísticas	144,5	138,8	-	-
Despesas comerciais	310,5	250,3	127,3	119,2
Despesas administrativas	133,7	119,4	60,5	35,9
Itens não recorrentes	32,3	-	-	-
	<b>2.214,9</b>	<b>1.944,0</b>	<b>189,5</b>	<b>155,9</b>

## 23 ITENS NÃO RECORRENTES

Itens não recorrentes são aqueles que, no julgamento da Administração precisam ser divulgados por força da sua dimensão ou incidência. Para determinar se um acontecimento ou transação é não recorrente, a Administração considera fatores quantitativos e qualitativos, tais como a frequência ou a previsibilidade da ocorrência e do potencial de impacto sobre a variação dos lucros ou prejuízos. Operações que podem dar origem a itens não recorrentes são principalmente as atividades de reestruturação, de perda no valor de recuperação, e os ganhos ou perdas na alienação de bens e investimentos. A Companhia considera que esses itens são importantes pela sua natureza e, por consequência, a Administração excluiu esses itens da mensuração do desempenho por segmento conforme observado na Nota 19 - *Informações por segmento*.

Os itens não recorrentes, incluídos na demonstração de resultado, estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Reestruturação	(4,0)	-	(48,9)	(29,2)
Impairment de ativos fixos	-	-	(32,3)	-
Outros	(5,2)	-	(7,8)	-
	<b>(9,2)</b>	<b>-</b>	<b>(89,0)</b>	<b>(29,2)</b>

As despesas de reestruturação reconhecidas relacionam-se, principalmente, ao realinhamento da estrutura e dos processos no segmento geográfico América Latina - Norte e América Latina - Sul.

## 24 DESPESAS E RECEITAS FINANCEIRAS

## (a) Despesas Financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Despesas com juros	(556,4)	(0,4)	(750,1)	(587,4)
Juros capitalizados	27,8	-	52,7	54,3
Juros líquidos sobre planos de pensão	(19,6)	-	(80,6)	(86,5)
Perdas com derivativos não considerados como hedge accounting	(584,9)	-	(857,3)	(514,3)
Perdas com ineffectividade do hedge	(62,1)	-	(75,0)	(16,4)
Juros sobre contingências	(214,4)	-	(228,5)	(213,8)
Juros e variação cambial sobre mútuo	(1.515,0)	-	(3,7)	-
Variação cambial	-	(0,1)	(320,2)	(750,6)
Perdas com instrumentos financeiros não derivativos (valor justo por meio do resultado)	(178,4)	-	(178,4)	-
Impostos sobre transações financeiras	(14,2)	(0,1)	(78,1)	(86,4)
Despesas com fiança bancária	(72,6)	-	(73,1)	(82,9)
Outros custos financeiros, incluindo taxas bancárias	(28,4)	(0,9)	(56,3)	(211,0)
	<b>(3.218,2)</b>	<b>(1,5)</b>	<b>(2.648,6)</b>	<b>(2.495,0)</b>

A despesa com juros é apresentada líquida do efeito dos instrumentos financeiros que protegem o risco de taxa de juros da Ambev S.A. - consultar também a Nota 28 - *Instrumentos financeiros e riscos*. A despesa com juros é composta da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Despesas com Juros	(556,4)	(0,4)	(750,1)	(587,4)
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	(199,4)	(0,4)	(393,2)	(271,9)
Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	(325,2)	-	(325,2)	(291,5)
Hedge de valor justo - itens protegidos	(31,5)	-	(31,4)	6,4
Hedge de valor justo - instrumentos de hedge	(0,3)	-	(0,3)	(30,4)
	<b>(556,4)</b>	<b>(0,4)</b>	<b>(750,1)</b>	<b>(587,4)</b>

## (b) Receitas Financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Receita de juros	243,9	5,4	399,4	343,4
Ganhos com derivativos não considerados como hedge accounting	687,3	-	687,3	329,8
Ganhos com instrumentos financeiros não derivativos (valor justo por meio do resultado)	64,8	-	66,6	238,5
Dividendos recebidos de companhias não consolidadas	43,0	-	-	-
Variação cambial	-	-	7,4	-
Outros resultados financeiros	6,9	-	12,5	21,9
	<b>1.045,9</b>	<b>5,4</b>	<b>1.173,2</b>	<b>933,6</b>

A receita de juros tem a seguinte composição por origem de ativo financeiro:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Receitas de Juros	243,9	5,4	399,4	343,4
Caixa e equivalentes de caixa	107,9	5,4	226,2	216,6
Aplicação financeira em título para negociação	136,0	-	173,2	126,8
	<b>243,9</b>	<b>5,4</b>	<b>399,4</b>	<b>343,4</b>

## 25 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social reconhecidos no resultado do exercício estão demonstrados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Imposto de renda e contribuição social corrente	201,7	(13,8)	(2.057,2)	(1.936,0)
Imposto de renda diferido sobre diferenças temporárias	(378,2)	826,1	(178,5)	(496,4)
Imposto diferido sobre prejuízos fiscais	373,9	1,3	229,1	(49,0)
Total do imposto de renda diferido	(4,3)	827,4	50,6	(545,4)
Resultado de imposto de renda e contribuição social	197,4	813,6	(2.006,6)	(2.481,4)

A reconciliação da taxa efetiva com a taxa nominal média está demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	11.868,1	8.743,7		
Ajuste na base tributável				
Receita financeira líquida e outras receitas não tributáveis			12,8	-
Subvenção governamental relativa aos impostos sobre vendas			(1.022,7)	-
Participação nos resultados de controladas			(6.730,2)	(8.699,9)
Despesas não dedutíveis			379,9	-
			<b>4.507,9</b>	<b>43,8</b>
Alíquota nominal ponderada agregada			34,00%	34,00%
Impostos a pagar - alíquota nominal			(1.532,7)	(14,9)
Ajuste na despesa tributária				
Incentivos regionais de imposto de renda			16,1	-
Benefício de dedutibilidade de juros sobre capital próprio			1.729,8	828,5
Benefício fiscal da amortização de ágio nos livros fiscais			200,5	-
Outros ajustes tributários			(216,3)	-
Imposto de renda e contribuição social			197,4	813,6
Alíquota efetiva de impostos			-1,66%	-9,31%

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	11.868,1	8.743,7		
Ajuste na base tributável				
Receita financeira líquida e outras receitas não tributáveis			(550,0)	(631,6)
Subvenção governamental relativa aos impostos sobre vendas			(1.196,8)	(794,1)
Participação nos resultados de coligadas			(17,4)	(11,4)
Despesas não dedutíveis			507,6	375,4
			<b>13.112,1</b>	<b>12.819,1</b>
Alíquota nominal ponderada agregada			32,04%	32,86%
Impostos a pagar - alíquota nominal			(4.200,9)	(4.211,9)
Ajuste na despesa tributária				
Incentivos regionais de imposto de renda			43,7	45,6
Benefício de dedutibilidade de juros sobre capital próprio			1.729,8	860,6
Benefício fiscal da amortização de ágio nos livros fiscais			202,2	283,8
Imposto retido na fonte sobre dividendos e outras receitas			(239,4)	(424,9)
Provisões contingenciais de imposto de renda			(6,9)	-
Outros ajustes tributários			464,9	965,4
Imposto de renda e contribuição social			(2.006,6)	(2.481,4)
Alíquota efetiva de impostos			13,96%	17,88%

Os principais eventos ocorridos no exercício e que impactaram a alíquota efetiva foram: (a) aumento do imposto de renda e contribuição social devido ao aumento da alíquota efetiva; (b) aumento da subvenção governamental relativa a impostos sobre vendas; (c) redução do resultado em companhias que possuem alíquota média de imposto inferior a 34%, os quais foram parcialmente compensados pela redução do imposto retido na fonte sobre dividendos e outras receitas.

A Companhia possui incentivos fiscais de imposto de renda concedidos pelo Governo Federal para incentivar o desenvolvimento econômico e social em algumas áreas das regiões Norte e Nordeste do país. Esses incentivos são registrados no resultado conforme o regime de competência e destinados no final do ano para a conta de reservas de incentivos fiscais.

No dia 13 de maio de 2014 foi publicada a Lei 12.973, conversão da Medida Provisória nº 627 publicada em 11 de novembro de 2013, que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77 que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) estabelece que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta Lei, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iii) inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos; (iv) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e (v) inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial. A vigência é aplicável a partir de 01 de janeiro de 2015, com facultade pela adesão antecipada para a vigência a partir de 01 de janeiro de 2014.

A Companhia elaborou estudo dos possíveis efeitos que poderiam advir da aplicação dessa nova norma e concluiu que a sua adoção antecipada, ou não, resultaria em ajustes não relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia. A Administração, com base nas disposições sancionadas na referida Lei e Instruções Normativas relacionadas, decidiu aderir à sua adoção antecipada dentro dos prazos estabelecidos pela referida norma tributária, a fim de eliminar potenciais efeitos tributários, especialmente relacionados com pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, efetivamente pagos, bem como resultados de equivalência patrimonial.

## 26 FOLHA DE PAGAMENTO E BENEFÍCIOS RELACIONADOS

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Salários e encargos	813,9	1,0	2.262,7	2.510,8
Contribuições previdenciárias	197,5	0,5	538,7	563,0
Outros custos com pessoal	335,4	0,2	522,8	443,4
Aumento (redução) no passivo para planos de benefício definido	25,0	-	121,3	125,4
Remuneração baseada em ações	122,1	-	167,7	187,6
Contribuição para planos de contribuição definida	16,5	-	26,6	16,3
	<b>1.510,4</b>	<b>1,7</b>	<b>3.639,8</b>	<b>3.846,5</b>
	19.980	40	51.181	52.964

Média de funcionários em tempo integral

## 27 PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES

Existem diferentes programas de ações e opções que permitem que os executivos que trabalham no grupo econômico recebam ou adquiram ações da Companhia. Para todos os planos de opções, o valor justo é estimado na data da concessão usando o modelo de precificação denominado sobre *Hull*, ajustado para refletir o requerimento do IFRS 2/CPC 10 - *Pagamento Baseado em Ações* de que premissas sobre o decalho do direito de aquisição antes do final do período de carência não podem impactar o valor justo da opção.

O modelo atual de remuneração baseada em ações contempla dois tipos de outorga: (i) no primeiro tipo de outorga, o beneficiário pode escolher destinar 30%, 40%, 60%, 70% ou 100% do montante relativo à participação nos lucros por ele recebido no ano, ao exercício imediato de opções, adquirindo assim as correspondentes ações de emissão da Companhia, sendo que a entrega de uma parte substancial das ações adquiridas está condicionada à permanência na Companhia pelo prazo de cinco anos a contar da data do exercício ("Outorga 1"); (ii) no segundo tipo de outorga, o beneficiário pode exercer as opções após um prazo de cinco anos ("Outorga 2").

Além disso, para incentivar a mobilidade dos administradores, algumas opções concedidas em anos anteriores a 2010 foram modificadas, onde as características de proteção de dividendos dessas opções foram canceladas e compensadas pela emissão de 230 mil opções em 2014 (222 mil opções em 2013), representando o valor econômico da proteção de dividendos eliminada. Como não houve alteração entre o valor justo do prêmio original imediatamente antes da modificação e do valor justo do prêmio modificado imediatamente após a alteração, nenhuma despesa adicional foi registrada como resultado dessa modificação.

O valor justo médio ponderado das opções e premissas utilizadas na aplicação do modelo de precificação de opção da Ambev S.A. para as outorgas de 2014 e 2013 estão demonstrados abaixo:

	2014 <sup>(a)</sup>	2013 <sup>(a)</sup>
Em R\$, exceto quando mencionado	5,20	6,11
Valor justo das opções concedidas	15,93	17,09
Preço da ação	15,93	17,09
Preço de exercício	32,5%	32,8%
Estimativa de volatilidade	5	5
Carência (em anos)	5%	de 0% a 5%
Estimativa de dividendos	2,2% a 12,4% <sup>(b)</sup>	1,9% a 12,6% <sup>(b)</sup>
Taxa de juros livre de risco		

<sup>(a)</sup> Informações baseadas em médias ponderadas dos planos concedidos, exceto pela estimativa de dividendos e taxa de juros livre de risco.

<sup>(b)</sup> Os percentuais contemplam as outorgas de opções de ação e *ADRs* no exercício, onde a taxa de juros livre de risco das *ADRs* é calculada em dólar americano.

O número total de opções em aberto está demonstrado a seguir:

	2014	2013
Em lotes de mil	147.718	143.915
Opções em aberto em 1º de janeiro	17.045	13.056
Opções outorgadas durante o exercício	(34.760)	(7.219)
Opções canceladas durante o exercício	(3.854)	(2.034)
Opções exercidas durante o exercício	126.149	147.718
Opções em aberto no final do exercício	116.149	147.718

A faixa de preços de exercício das opções em aberto é de R\$1,06 (R\$1,83 em 31 de dezembro de 2013) até R\$19,14 (R\$17,84 em 31 de dezembro de 2013) e o prazo contratual médio remanescente é de cerca de 6,87 anos (6,35 anos em 31 de dezembro de 2013).

Das 126.149 mil opções em aberto (147.718 mil em 31 de dezembro de 2013), 35.918 mil são exercíveis em 31 de dezembro de 2014 (34.570 mil em 31 de dezembro de 2013).

O preço médio ponderado de exercício das opções está demonstrado a seguir:

	2014	2013
Em R\$ por ação	6,30	7,23
Opções em aberto em 1º de janeiro	16,02	17,03
Opções outorgadas durante o exercício	11,28	8,11
Opções canceladas durante o exercício	3,84	2,70
Opções exercidas durante o exercício	10,07	6,30
Opções em aberto no final do exercício	2,96	3,32
Opções exercíveis no final do exercício		

Para as opções exercidas durante o exercício de 2014, o preço médio ponderado da ação na data do exercício foi de R\$16,12. Para liquidar opções de ações, a Companhia pode usar ações em tesouraria. Além disso, o limite atual do capital autorizado da Companhia é considerado suficiente para atender a todos os planos de opções caso seja necessária a emissão de novas ações para fazer frente às outorgas concedidas nos Programas.

Durante o exercício, a Ambev S.A. emitiu 5.198 mil (4.270 mil em 2013) unidades de ações diferidas relacionadas à realização imediata das opções no modelo de *Outorga 1*. Estas unidades de ações diferidas são avaliadas ao valor da cotação do dia da concessão, o que representou um valor justo de aproximadamente R\$88,1 em 2014 (R\$76,5 em 2013), e terá um período de carência de cinco anos.

O número total de ações adquiridas no âmbito do plano de ações pelos funcionários, cuja entrega é diferida para um momento futuro sob determinadas condições (ações diferidas), está demonstrado a seguir:

	2014	2013
Em lotes de mil	15.588	11.530
Ações diferidas em aberto em 1º de janeiro	5.198	4.270
Novas ações diferidas durante o exercício	(2.312)	-
Ações diferidas entregues durante o exercício	(984)	(212)
Ações diferidas canceladas durante o exercício	17.490	15.588

Adicionalmente, alguns funcionários e administradores da Companhia receberam opções para aquisição de ações da controladora ABI cujo custo (*compensation cost*) está reconhecido no resultado em contrapartida do patrimônio líquido.

As transações com pagamento baseado em ações acima descritas resultaram em despesa de R\$122,1 na Controladora e R\$167,7 no Consolidado (R\$187,6 no Consolidado em 31 de dezembro de 2013), registrados na rubrica de despesa administrativa.

## 28 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS

## Fatores de riscos

Exposições de risco de moeda estrangeira, taxa de juros, preços de *commodities*, a liquidez e o risco de crédito surgem no curso normal dos negócios da Companhia. A Companhia analisa cada um desses riscos tanto individualmente como em uma base interconectada, e define estratégias para gerenciar o impacto econômico sobre o desempenho da Companhia em consonância com sua Política de Gestão de Riscos Financeiros.

A utilização de derivativos pela Companhia segue estritamente as determinações da Política de Gestão de Riscos Financeiros aprovada pelo Conselho de Administração. O objetivo da Política é fornecer diretrizes para a gestão de riscos financeiros inerentes ao mercado de capitais no qual a Ambev S.A. executa suas operações. A Política abrange quatro pontos principais: (i) estrutura de capital, financiamentos e liquidez, (ii) riscos transacionais relacionados ao negócio, (iii) riscos de conversão de balanços e (iv) riscos de crédito de contrapartes financeiras.

A Política estabelece que todos os passivos e ativos financeiros em cada país onde mantemos operações devem ser mantidos em suas respectivas moedas locais. A Política também determina os procedimentos e controles necessários para identificação, sempre que possível, mensuração e minimização de riscos de mercado, tais como variações nos níveis de câmbio, juros e *commodities* (principalmente alumínio, trigo, milho e açúcar) que possam afetar o valor de nossas receitas, custos e/ou investimentos. A Política determina que os riscos atualmente registrados (por exemplo, câmbio e juros) devem ser protegidos por meio de contratação de instrumentos financeiros derivativos. Riscos existentes, mas ainda não reconhecidos (por exemplo, aquisição futura de matérias-primas ou bens do imobilizado) devem ser protegidos com base em previsões pelo período necessário para a Companhia se adaptar ao novo cenário de custos, que pode variar de dez a quatorze meses, também com a utilização de instrumentos financeiros derivativos. Em sua maioria, os riscos de conversão de balanço não são protegidos. Qualquer exceção à Política deve ser aprovada pelo Conselho de Administração.

## Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos autorizados pela Política de Gestão de Riscos Financeiros são contratos futuros negociados em bolsa, *full deliverable forwards*, *non deliverable forwards*, *swaps* e opções. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia e suas subsidiárias não possuíam nenhuma operação de *target forward*, *swaps* com verificação ou quaisquer outras operações de derivativos que impliquem em alavancagem além do valor nominal de seus contratos. As operações de derivativos são classificadas por estratégias de acordo com os seus objetivos, conforme demonstrado abaixo:

i) Derivativos instrumentos de *hedge* de fluxo de caixa - transações previstas altamente prováveis, contratadas com o propósito de minimizar a exposição da Companhia à flutuação de câmbio e preços de matérias-primas, investimentos, equipamentos e serviços a serem adquiridos, protegidas por *hedge* de fluxo de caixa, que devem ocorrer em diversas datas durante os próximos quatorze meses. Ganhos e perdas classificados como

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS | Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 (em milhões de reais)

denominado em Pesos Dominicanos e está registrado em empresa cuja moeda funcional é o Real. A Companhia denominou este instrumento financeiro como instrumento de *hedge* para parte de seus ativos líquidos localizados na República Dominicana, de maneira que o resultado de variação cambial deste instrumento financeiro seja registrado no grupo do resultado abrangente assim como resultado do objeto do *hedge*.

Os tipos de *hedge* são assim definidos: *hedge* de fluxo de caixa - CFH, *hedge* de investimento líquido - NIH e *hedge* econômico - ECO.

### Transações protegidas em conformidade com a política de risco

Exposição	Risco	Nocional	Tipo de Instrumento	Tipo de Hedge	Valor Justo		Ganhos/(Perdas) reconhecidos em Resultado		Patrimônio Líquido	Controladora
					Ativo	Passivo	Financeiro	da Operação		
Custo	(6.196,2)	6.196,2	Derivativo	CFH	76,4	(372,0)	(627,1)	251,2	445,4	
Despesa	6.199,1	(6.199,1)	Derivativo	ECO	427,8	(893,7)	324,9	-	-	
<b>Hedge operacional</b>	<b>2,9</b>	<b>(2,9)</b>			<b>504,2</b>	<b>(1.265,7)</b>	<b>(302,2)</b>	<b>251,2</b>	<b>445,4</b>	
Caixa em moeda estrangeira	(2.242,7)	2.242,7	Derivativo	ECO	113,8	(291,6)	150,3	-	-	
Caixa em moeda local	1.070,0	(1.070,0)	Derivativo	ECO	0,1	(1,6)	(4,4)	-	-	
Dívida em moeda estrangeira	(212,7)	212,7	Derivativo	ECO	-	(4,6)	(3,2)	-	-	
Dívida em moeda local	(397,4)	397,4	Derivativo	FVH	4,7	(18,4)	(0,3)	-	-	
<b>Hedge financeiro</b>	<b>(1.782,8)</b>	<b>1.782,8</b>			<b>118,6</b>	<b>(316,2)</b>	<b>142,4</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	
<b>Hedge investimento líquido</b>	<b>1.745,5</b>	<b>(1.745,5)</b>	<b>Derivativo</b>	<b>NIH</b>	<b>223,2</b>	<b>(290,7)</b>	<b>413,3</b>	<b>-</b>	<b>(368,2)</b>	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>(34,4)</b>	<b>34,4</b>			<b>846,0</b>	<b>(1.872,6)</b>	<b>253,5</b>	<b>251,2</b>	<b>77,2</b>	
<b>Consolidado</b>										
Exposição	Risco	Nocional	Tipo de Instrumento	Tipo de Hedge	Ativo	Passivo	Financeiro	Resultado da Operação	Patrimônio Líquido	Controladora
Custo	(8.619,3)	8.619,3	Derivativo	CFH	118,2	(438,3)	(922,4)	251,2	445,4	
Despesa	6.199,1	(6.199,1)	Derivativo	ECO	427,9	(893,7)	324,9	-	-	
<b>Hedge operacional</b>	<b>(2.420,2)</b>	<b>2.420,2</b>			<b>546,1</b>	<b>(1.332,0)</b>	<b>(597,5)</b>	<b>251,2</b>	<b>445,4</b>	
Caixa em moeda estrangeira	(2.242,7)	2.242,7	Derivativo	ECO	113,8	(291,6)	150,3	-	-	
Caixa em moeda local	1.070,0	(1.070,0)	Derivativo	ECO	0,1	(1,6)	(4,4)	-	-	
Dívida em moeda estrangeira	(588,9)	212,7	Derivativo	ECO	-	(4,6)	(3,2)	-	-	
Dívida em moeda local	(397,4)	397,4	Derivativo	FVH	4,7	(18,4)	(0,3)	-	-	
<b>Hedge financeiro</b>	<b>(2.159,0)</b>	<b>1.782,8</b>			<b>118,6</b>	<b>(316,2)</b>	<b>142,4</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	
<b>Hedge investimento líquido</b>	<b>1.745,5</b>	<b>(1.745,5)</b>	<b>Derivativo</b>	<b>NIH</b>	<b>223,2</b>	<b>(290,7)</b>	<b>413,3</b>	<b>-</b>	<b>(368,2)</b>	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>(2.833,8)</b>	<b>2.457,5</b>			<b>887,9</b>	<b>(1.938,9)</b>	<b>(41,8)</b>	<b>251,2</b>	<b>77,2</b>	
<b>Consolidado</b>										
Exposição	Risco	Nocional	Tipo de Instrumento	Tipo de Hedge	Ativo	Passivo	Financeiro	Resultado da Operação	Patrimônio Líquido	Controladora
Custo	(7.955,1)	7.955,1	Derivativo	CFH	290,5	(243,9)	(463,9)	220,6	280,9	
Despesa	4.259,3	(4.259,3)	Derivativo	ECO	209,3	(564,8)	169,1	-	-	
<b>Hedge operacional</b>	<b>(3.695,8)</b>	<b>3.695,8</b>			<b>499,8</b>	<b>(808,7)</b>	<b>(294,8)</b>	<b>220,6</b>	<b>280,9</b>	
Caixa em moeda estrangeira	(1.629,0)	1.629,0	Derivativo	ECO	32,9	(85,7)	223,8	-	-	
Caixa em moeda local	350,0	(350,0)	Derivativo	ECO	0,5	(0,6)	(8,2)	-	-	
Dívida em moeda estrangeira	(698,8)	304,4	Derivativo	ECO	2,2	-	24,5	-	-	
Dívida em moeda local	(300,0)	300,0	Derivativo	FVH	-	(17,4)	(30,4)	-	-	
<b>Hedge financeiro</b>	<b>(2.277,8)</b>	<b>1.883,4</b>			<b>35,6</b>	<b>(103,7)</b>	<b>209,7</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	
<b>Hedge investimento líquido</b>	<b>3.210,0</b>	<b>(3.210,0)</b>	<b>Derivativo</b>	<b>NIH</b>	<b>75,9</b>	<b>(65,6)</b>	<b>199,8</b>	<b>-</b>	<b>(429,9)</b>	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>(2.763,6)</b>	<b>2.369,2</b>			<b>611,3</b>	<b>(978,0)</b>	<b>114,7</b>	<b>220,6</b>	<b>(149,0)</b>	

### I. Riscos de mercado

#### a.1) Risco de moeda estrangeira

A Companhia incorre em risco cambial sobre empréstimos, investimentos, compras, dividendos e despesas/receitas com juros sempre que eles são denominados em moeda diferente da moeda funcional da subsidiária. Os principais instrumentos financeiros derivativos utilizados para administrar o risco de moeda estrangeira são contratos de futuros, *swaps*, opções, *non deliverable forwards* e *full deliverable forwards*.

#### a.2) Risco de commodities

Parte significativa dos insumos da Companhia é composta de *commodities*, as quais apresentam, historicamente, oscilações relevantes de preços. A Companhia, portanto, utiliza contratos de compra com preço fixo e a contratação de instrumentos financeiros derivativos para minimizar a exposição à volatilidade dos preços das *commodities*. A Companhia tem posições importantes para os seguintes produtos: alumínio, açúcar, trigo e milho. Os instrumentos financeiros derivativos contratados para este fim foram designados como instrumentos de *hedge* de fluxo de caixa.

#### a.3) Risco de taxa de juros

A Companhia aplica uma abordagem dinâmica de *hedge* de taxa de juros segundo a qual a composição de destino entre a dívida de taxa fixa e flutuante é revista periodicamente. O objetivo da política da Companhia é alcançar um equilíbrio entre o custo de captação e a volatilidade dos resultados financeiros. Para isso, leva-se em conta as condições do mercado bem como a estratégia de negócios e periodicamente essa estratégia é revisada.

A tabela abaixo demonstra o total de dívida da Companhia e o cenário antes e após a estratégia de *hedge* de taxa de juros:

	Controladora			
	2014		2013	
	Pré - Hedge	Pós - Hedge	Pré - Hedge	Pós - Hedge
Taxa de juros	Montante	Taxa de juros	Montante	Taxa de juros
Dívida em Real Brasileiro	6,5%	810,9	5,1%	442,9
Dívida em Dólar Americano	0,4%	74,1	0,0%	-
<b>Taxa de juros pré-fixado</b>		<b>885,0</b>		<b>442,9</b>
Dívida em Real Brasileiro	7,2%	1.162,6	8,0%	1.841,5
Dívida em Dólar Americano	1,7%	236,7	0,0%	-
<b>Taxa de juros pós-fixado</b>		<b>1.399,3</b>		<b>1.841,5</b>
<b>Consolidado</b>				
	2014		2013	
	Pré - Hedge	Pós - Hedge	Pré - Hedge	Pós - Hedge
Taxa de juros	Montante	Taxa de juros	Montante	Taxa de juros
Dívida em Real Brasileiro	3,5%	86,4	3,5%	86,4
<b>Taxa de juros pré-fixado</b>		<b>86,4</b>		<b>86,4</b>
<b>Consolidado</b>				
	2014		2013	
	Pré - Hedge	Pós - Hedge	Pré - Hedge	Pós - Hedge
Taxa de juros	Montante	Taxa de juros	Montante	Taxa de juros
Dívida em Real Brasileiro	6,4%	832,2	5,1%	464,1
Dívida em Peso Argentino	23,7%	98,9	23,7%	98,9
Dívida em Peso Dominicano	10,4%	60,1	10,4%	60,1
Dívida em Dólar Americano	3,9%	18,8	5,9%	12,6
Dívida em Quetzal Guatemalteco	7,9%	8,1	7,9%	8,1
<b>Taxa de juros pré-fixado</b>		<b>1.018,1</b>		<b>643,8</b>
Dívida em Real Brasileiro	7,2%	1.162,7	8,7%	1.773,8
Dívida em Dólar Americano	1,9%	537,1	2,1%	300,3
Dívida em Peso Dominicano	9,1%	3,9	9,1%	3,9
<b>Taxa de juros pós-fixado</b>		<b>1.703,7</b>		<b>2.078,0</b>
<b>Consolidado</b>				
	2013		2012	
	Pré - Hedge	Pós - Hedge	Pré - Hedge	Pós - Hedge
Taxa de juros	Montante	Taxa de juros	Montante	Taxa de juros
Dívida em Real Brasileiro	5,9%	682,7	3,5%	403,6
Dívida em Peso Dominicano	13,0%	47,1	13,0%	47,1
Dívida em Dólar Americano	0,5%	160,2	5,5%	16,0
<b>Taxa de juros pré-fixado</b>		<b>890,0</b>		<b>466,7</b>
Dívida em Real Brasileiro	7,2%	2.019,9	8,2%	2.019,9
Dívida em Dólar Americano	1,7%	732,8	1,7%	390,2
Dívida em Peso Dominicano	8,1%	29,0	8,1%	29,0
<b>Taxa de juros pós-fixado</b>		<b>2.015,8</b>		<b>2.439,1</b>

#### Análise de Sensibilidade

A Companhia mitiga seus riscos em ativos e passivos financeiros não derivativos substancialmente, por intermédio de contratação de instrumentos financeiros derivativos. Neste contexto, a Companhia identificou os principais fatores de risco que podem gerar prejuízos para as suas operações com instrumentos financeiros derivativos e, com isso, desenvolveu uma análise de sensibilidade com base em três cenários que poderão gerar impactos nos resultados e/ou no fluxo de caixa futuros da Companhia, conforme descrito abaixo:

1 - Cenário Provável: expectativa da Administração de deterioração de cada fator de risco principal de cada transação. Para estimar os possíveis efeitos nos resultados das operações de derivativos, a Companhia utiliza o cálculo do *Value at Risk - VaR* paramétrico. O *VaR* é uma medida estatística desenvolvida por meio de estimativas de desvio padrão e de correlações entre os retornos dos diversos fatores de risco. Este modelo tem como resultado a perda limite esperada para um ativo, em um determinado exercício de tempo e intervalo de confiança. De acordo com esta metodologia, utilizamos como parâmetros para o cálculo, a exposição potencial de cada instrumento financeiro, um intervalo de confiança de 95% e um horizonte de 21 dias a partir de 31 de dezembro de 2014, os quais estão apresentados em módulo.

2 - Cenário Adverso: deterioração de 25% no fator de risco principal de cada transação em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2014.

3 - Cenário Remoto: deterioração de 50% no fator de risco principal de cada transação em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2014.

Transação	Risco	Controladora			
		Valor justo	Cenário Provável	Cenário Adverso	Cenário Remoto
Hedge cambial		(166,6)	(307,6)	(1.295,2)	(2.423,8)
Compras de insumos	Desvalorização de moeda estrangeira	166,6	307,6	1.295,2	2.423,8
Hedge commodities		(127,6)	(132,7)	(498,7)	(869,9)
Compras de insumos	Queda no preço das commodities	127,6	132,7	498,7	869,9
Hedge cambial		(1,4)	(15,8)	(50,8)	(100,1)
Compra de capex	Desvalorização de moeda estrangeira	1,4	15,8	50,8	100,1
Hedge cambial		(465,9)	(505,6)	(1.419,7)	(2.373,4)
Despesas Fiscais	Valorização de moeda estrangeira	465,9	505,6	1.419,7	2.373,4
<b>Hedge operacional</b>		<b>(761,5)</b>	<b>(961,7)</b>	<b>(3.264,4)</b>	<b>(5.767,2)</b>
<b>Compras operacionais</b>		<b>761,5</b>	<b>961,7</b>	<b>3.264,4</b>	<b>5.767,2</b>
<b>Efeito líquido</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Hedge cambial		(182,4)	(410,2)	(1.484,1)	(2.785,9)
Dívida líquida	Valorização de moeda estrangeira	182,4	410,2	1.484,1	2.785,9
Hedge de juros		(15,2)	(23,4)	(314,4)	(298,8)
Despesa com juros	Aumento da Taxa de juros	15,2	23,4	314,4	298,8
<b>Hedge financeiro</b>		<b>(197,6)</b>	<b>(433,6)</b>	<b>(1.798,5)</b>	<b>(3.084,7)</b>
<b>Dívida líquida e juros</b>		<b>197,6</b>	<b>433,6</b>	<b>1.798,5</b>	<b>3.084,7</b>
<b>Efeito líquido</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Hedge de investimento		(67,5)	(214,4)	(928,2)	(1.788,8)
Investimento no exterior	Valorização de moeda estrangeira	67,5	214,4	928,2	1.788,8
<b>Hedge de investimento líquido</b>		<b>(67,5)</b>	<b>(214,4)</b>	<b>(928,2)</b>	<b>(1.788,8)</b>
<b>Investimento no Exterior</b>		<b>67,5</b>	<b>214,4</b>	<b>928,2</b>	<b>1.788,8</b>
<b>Efeito líquido</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Transação	Risco	Consolidado			
		Valor justo	Cenário Provável	Cenário Adverso	Cenário Remoto
Hedge cambial		(167,4)	(371,2)	(1.789,0)	(3.410,6)
Compras de insumos	Desvalorização de moeda estrangeira	167,4	371,2	1.789,0	3.410,6
Hedge commodities		(145,8)	(149,3)	(556,6)	(967,3)
Compras de insumos	Queda no preço das commodities	145,8	149,3	556,6	967,3
Hedge cambial		(6,8)	(21,6)	(86,7)	(166,6)
Compra de capex	Desvalorização de moeda estrangeira	6,8	21,6	86,7	166,6
Hedge cambial		(465,9)	(505,6)	(1.419,7)	(2.373,4)
Despesas Fiscais	Valorização de moeda estrangeira	465,9	505,6	1.419,7	2.373,4
<b>Hedge operacional</b>		<b>(785,9)</b>	<b>(1.047,7)</b>	<b>(3.852,0)</b>	<b>(6.917,9)</b>
<b>Compras operacionais</b>		<b>785,9</b>	<b>1.047,7</b>	<b>3.852,0</b>	<b>6.917,9</b>
<b>Efeito líquido</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Hedge cambial		(182,4)	(410,3)	(1.484,1)	(2.785,9)
Dívida líquida	Valorização de moeda estrangeira	182,4	398,9	1.390,1	2.597,8
Hedge de juros		(15,2)	(23,4)	(314,4)	(298,8)
Despesa com juros	Aumento da Taxa de juros	15,2	23,4	314,4	298,8
<b>Hedge financeiro</b>		<b>(197,6)</b>	<b>(433,6)</b>	<b>(1.798,5)</b>	<b>(3.084,7)</b>
<b>Dívida líquida e juros</b>		<b>197,6</b>	<b>422,3</b>	<b>1.704,5</b>	<b>2.896,6</b>
<b>Efeito líquido</b>		<b>-</b>	<b>(11,4)</b>	<b>(94,1)</b>	<b>(188,1)</b>
Hedge de investimento		(67,5)	(214,4)	(928,2)	(1.788,8)
Investimento no exterior	Valorização de moeda estrangeira	67,5	214,4	928,2	1.788,8
<b>Hedge de investimento líquido</b>		<b>(67,5)</b>	<b>(214,4)</b>	<b>(928,2)</b>	<b>(1.788,8)</b>
<b>Investimento no Exterior</b>		<b>67,5</b>	<b>214,4</b>	<b>928,2</b>	<b>1.788,8</b>
<b>Efeito líquido</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Os instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2014 apresentavam as seguintes faixas de vencimentos de Valor Nominal e Valor Justo por instrumento:

Fator de Risco/Hedge	Instrumento Financeiro	Controladora				
		2015	2016	2017	2018	>2019
Moeda estrangeira	Contratos futuros	3.859,9	-	-	-	-
Moeda estrangeira	Non Deliverable Forwards	851,7	-	-	-	-
Commodity	Contratos futuros	855,8	-	-	-	-
Commodity	Swaps	628,8	-	-	-	-

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS | Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 (em milhões de reais)

Fator de Risco/Hedge	Instrumento Financeiro	Consolidado					Total
		2015	2016	2017	2018	>2019	
Moeda estrangeira	Contratos futuros	(83,2)	-	-	-	-	(83,2)
Moeda estrangeira	Non Deliverable Forwards	(110,2)	-	-	-	-	(110,2)
Moeda estrangeira	Deliverable Forwards	19,1	-	-	-	-	19,1
Commodity	Contratos futuros	(99,7)	(7,3)	-	-	-	(107,0)
Commodity	Swaps	(38,4)	(0,4)	-	-	-	(38,8)
<b>Hedge custo</b>		<b>(312,4)</b>	<b>(7,7)</b>	-	-	-	<b>(320,1)</b>
Moeda estrangeira	Contratos futuros	4,3	-	-	-	-	4,3
Moeda estrangeira	Swaps/Non Deliverable Forwards	(469,2)	(0,9)	-	-	-	(470,1)
<b>Hedge despesa</b>		<b>(464,9)</b>	<b>(0,9)</b>	-	-	-	<b>(465,8)</b>
Moeda estrangeira	Contratos futuros	(73,8)	-	-	-	-	(73,8)
Moeda estrangeira	Swaps	(13,0)	-	-	-	-	(13,0)
Moeda estrangeira	Non Deliverable Forwards	(90,9)	-	-	-	-	(90,9)
<b>Hedge caixa em moeda estrangeira</b>		<b>(177,7)</b>	-	-	-	-	<b>(177,7)</b>
Taxas de juros	Contratos futuros	-	(0,1)	(0,3)	(1,1)	-	(1,5)
<b>Hedge caixa em moeda local</b>		-	<b>(0,1)</b>	<b>(0,3)</b>	<b>(1,1)</b>	-	<b>(1,5)</b>
Moeda estrangeira	Contratos futuros	(4,6)	-	-	-	-	(4,6)
<b>Hedge dívida em moeda estrangeira</b>		<b>(4,6)</b>	-	-	-	-	<b>(4,6)</b>
Taxas de juros	Swaps	-	(18,4)	-	4,7	-	(13,7)
<b>Hedge caixa em moeda local</b>		-	-	<b>(18,4)</b>	-	<b>4,7</b>	<b>(13,7)</b>
Moeda estrangeira	Contratos futuros	39,1	-	-	-	-	39,1
Moeda estrangeira	Non Deliverable Forwards	(106,7)	-	-	-	-	(106,7)
<b>Hedge de investimento líquido</b>		<b>(67,6)</b>	-	-	-	-	<b>(67,6)</b>
<b>Total derivativos</b>		<b>(1.027,2)</b>	<b>(8,7)</b>	<b>(18,7)</b>	<b>(1,1)</b>	<b>4,7</b>	<b>(1.051,0)</b>

### II. Risco de crédito

#### Concentração de risco de crédito no contas a receber

Parte substancial das vendas da Companhia é feita a distribuidores, supermercados e varejistas dentro de ampla rede de distribuição. O risco de crédito é reduzido em virtude da grande pulverização da carteira de clientes e dos procedimentos de controle que o monitoram. Historicamente, a Companhia não registra perdas significativas em contas a receber de clientes.

#### Concentração de risco de crédito de contraparte

A fim de minimizar o risco de crédito de seus investimentos, a Companhia adotou políticas de alocação de caixa e investimentos, levando em consideração limites e avaliações de créditos de instituições financeiras, não permitindo concentração de crédito, ou seja, o risco de crédito é monitorado e minimizado, pois as negociações são realizadas apenas com um seletivo grupo de contrapartes altamente qualificadas.

A definição das instituições financeiras autorizadas a operar como contrapartes da Companhia está descrita em nossa Política de Risco de Crédito. A Política de Risco de Crédito estabelece limites máximos de exposição a cada contraparte com base na classificação de risco e na capitalização de cada contraparte.

A Companhia adota, com a finalidade de minimizar o risco de crédito junto às suas contrapartes nas operações significativas de derivativos, cláusulas de "gatilhos" bilaterais. De acordo com estas cláusulas, sempre que o valor justo de uma operação superar uma porcentagem de seu valor notional (geralmente entre 10% e 15%), a parte devedora líquida a diferença em relação a este limite em favor da parte credora.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia mantinha aplicações financeiras relevantes nas seguintes instituições financeiras: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Bradesco, Morgan Stanley, Deutsche Bank, Itaú, Citibank, Toronto Dominion Bank, ING, JP Morgan Chase, Santander e HSBC. A Companhia possuía contratos de derivativos com as seguintes instituições financeiras: Barclays, Citibank, Merrill Lynch, Morgan Stanley, Deutsche Bank, Itaú-Unibanco, JP Morgan Chase, Santander, ScotiaBank, Société Generale, Banco BISA, Goldman Sachs, BNB, BNP Paribas, Macquarie e TD Securities.

Os valores contábeis de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, excluindo pagamentos antecipados, impostos a recuperar e instrumentos financeiros derivativos estão apresentados líquidos das provisões de impairment reconhecidas e representam a exposição máxima de risco de crédito em 31 de dezembro de 2014. Não havia nenhuma concentração de risco de crédito com quaisquer contrapartes em 31 de dezembro de 2014.

### III. Risco de liquidez

A Companhia acredita que os fluxos de caixa das atividades operacionais, caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo, junto com os instrumentos financeiros derivativos e acesso a facilidades de empréstimo é suficiente para financiar as despesas de capital, o passivo financeiro e pagamento de dividendos no futuro.

### IV. Gerenciamento de capital

A Ambev S.A. está constantemente otimizando sua estrutura de capital visando maximizar o valor do investimento dos acionistas, mantendo a desejada flexibilidade financeira para executar os projetos estratégicos. Além dos requisitos legais mínimos de financiamento de capital próprio que se aplicam às subsidiárias nos diferentes países, a Ambev S.A. não está sujeita a quaisquer requerimentos externos de capital. Ao analisar sua estrutura de capital, a Ambev S.A. utiliza a mesma relação de dívida e classificações de capital aplicada nas suas demonstrações contábeis.

### Instrumentos financeiros

#### (a) Categoria dos instrumentos financeiros

A administração dos instrumentos financeiros mantidos pela Companhia é efetuada por estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita pela análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros, etc.). O quadro abaixo demonstra todos os instrumentos financeiros reconhecidos nas demonstrações contábeis da Companhia, segregados por categoria:

	Controladora					Total
	2014	Ativos/Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Derivativos usados para hedge	Passivos mensurados pelo custo amortizado		
<b>Ativos financeiros</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	5.165,3	-	-	-	-	5.165,3
Aplicações financeiras	-	67,7	684,9	-	-	752,6
Contas a receber e outros ativos excluindo despesas antecipadas	3.887,5	-	-	-	-	3.887,5
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	541,8	304,2	-	846,0
<b>Total</b>	<b>9.052,8</b>	<b>67,7</b>	<b>1.226,7</b>	<b>304,2</b>	-	<b>10.651,4</b>
<b>Passivos financeiros</b>						
Contas a pagar e outros passivos	-	-	3.289,8	-	22.410,9	25.700,7
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	1.191,6	681,0	-	1.872,6
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	2.210,2	2.210,2
<b>Total</b>	-	-	<b>4.481,4</b>	<b>681,0</b>	<b>24.621,1</b>	<b>29.783,5</b>

	Controladora					Total
	2013	Ativos/Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Derivativos usados para hedge	Passivos mensurados pelo custo amortizado		
<b>Ativos financeiros</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	137,0	-	-	-	-	137,0
Contas a receber e outros ativos excluindo despesas antecipadas	9,6	-	-	-	-	9,6
<b>Total</b>	<b>146,6</b>	-	-	-	-	<b>146,6</b>
<b>Passivos financeiros</b>						
Contas a pagar e outros passivos	-	-	-	-	41,2	41,2
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	86,4	86,4
<b>Total</b>	-	-	-	-	<b>127,6</b>	<b>127,6</b>

	Controladora					Total
	2014	Ativos/Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Derivativos usados para hedge	Passivos mensurados pelo custo amortizado		
<b>Ativos financeiros</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	9.722,1	-	-	-	-	9.722,1
Aplicações financeiras	-	68,0	713,0	-	-	781,0
Contas a receber e outros ativos excluindo despesas antecipadas	5.257,0	-	-	-	-	5.257,0
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	541,8	346,0	-	887,8
<b>Total</b>	<b>14.979,1</b>	<b>68,0</b>	<b>1.254,8</b>	<b>346,0</b>	-	<b>16.647,9</b>
<b>Passivos financeiros</b>						
Contas a pagar e outros passivos	-	-	3.289,8	-	9.182,7	12.472,5
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	1.191,5	747,4	-	1.938,9
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	2.622,7	2.622,7
<b>Total</b>	-	-	<b>4.481,3</b>	<b>747,4</b>	<b>11.805,4</b>	<b>17.034,1</b>

	Controladora					Total
	2013	Ativos/Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Derivativos usados para hedge	Passivos mensurados pelo custo amortizado		
<b>Ativos financeiros</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	11.538,2	-	-	-	-	11.538,2
Aplicações financeiras	-	63,8	288,6	-	-	352,4
Contas a receber e outros ativos excluindo despesas antecipadas	4.999,7	-	-	-	-	4.999,7
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	245,0	366,3	-	611,3
<b>Total</b>	<b>16.537,9</b>	<b>63,8</b>	<b>533,6</b>	<b>366,3</b>	-	<b>17.501,6</b>
<b>Passivos financeiros</b>						
Contas a pagar e outros passivos	-	-	2.520,7	-	8.313,6	10.834,3
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	651,1	326,9	-	978,0
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	2.905,8	2.905,8
<b>Total</b>	-	-	<b>3.171,8</b>	<b>326,9</b>	<b>11.219,4</b>	<b>14.718,1</b>

#### (b) Classificação dos instrumentos financeiros por tipo de mensuração do valor justo

O IFRS 13/CPC 46 - Mensuração do Valor Justo define valor justo como sendo o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Ainda de acordo com o IFRS 13, os instrumentos financeiros mensurados ao valor justo devem ser classificados entre as categorias abaixo:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;

Nível 2 - Informações observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1; e

Nível 3 - Dados não observáveis para o ativo ou passivo.

	2014			Controladora			2013
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	
<b>Ativos Financeiros</b>							
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	684,9	-	-	684,9	-	-	-
Derivativos mensurados ao valor justo por meio de resultado	97,8	444,0	-	541,8	-	-	-
Derivativos - Hedge operacional	28,8	47,6	-	76,4	-	-	-
Derivativos - Hedge de valor justo	-	4,7	-	4,7	-	-	-
Derivativos - Hedge de investimento líquido	89,0	134,2	-	223,2	-	-	-
	<b>900,5</b>	<b>630,5</b>	-	<b>1.531,0</b>	-	-	-
<b>Passivos Financeiros</b>							
Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado <sup>(i)</sup>	-	-	3.289,8	3.289,8	-	-	-
Derivativos mensurados ao valor justo por meio de resultado	173,5	1.018,1	-	1.191,6	-	-	-
Derivativos - Hedge operacional	188,6	183,4	-	372,0	-	-	-
Derivativos - Hedge de valor justo	-	18,4	-	18,4	-	-	-
Derivativos - Hedge de investimento líquido	49,9	240,8	-	290,7	-	-	-
	<b>412,0</b>	<b>1.460,7</b>	<b>3.289,8</b>	<b>5.162,5</b>	-	-	-

#### Ativos Financeiros

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Derivativos mensurados ao valor justo por meio de resultado

Derivativos - Hedge operacional

Derivativos - Hedge de valor justo

Derivativos - Hedge de investimento líquido

Passivos Financeiros

Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado<sup>(i)</sup>

Derivativos mensurados ao valor justo por meio de resultado

Derivativos - Hedge operacional

Derivativos - Hedge de valor justo

Derivativos - Hedge de investimento líquido

Passivos Financeiros

Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Derivativos mensurados ao valor justo por meio de resultado

Derivativos - Hedge operacional

Derivativos - Hedge de valor justo

Derivativos - Hedge de investimento líquido

Passivos Financeiros

Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado<sup>(i)</sup>

Derivativos mensurados ao valor justo por meio de resultado

Derivativos - Hedge operacional

Derivativos - Hedge de valor justo

Derivativos - Hedge de investimento líquido

Passivos Financeiros

Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado<sup>(i)</sup>

Derivativos mensurados ao valor justo por meio de resultado

Derivativos - Hedge operacional

Derivativos - Hedge de valor justo

Derivativos - Hedge de investimento líquido

Passivos Financeiros

Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado<sup>(i)</sup>

Derivativos mensurados ao valor justo por meio de resultado

Derivativos - Hedge operacional

Derivativos - Hedge de valor justo

Derivativos - Hedge de investimento líquido

Passivos Financeiros

Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado<sup>(i)</sup>

Derivativos mensurados ao valor justo por meio de resultado

Derivativos - Hedge operacional

Derivativos - Hedge de valor justo

Derivativos - Hedge de investimento líquido

Passivos Financeiros

Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado<sup>(i)</sup>

Derivativos mensurados ao valor justo por meio de resultado

Derivativos - Hedge operacional

Derivativos - Hedge de valor justo

Derivativos - Hedge de investimento líquido

Passivos Financeiros

Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado<sup>(i)</sup>

Derivativos mensurados ao valor justo por meio de resultado

Derivativos - Hedge operacional

Derivativos - Hedge de valor justo

Derivativos - Hedge de investimento líquido

Passivos Financeiros

Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado<sup>(i)</sup>

Derivativos mensurados ao valor justo por meio de resultado

Derivativos - Hedge operacional

Derivativos - Hedge de valor justo

Derivativos - Hedge de investimento líquido

Passivos Financeiros

Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado<sup>(i)</sup>

Derivativos mensurados ao valor justo por meio de resultado

Derivativos - Hedge operacional

Derivativos - Hedge de valor justo

Derivativos - Hedge de investimento líquido

Passivos Financeiros

Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado<sup>(i)</sup>

Derivativos mensurados ao valor justo por meio de resultado

Derivativos - Hedge operacional

Derivativos - Hedge de valor justo

Derivativos - Hedge de investimento líquido

Passivos Financeiros

Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado<sup>(i)</sup>

Derivativos mensurados ao valor justo por meio de resultado

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS | Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 (em milhões de reais)

O vencimento dos compromissos contratuais em 31 de dezembro de 2014 e 2013 está demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Menos de 1 ano	3.478,0	–	3.776,8	3.438,3
Entre 1 e 2 anos	2.388,8	–	2.555,6	2.379,4
Mais de 2 anos	2.074,2	–	2.239,0	6.401,0
	<b>7.941,0</b>	<b>–</b>	<b>8.571,4</b>	<b>12.218,7</b>

### 31 CONTINGÊNCIAS

A Companhia tem passivos contingentes relacionados com ações judiciais decorrentes do curso normal dos negócios. Os passivos contingentes prováveis estão totalmente provisionados, conforme detalhado na nota explicativa 16 - *Provisões*. Adicionalmente, a Companhia tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda, classificados pela Administração como possíveis, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
PIS e COFINS	274,2	–	305,4	363,9
ICMS e IPI	5.074,2	–	5.648,8	3.807,4
IRPJ e CSLL	9.952,9	–	12.946,7	10.196,2
Trabalhistas	102,2	–	207,9	135,7
Cíveis	199,4	–	3.546,3	161,6
Outros	1.611,6	–	1.668,2	1.386,6
	<b>17.214,5</b>	<b>–</b>	<b>24.323,3</b>	<b>16.051,4</b>

#### Principais processos com probabilidade de perda possível

**Ágio**  
Em dezembro de 2011, a Companhia recebeu uma autuação da Secretaria da Receita Federal do Brasil referente, principalmente, à glosa de despesas de amortização do ágio decorrente da incorporação da InBev Holding Brasil S.A.. Em novembro de 2014, o CARF concluiu o julgamento do recurso e a AmBev aguarda ser intimada da decisão. Considerando que o julgamento foi parcialmente favorável, a AmBev apresentará recurso à Câmara Superior de Recursos Fiscais, assim que for intimada. A Ambev S.A. considera a probabilidade de perda no valor de R\$4,2 bilhões (R\$3,9 bilhões em 31 de dezembro de 2013) relacionado a essa autuação como possível. A Companhia não constituiu nenhuma provisão para esse fim. Na eventualidade de a Companhia ser requerida a pagar este montante, a ABI reembolsará o valor proporcional ao seu benefício decorrente da amortização do ágio referido, bem como dos respectivos custos.

Em outubro de 2013, a Ambev S.A. recebeu mais um Auto de Infração relacionado com o ágio amortizado referente a incorporação da Quinsa S.A. na Ambev S.A.. Em dezembro de 2014, a Ambev S.A. apresentou Recurso Voluntário contra a decisão de primeira instância administrativa que manteve a autuação. O Recurso aguarda julgamento no CARF. O valor do risco possível é de aproximadamente R\$1,2 bilhão, para dezembro de 2014 (R\$1,1 bilhão em 31 de dezembro de 2013). Não houve nenhuma provisão feita sobre a matéria.

#### Lucros auferidos no exterior

Durante o primeiro trimestre de 2005, a Companhia e algumas de suas subsidiárias receberam autuações da Secretaria da Receita Federal do Brasil com relação à tributação de lucros auferidos por subsidiárias domiciliadas no exterior. Em dezembro de 2008, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais do Ministério da Fazenda - CARF julgou um dos autos de infração sendo que a decisão foi parcialmente favorável à Companhia. No que se refere à parte remanescente, a Companhia interpsu recurso voluntário para a Câmara Superior do CARF e aguarda seu respectivo julgamento. A Companhia não constituiu nenhuma provisão para esse fim. Para o exercício de 2014 a Ambev S.A. estima um valor de aproximadamente R\$4,2 bilhões (R\$3,8 bilhões em 31 de dezembro de 2013) com classificação de perda possível e de aproximadamente R\$34,7 com classificação de perda provável (R\$32,3 em 31 de dezembro de 2013).

#### Zona Franca de Manaus - IPI

Os produtos fabricados na Zona Franca de Manaus para remessa a outros lugares no Brasil estão isentos de IPI. Subsidiárias da Ambev S.A. registraram crédito presumido sobre a aquisição de insumos isentos lá fabricados. Desde 2009, a Ambev S.A. tem recebido uma série de Autos de Infração à glosa destes créditos presumidos. Ainda não há jurisprudência pacificada sobre o assunto. A Ambev S.A. estima que o valor envolvido nestes processos seja de aproximadamente R\$917 classificados como perda possível (R\$723 em 31 de dezembro de 2013).

#### Descontos Incondicionais

A Ambev S.A. está sendo cobrada em processos judiciais pelo Estado do Rio de Janeiro, os quais têm como objeto a cobrança de ICMS sobre descontos incondicionais concedidos pela Ambev S.A. de janeiro de 1996 a fevereiro de 1998. Esses processos encontram-se no Superior Tribunal de Justiça e no Supremo Tribunal Federal para julgamento. Em novembro de 2013, novembro e dezembro de 2014, a Ambev S.A. recebeu Autos de Infração similares emitidos pelo Estado do Pará. A Ambev S.A. estima que o valor envolvido nestes processos seja de aproximadamente R\$820 (R\$760 em 31 de dezembro de 2013), sendo aproximadamente R\$704 classificados como perda possível e, portanto, sem provisão, e os restantes R\$116, classificados como perda provável, relativos a um processo cuja chance de perda foi reclassificada em outubro de 2014, tendo sido o montante devidamente provisionado.

#### Utilização de prejuízo fiscal em incorporação

A Companhia e uma de suas subsidiárias são partes em autos de infração lavrados pela Receita Federal do Brasil, os quais visam à cobrança de suposto crédito tributário decorrentes da não concordância pelo Fisco Federal com o aproveitamento integral de prejuízo fiscal acumulado para abatimento do lucro real por empresas em seu último ano de existência, decorrente de incorporação. A Companhia não constituiu nenhuma provisão para estes casos por entender que não há disposição legal expressa que limite a utilização de prejuízos fiscais para os casos de extinção da pessoa jurídica (incluindo casos de incorporação), não se aplicando, portanto, o entendimento da fiscalização nos mencionados autos de infração. Após decisão proferida pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF, a Companhia passou a considerar parte da contingência como sendo de perda remota. Nesse sentido, a Companhia estima que a exposição de perdas possíveis dessas autuações foi reduzida para aproximadamente R\$419 em 31 de dezembro de 2014 (R\$582 em 31 de dezembro de 2013).

#### Bônus de subscrição de ações

Determinados detentores de bônus de subscrição da Companhia de Bebidas, sucedida pela Ambev S.A., emitidos em 1996 (para exercício em 2003) propuseram ações judiciais para subscrever as ações correspondentes por valor inferior ao que a Companhia entende como sendo o estabelecido no momento da emissão do bônus, e ainda receber os dividendos correspondentes a estas ações desde o exercício de 2003 (valor aproximado atual de R\$572 (R\$413 em 31 de dezembro de 2013) além de custas e honorários advocatícios a serem determinados). Caso a Companhia venha a perder a totalidade das referidas ações judiciais, seria necessária a emissão de 172,8 milhões de ações ordinárias, recebendo em contrapartida recursos substancialmente inferiores ao valor de mercado das ações. A Companhia entende que a perda do processo é possível e não constituiu nenhuma provisão para esse fim.

#### Sistema brasileiro de defesa da concorrência

Em 22 de julho de 2009 o Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE julgou o processo administrativo iniciado em 2004 em decorrência de representação da Schincariol, que teve por objeto a investigação de práticas de mercado da Companhia, notadamente o nosso programa de fidelidade denominado "Tô Contigo".

Durante a fase investigatória deste processo, a Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça - SDE concluiu que o programa "Tô Contigo" deveria ser considerado anti-concorrencial, ausentes determinados ajustes, os quais já se encontravam substancialmente incorporados ao programa na sua configuração de então. Não houve recomendação de multa por parte da SDE. As demais acusações tiveram recomendação de arquivamento. Após o parecer da SDE, o processo foi encaminhado ao CADE para julgamento, que determinou a condenação da Companhia, incluindo uma multa de R\$352 (R\$524 em 31 de dezembro de 2014 incluindo os juros acumulados (R\$488 em 31 de dezembro de 2013). A perda deverá ser limitada ao montante da multa e outras taxas legais referentes a esse processo.

A Companhia ajuizou ação para anular a decisão do CADE. O juízo da 16ª Vara Federal de Brasília determinou a suspensão da multa e de outras partes da decisão, mediante a apresentação de caução. A Companhia já apresentou uma carta de fiança para essa finalidade. A Companhia entende que a perda do processo é possível e não constituiu nenhuma provisão para esse fim. Adicionalmente, a Companhia possui outros processos administrativos com o CADE e SDE, que investigam determinadas condutas, as quais no entender da Companhia, não representam infração concorrencial.

#### ICMS Guerra Fiscal

A Companhia, ao longo dos anos, recebeu autos de infração dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais relacionados à discussão da legalidade da tomada de créditos de ICMS advindos de incentivos fiscais concedidos por outros Estados da Federação. No decorrer do terceiro trimestre de 2014, a Companhia recebeu novos autos de infração da mesma matéria que somados perfazem o montante de R\$507. Tendo em vista o recebimento destes novos autos de infração, além dos outros casos anteriormente recebidos, o valor em discussão para dezembro de 2014 é de R\$1,0 bilhão. Não foi feita nenhuma provisão relacionada aos novos casos.

#### IPI Suspensão

No decorrer do ano de 2014, a Ambev S.A. foi intimada de Autos de Infração lavrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, veiculando cobrança de IPI supostamente devido na remessa de produtos acabados para outras unidades da Companhia. A Ambev S.A. estima que o valor envolvido nestes processos seja de aproximadamente R\$510, em dezembro de 2014. Não foi feita nenhuma provisão relacionada à matéria.

Em janeiro de 2015, a Ambev S.A. recebeu novo Auto de Infração relativo ao mesmo tema, no valor de R\$568, igualmente classificado como perda possível e, portanto, sem provisão relacionada.

#### Ação coletiva contra Brewers Retail Inc.

Em 12 de dezembro de 2014, foi proposta uma ação judicial coletiva na Corte de Justiça da Província Ontario, no Canadá, contra a *Liquor Control Board of Ontario* ("LCBO"), *Brewers Retail Inc.* ("The Beer Store") e os acionistas da *The Beer Store* (*Molson Coors Canada*, *Sleeman Breweries Ltd.* e *Labatt Breweries of Canada LP*). A ação judicial, seguindo o *Ontario Class Proceedings Act*, busca a declaração de que a LCBO e *The Beer Store* teriam firmado acordos para alocação de vendas, território ou mercados para cervejas vendidas em Ontario desde junho de 2000, bem como a declaração de que os acionistas da *The Beer Store* teriam feito acordos para fixação de preço. A ação pretende indenização total de até CAD \$1,4 bilhão, de todas as partes mencionadas. Considerando que *The Beer Store* segue as normas estabelecidas pelo Governo de Ontario e que os preços são definidos de forma independente por cada cervejaria, a Companhia entende que há fortes argumentos de defesa e, deste modo, não registrou provisão correspondente.

#### Glosa de despesas financeiras e perdas em investimentos

No dia 29 de dezembro de 2014, a Companhia recebeu um Auto de Infração da Receita Federal do Brasil no montante aproximado de R\$1,2 bilhão. A autuação teve como base, de um modo geral, a glosa de despesas relacionadas aos juros contratados em instrumentos financeiros. A Companhia entende que a perda integral do processo é possível, de modo que não houve nenhum valor provisionado.

#### Contingências ativas

De acordo com o IAS 37/CPC 25 - *Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes*, ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis.

## 32 PARTES RELACIONADAS

#### Políticas e práticas quanto à realização de transações com partes relacionadas

A Companhia adota práticas de governança corporativa e aquelas recomendadas e/ou exigidas pela legislação que lhe é aplicável. Nos termos do Estatuto Social da Companhia compete ao Conselho de Administração a aprovação de quaisquer negócios ou contratos entre a Companhia e/ou qualquer de suas controladas, administradores e/ou acionistas (incluindo os sócios, diretos ou indiretos, dos acionistas da Companhia). Ao Comitê de *Compliance* da Companhia cabe assessorar o Conselho de Administração da Companhia em assuntos relativos às transações com partes relacionadas.

É vedado ao administrador intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante, ainda que em tese, com o da Companhia, bem como na deliberação que a respeito tomarem os demais administradores, cumprindo-lhe cientificá-los do seu impedimento e fazer consignar em ata de Reunião do Conselho de Administração ou da Diretoria a sua não participação na deliberação.

É regra da Companhia que as transações com partes relacionadas sigam condições razoáveis e comutativas, em linha com as que prevalecem no mercado ou em que a Companhia contrataria com terceiros e estejam claramente refletidas nas demonstrações contábeis e sejam refletidas em contratos escritos.

#### Transações com membros da Administração

Além dos benefícios de curto prazo, os administradores são elegíveis ao Plano de Opções de Compra de Ações, conforme mencionado na Nota 27 - *Pagamento baseado em ações*.

O total das despesas com Administradores da Companhia está demonstrado a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2014	2013
Benefícios de curto prazo <sup>(1)</sup>	22,2	28,7
Pagamento baseado em ações <sup>(2)</sup>	39,3	44,5
<b>Total remuneração ao pessoal-chave da Administração</b>	<b>61,5</b>	<b>73,2</b>

<sup>(1)</sup> Corresponde substancialmente a honorários dos Administradores e participação no resultado (incluindo bônus por desempenho).

<sup>(2)</sup> Corresponde ao custo das opções concedidas aos Administradores. Nos valores acima não consta a remuneração do Conselho Fiscal.

Exceto pela remuneração descrita acima e pelos programas de opções de compra de ações (Nota 27 - *Pagamento baseado em ações*), a Companhia não possui nenhum tipo de transação com os administradores tampouco saldos pendentes a receber ou a pagar em seu balanço patrimonial.

#### Transações com os acionistas da Companhia

##### a) Assistência médica, odontológica e outros benefícios

A Fundação Antonio e Helena Zerrener Instituição Nacional de Beneficência ("Fundação Zerrener") é uma das acionistas da Ambev S.A., com 9,81% do capital total. A Fundação Zerrener é também uma entidade legalmente independente, cujo principal objetivo é proporcionar aos funcionários ativos e certos inativos, da Ambev S.A., no Brasil, assistência médica e odontológica, auxílio em cursos de formação técnica e superior e instalações para assistência e auxílio a idosos, por meio de iniciativas diretas ou acordos de assistência financeira com outras entidades. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as responsabilidades atuariais relativas aos benefícios proporcionados diretamente pela Fundação Zerrener eram integralmente cobertos pelos ativos da Fundação Zerrener mantidos para tal fim, os quais excedem em montante significativo o valor dos passivos atuariais nessa mesma data. A Ambev S.A. reconhece os ativos (despesas antecipadas) desse plano na extensão do valor do benefício econômico disponíveis para a Companhia, proveniente de reembolsos ou reduções de contribuições futuras.

As despesas incorridas pela Fundação Zerrener, no Brasil, para fornecer os benefícios acima mencionados aos funcionários da Companhia totalizaram, em 31 de dezembro de 2014, R\$216,3 (R\$185,6 em 31 de dezembro de 2013), sendo R\$195,5 (R\$163,7 em 31 de dezembro de 2013) relacionados aos funcionários ativos e R\$22,8 (R\$21,9 em 31 de dezembro de 2013) relacionados aos funcionários inativos.

##### b) Reserva especial de ágio

Como resultado da incorporação da InBev Holding Brasil S.A. em 2005, a Companhia vem auferindo, anualmente, benefício fiscal decorrente de amortização de ágio, nos termos da Instrução CVM nº 319/99. O saldo da reserva especial de ágio, em 31 de dezembro de 2014 totaliza R\$2,0 (R\$313,9 em 31 de dezembro de 2013) e poderá ser utilizado para futuros aumentos de capital.

##### c) Arrendamento de ativos

A Companhia possui um contrato de arrendamento de ativos com a Fundação Zerrener, no valor total de R\$63,3, pelo prazo de 10 anos, com vencimento em 31 de março de 2018.

##### d) Aluguel do imóvel da Administração Central da Companhia ("AC")

A Companhia possui contrato de locação de dois conjuntos comerciais com a Fundação Zerrener, no valor de R\$4,5, com vencimento em janeiro de 2016.

##### e) Licenciamentos

A Companhia mantém contratos de licenciamento com a Anheuser-Busch Inc., para produzir, engarrafar, vender e distribuir os produtos Budweiser no Brasil, no Canadá, no Equador, na Guatemala, na República Dominicana e no Paraguai. Além disso, a Companhia produz e distribui produtos Stella Artois sob licença da ABI no Brasil, Canadá, Argentina e outros países e, por meio de licença concedida à ABI, esta distribui produtos Brahma em determinados países da Europa, Ásia e África. Neste contexto, a Companhia registrou R\$1,6 (R\$15,5 em 31 de dezembro de 2013) e R\$293,1 (R\$249,2 em 31 de dezembro de 2013) como receita e despesa de licenciamento no Consolidado, respectivamente.

Em 29 de outubro de 2013, a Companhia celebrou contrato com a empresa B2W - Companhia Digital S.A. para gerir a plataforma de *e-commerce* da Companhia, denominada "Parceiro Ambev". O contrato tem vigência de 2 anos, e o objeto do mesmo é a comercialização de produtos da Ambev por meio de *websites*. Ambas as partes possuem os mesmos controladores.

#### Transações da Controladora com partes relacionadas

	2014		2013			
	Contas a Receber <sup>(1)</sup>	Contas a Pagar <sup>(1)</sup>	Empréstimos/ Mútuos a Pagar	Contas a Receber <sup>(1)</sup>	Contas a Pagar <sup>(1)</sup>	Empréstimos/ Mútuos a Pagar
<b>Circulante</b>						
AB InBev	16,2	(7,3)	–	5,1	–	–
Arosuco	1,8	(484,5)	–	–	–	–
CND	1,4	(9,6)	–	–	–	–
Imperial	0,4	(11,6)	–	–	–	–
CRBS	1.438,9	(8,5)	–	–	–	–
Eagle	4,5	–	–	–	–	–
Skol	300,8	(87,8)	–	–	–	–
InBev	60,7	(180,8)	–	–	28,7	–
Labatt Breweries	2,7	–	(38,0)	–	–	–
Lizar	1,8	–	–	–	–	–
Maltería Pampa	0,3	(0,9)	–	–	–	–
Maltería Uruguay	0,3	(724,6)	–	–	–	–
Cympay	–	(224,0)	–	–	–	–
Monthiers	–	(4,1)	(908,7)	–	–	–
AmBev Peru	1,2	(0,2)	–	–	–	–
Cerveceria Paraguaya	13,1	–	–	–	–	–
Linthal	9,7	(3,6)	(47,6)	–	–	–
Cerveceria Chile	–	–	(2,2)	–	–	–
Grupo Modelo	8,7	(0,2)	–	–	–	–
Dunvegan	–	–	(28,7)	–	–	–
Fratelli Vita	–	–	(23,2)	–	–	–
Dahlen S/A	–	(5,2)	–	–	–	–
Outras	1,4	(10,0)	(2,7)	–	–	–
	<b>1.863,9</b>	<b>(1.762,9)</b>	<b>(1.051,1)</b>	<b>5,1</b>	<b>28,7</b>	<b>–</b>

	2014		2013	
	Mútuos a Receber	Empréstimos/ Mútuos a Pagar	Mútuos a Receber	Empréstimos/ Mútuos a Pagar
<b>Não circulante</b>				
Dunvegan	–	(4.405,5)	–	–
Monthiers	–	(2.639,6)	–	–
NCAQ	–	(346,3)	–	–
Linthal	–	(2.959,7)	–	–
Cerveceria Chile	–	(900,0)	–	–
Labatt Breweries	–	(3.416,8)	–	–
Fratelli Vita	–	(134,7)	–	–
	–	<b>(14.802,6)</b>	–	–

<sup>(1)</sup> O saldo contempla as operações comerciais (compra e venda) e reembolso de despesas entre as empresas do grupo.

#### Mútuos a receber

Correspondem a contratos de mútuo celebrados com controladas integrais da Companhia, com vencimento indeterminado, sem incidência de juros e sem garantias.

#### Empréstimos/Mútuos a pagar

Os quadros abaixo demonstram as transações da Controladora com partes relacionadas, as quais foram reconhecidas no resultado:

	Compras/Prestação Serviços/Aluguéis		Vendas	Rateio Despesas com Controladas	Royalties/ Benefícios	2014	
	Resultado Financeiro	Resultado Financeiro					
<b>Empresa</b>							
AB InBev	–	(0,7)	–	–	0,7	1,8	–
Agrega	–	(16,5)	–	–	–	–	–
Arosuco	–	(1.707,0)	35,1	35,4	–	–	–
CRBS	–	(0,1)	7.026,3	58,5	–	–	–
Cympay	–	(197,1)	–	–	–	–	(4,7)
Dunvegan	–	–	–	–	–	–	(652,0)
Fratelli Vita	–	–	–	–	–	–	(20,2)
Fundação Zerrener	–	(12,8)	–	–	(7,1)	–	–
InBev	–	(3,0)	–	–	0,4	47,4	–
Labatt Breweries	–	–	–	–	–	–	(107,7)
Lizar	–	(10,6)	–	–	–	–	–
Londrina	–	(419,8)	130,9	11,9	–	–	–
Maltería Pampa	–	–	–	–	–	–	0,3
Maltería Uruguay	–	(678,9)	–	–	–	–	(26,3)
Monthiers	–	–	–	–	–	–	(613,5)
Cerveceria Paraguaya	–	–	30,4	–	–	–	0,3
AmBev Peru	–	–	1,2	–	–	–	–
NCAQ	–	–	–	–	–	–	(51,6)
Linthal	–	(12,9)	–	–	–	–	(52,9)
Cerveceria Chile	–	–	–	–	–	–	(78,3)
CND	–	–	–	–	–	–	2,4
Skol	–	(127,0)	31,5	165,2	–	–	–
Outras	–	(0,5)	4,2	–	–	–	40,0
	–	<b>(3.186,9)</b>	<b>7.259,6</b>	<b>271,0</b>	<b>(6,0)</b>	–	<b>(1.515,0)</b>

# ambev

**Ambev S.A.**

Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 07.526.557/0001-00 - NIRE 35.300.368.941

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS | Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 (em milhões de reais)**
**33 COMPANHIAS DO GRUPO**

Abaixo estão listadas as principais companhias e o percentual de participação do grupo. O número de companhias consolidadas e controladas em conjunto totaliza 38.

**Argentina**

CERVECERIA Y MALTERIA QUILMES SAICA Y G Avenida Del Libertador 498, 26º andar - Buenos Aires 99,74%

**Bolívia**

CERVECERIA BOLIVIANA NACIONAL S.A. Avenida Montes 400 e Rua Chuquisaca - La Paz 85,67%

**Brasil**

AMBEV S.A. Rua Dr. Renato Paes de Barros, 1017, 3º andar, Itaim Bibi, São Paulo Companhia Consolidadora

AROSUCO AROMAS E SUCOS LTDA. Avenida Buriti, 5.385, Distrito Industrial - Manaus - AM 100,00%

CRBS S.A. Avenida Antártica, 1.891 Fazenda Santa Úrsula - Jaguariúna - SP 100,00%

EAGLE DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS S.A. Avenida Antártica, 1.891 Fazenda Santa Úrsula - Jaguariúna - SP 100,00%

CERVEJARIA REUNIDAS SKOL CARACU S.A. Avenida Antártica, 1891 Fazenda Santa Úrsula - Jaguariúna, SP 100,00%

**Canadá**

LABATT BREWING COMPANY LIMITED 207 Queens Quay West, Suite 299 - M5J 1A7 - Toronto 100,00%

**Chile**

CERVECERIA CHILE S.A. Avenida Presidente Eduardo Frei Montalva, 9600 - Comuna de Quilicura - Santiago 100,00%

**Espanha**

JALUA SPAIN, S.L. Juan Vara Terán, 14 - Ilhas Canárias 100,00%

**Equador**

COMPANHIA CERVECERA AMBEV ECUADOR S.A. Km 14,5 Vía Dauley, Avenida Las Iguanas - Guayaquil 100,00%

**Luxemburgo**

AMBEV LUXEMBOURG 5, Gabriel Lippmann, L - 5365 Munsbach 100,00%

**Guatemala**

INDUSTRIAS DEL ATLÁNTICO, SOCIEDAD ANÓNIMA 43 Calle 1-10 Clzd. Aguilar Bartres, Zona 12, Edifício Mariposa, nível 4 - 01012 - Zacapa 50,00%

**Paraguai**

CERVECERIA PARAGUAY S.A. Ruta Villeta KM 30 - Ypané 87,34%

**Peru**

COMPANÍA CERVECERA AMBEV PERU S.A.C. Avenida República de Panamá, 3659 San Isidro - Lima 41 - Lima 100,00%

**República Dominicana**

CERVECERIA NACIONAL DOMINICANA, S.A. Autopista 30 de Mayo, Distrito Nacional 55,00%

**Uruguai**

LINTHAL S.A. 25 de Mayo 444, office 401 - Montevideo 99,99%

CERVECERIA Y MALTERIA PAYSSANDÚ S.A. Rambla Baltasar Brum, 2933 - 11800 - Payssandu 98,62%

MONTHIERS SOCIEDAD ANÓNIMA Cortinas Cesar, 2037 - Montevideo 100,00%

**34 SEGUROS**

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

**35 EVENTOS SUBSEQUENTES**

i) Na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 31 de dezembro de 2014, os membros do Conselho de Administração da Companhia aprovaram a distribuição de JCP, a serem deduzidos do resultado do exercício de 2014 e imputados aos dividendos mínimos obrigatórios do mesmo exercício, à razão de R\$0,096 por ação da Companhia. A distribuição de JCP será tributada na forma da legislação em vigor, o que resultará em uma distribuição líquida de JCP de R\$0,0816 por ação da Companhia.

Referido pagamento foi efetuado a partir de 30 de janeiro de 2015 (ad referendum da Assembleia Geral Ordinária referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014) com base na posição acionária de 7 de janeiro de 2015 (inclusive) no que se refere à BM&FBOVESPA e 12 de janeiro de 2015 no que se refere à NYSE, sem incidência de correção monetária.

ii) Na Reunião do Conselho de Administração realizada em fevereiro de 2015, os membros do Conselho de Administração da Companhia aprovaram a distribuição de JCP, à razão de R\$0,09 por ação da Companhia devendo R\$0,03 serem deduzidos da Reserva de Investimentos apurada nas Demonstrações Financeiras correspondentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 e R\$0,06 serem deduzidos do resultado acumulado deste ano com base no balanço extraordinário de 31 de janeiro de 2015. A distribuição de JCP será tributada na forma da legislação em vigor, o que resultará em uma distribuição líquida de JCP de R\$0,0765 por ação da Companhia.

O referido pagamento será efetuado a partir de 31 de março de 2015 (ad referendum da Assembleia Geral Ordinária da Companhia), com base na posição acionária de 27 de fevereiro de 2015 (inclusive) no que se refere à BM&FBOVESPA e 4 de março de 2015 no que se refere à NYSE, sem incidência de correção monetária.

iii) Na Reunião do Conselho de Administração realizada em fevereiro de 2015, os membros do Conselho de Administração da Companhia aprovaram e homologaram, dentro do limite do capital autorizado da Companhia, nos termos do seu Estatuto Social, bem como da Lei 6.404/76, um aumento de capital no valor de R\$20,2, mediante a emissão de 4.364.791 novas ações ordinárias, ao preço médio de emissão de R\$4,62087234 por ação, sem direito de preferência. O capital social da Companhia passou, portanto, a ser de R\$57.602,6, dividido em 15.716.984.046 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

**DIRETORIA**

**João Mauricio Giffoni de Castro Neves** - Diretor Geral  
**Nelson José Jamel** - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores  
**Flávio Barros Torres** - Diretor Industrial  
**Pedro de Abreu Mariani** - Diretor Jurídico e de Relações Corporativas  
**Vinícius Guimarães Barbosa** - Diretor de Logística

**Sandro de Oliveira Bassili** - Diretor de Gente e Gestão  
**Pedro Henrique de Sá Earp** - Diretor de Marketing  
**Ricardo Rittes de Oliveira Silva** - Diretor de Tecnologia da Informação e Serviços Compartilhados  
**Alexandre Médicis da Silveira** - Diretor de Vendas  
**Marcel Martins Régis** - Diretor de Refrigerantes

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**Victorio Carlos De Marchi**  
 Co-presidente  
**Marcel Herrmann Telles**  
**Roberto Moses Thompson Motta**  
**José Heitor Attilio Gracioso**

**Vicente Falconi Campos**  
**Luis Felipe Pedreira Dutra Leite**  
**Luis Fernando Ziegler de Saint Edmond**  
**Paulo Alberto Lemann**

**Carlos Alves de Brito**  
 Co-presidente  
**Álvaro Antonio Cardoso de Souza**  
**Antonio Carlos Augusto Ribeiro Bonchristiano**  
**Marcos de Barros Lisboa**

**Silvia Aparecida Vieira Ramos**  
 Contadora - CRC 1SP240597/O-0

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

O Conselho Fiscal da Ambev S.A. ("Companhia") em conformidade com as atribuições dispostas no Estatuto Social da Companhia, em seu Regimento Interno e nos incisos do artigo 163 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada, examinou: (i) o relatório do auditor emitido sem ressalvas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes; e (ii) o relato sobre o desempenho da Companhia realizado pelo Diretor Financeiro e de Relações com Investidores. Com base nos documentos examinados e nos esclarecimentos prestados, os membros do Conselho Fiscal, abaixo assinados, opinaram pela aprovação em Assembleia Geral da Administração, das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 e da destinação do lucro líquido do referido exercício e distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio na forma constante das Demonstrações Financeiras.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2015

**Celso Clemente Giacometti**  
**Mário Fernando Engelke**  
**Ary Waddington** (Suplente)

**James Terence Coulter Wright**  
**Emanuel Sotelino Schifferle** (Suplente)  
**José Elias Neto** (Suplente)

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Aos Administradores e Acionistas

**Ambev S.A.**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Ambev S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

**Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

**Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias,

mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ambev S.A. e da Ambev S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

**Outros assuntos**
**Informação suplementar - demonstrações do valor adicionado**

Examinamos, também, as demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado ("DVA"), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da "DVA". Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2015

**pwc**  
**PricewaterhouseCoopers**  
**Auditores Independentes**  
 CRC 2SP000160/O-5

**Eduardo Rogatto Luque**  
 Contador CRC 1SP166259/O-4